



DOCAPESCA
PORTOS E LOTAS, S.A.

Relatório de Atividades, Demonstrações

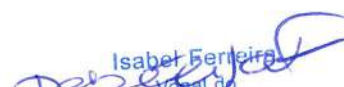
Financeiras e Execução Orçamental

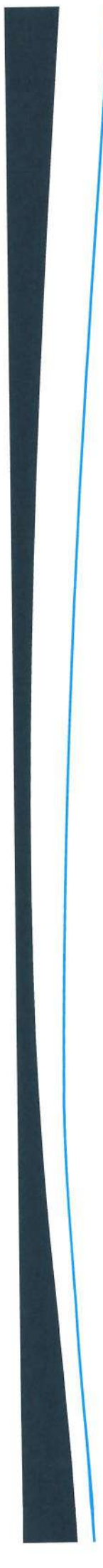
1.º trimestre de 2021

*APPROVADO PELO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EM 29 DE ABRIL 2021*


Sérgio Faias
Presidente do
Conselho de Administração


Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração


Isabel Ferreira
Vogal do
Conselho de Administração



Atividades

Índice Atividades

Direção de Apoio Jurídico e Dominial (DAJD).....	2
Direção de Infraestruturas e Manutenção (DIMA).....	4
Direção de Segurança e Manutenção (DSM).....	6
Direção de Recursos Humanos (DRH)	11
Direção Financeira (DF)	17
Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação (DSI).....	18
Direção de Inovação e Marketing (DIM)	20
Direção de Exploração (DEXP)	25
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	28
Gabinete de Estatística (GE)	30
Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação (GSAC).....	32
Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental (GPCO)	34
Gabinete de Assessoria Técnica (GAT)	36
Direções de Portos e Lotas (DPL's)	37
Direção de Portos e Lotas de Matosinhos (DPLNM)	38
Direção de Portos e Lotas do Centro Norte (DPLCN)	44
Direção de Portos e Lotas do Centro (DPLC)	49
Direção de Portos e Lotas do Centro Sul (DPLCS).....	54
Direção de Portos e Lotas do Algarve (DPLA).....	58

Direção de Apoio Jurídico e Dominial (DAJD)

A Direção de Apoio Jurídico e Dominial é uma unidade orgânica nuclear de apoio ao Conselho de Administração, que visa assegurar o suporte jurídico-legal e colaborar com todas as unidades orgânicas da empresa. Tem como atribuições a responsabilidade e organização da base de dados da assessoria Jurídica, a instrução e acompanhamento de processos concursais, contraordenacionais, judiciais e a instrução de processos disciplinares, de inquérito e de averiguações, e ainda a colaboração na elaboração e análise da diversa documentação recebida e produzida pela empresa.

Atividade jurídica e administrativa

No trimestre em apreço, a exemplo do que é efetuado em todos os demais, foram efetuados os seguintes procedimentos:

1. Acompanhamento dos procedimentos para a formação de contratos públicos instruídos pelas unidades orgânicas e da execução dos contratos públicos:
 - Elaboração dos modelos a utilizar pelos serviços;
 - Adoção de medidas de uniformização interna de procedimentos;
 - Registos da contratação pública e elaboração dos respetivos relatórios mensais;
 - Adoção de medidas de correção de desconformidades procedimentais generalizadas;
 - Adoção de medidas de instituição de uma tramitação procedimental centralizada;
 - Prestação dos esclarecimentos solicitados;
 - Prestação de informação oficiosa;
 - Aferição das propostas de decisão de contratar e das peças do procedimento;
 - Membro do júri;
 - Análise das propostas de adjudicação ou não adjudicação;
 - Prestação do apoio jurídico solicitado;
 - Procura de soluções mediante dificuldades na fase procedimental e de execução do contrato (designadamente impugnações administrativas),
 - Intervenções na fase de execução dos contratos, designadamente: registo dos relatórios de gestão de execução do contrato entregues, incumprimentos contratuais, serviços e trabalhos complementares e modificações dos contratos em geral;
2. Elaboração da "informação diária" e respetiva disponibilização às unidades orgânicas;
3. Acompanhamento dos processos de transferências de competências para as Autarquias Locais no âmbito do Decreto-Lei n.º 72/2019.
4. Elaboração dos Planos de Ordenamento e Termos de Referência de Projetos Prioritários dos Portos de Pesca de Lagos, Portimão e Olhão/ Revisão dos elementos recebidos e conclusão da análise.

5. Elaboração de versão final de Regulamento Interno de Utilização de Espaços Comerciais, Esplanadas e Áreas de Lazer do Porto de Recreio de Olhão, e de Informação;
6. Análise de publicações em Diário da República Eletrónico (DRE);
7. Análise e reformulação de Minuta de Contrato de Concessão e protocolos;
8. Análise de denúncias;
9. Colocação de protocolos e contratos na pasta pública e atualização de lista de contratos de concessão e de protocolos;
10. Análise de documentação diversos processos;
11. Análise de ofícios recebidos de diversas entidades;
12. Elaboração de declarações;
13. Acompanhamento da Administração em reuniões;
14. Participação em reuniões com diversas entidades;
15. Receção, organização e coordenação do trabalho administrativo referente aos assuntos da área dominial;
16. Receção dos pedidos de utilização privativa e promoção das consultas às entidades territorialmente competentes quando devidas;
17. Análise de diversos pedidos de atribuição de armazéns de aprestos
18. Emissão de 12 títulos de licença, referentes a utilização de infraestruturas portuárias (Sesimbra e Matosinhos);
19. Elaboração de 1 Aviso de Concursos, referentes a instalações portuárias, em Matosinhos;
20. Elaboração e acompanhamento de Editais;
21. Elaboração de novos modelos de editais a integrar na empresa com vista a simplificação de atribuição de infraestruturas portuárias sob jurisdição da Docapesca;
22. Acompanhamento da plataforma de gestão do território, nomeando os técnicos para acompanhamento dos planos de ordenamento do território.
23. Acompanhamento dos processos judiciais, nomeadamente, participando em diligências, e respondendo, com requerimentos, a várias questões colocadas pelos Tribunais e por Agentes de Execução.

Direção de Infraestruturas e Manutenção (DIMA)

A Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos garante o apoio técnico a todas as infraestruturas da responsabilidade da Docapesca, nomeadamente lotas, postos de controlo e transferência, atividades conexas, portos de pesca, de recreio e marinas.

Contributo para OE3 – Promover a Sustentabilidade Ambiental

a. Em curso:

- Melhoria da Eficiência energética Algarve- Portimão – Fotovoltaico;
- Remodelação geral da rede de distribuição de energia do Porto de Pesca da Póvoa do Varzim;
- Iluminação LED do Porto de Pesca de Portimão;
- Substituição dos QGBT's do Porto de Pesca da Nazaré.

b. Em projeto:

- Porto Sustentável da Nazaré - Parque fotovoltaico;
- Aquisição de contentores de grandes dimensões para redes – Algarve.

Contributo para OE4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.^a venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Requalificação da rede de lotas - Reforçar as condições de segurança e qualidade alimentar nos edifícios e equipamentos, baseados nos princípios do HACCP:

a. Finalizados:

- Requalificação do Edifício da Lota da Fuseta.
- Reabilitação do edifício da Lota da Nazaré para certificação – 1.^a fase;
- Substituição da Cobertura do Posto de Santa Luzia;

b. Em curso:

- Reabilitação e reapetrechamento do posto e melhoria das condições de segurança do portinho da Ericeira;

c. Em fase de contratação:

- Adaptação das Instalações para Lota no edifício de Cascais;
- Nova camara frigorífica – Lota da Nazaré
- Reabilitação do edifício da Lota da Nazaré para certificação –Fase IA;
- Nova camara frigorífica – Lota de Olhão

d. Em fase de projeto de execução:

- Reabilitação do edifício da lota de Peniche para certificação
- Nova lota nas Quatro Águas e infraestruturas exteriores
- Reabilitação do edifício da Lota de Sines para certificação;

- Requalificação e modernização da Lota da Carrasqueira
2. Requalificar os portos de pesca e áreas portuárias - Garantir condições segurança das infraestruturas portuárias, pontes-cais, cais, plataformas; prosseguir investimentos nas áreas de segurança de acessos às infraestruturas portuárias
- a. Em curso:
- Vedação e guarita da área concessionada da Figueira da Foz;
 - Equipamentos que beneficiam as condições de desembarque e atracação no Porto de Pesca de Aveiro;
 - Caleiras e Cais de Descarga, cerco e defensas no Porto de Pesca de Olhão;
 - Construção de parque de apoio aos armadores no Porto de Pesca de Lagos;
 - Reabilitação do Cais do Porto de Pesca de Peniche.
 - Videovigilância do Porto de Pesca de Portimão;
 - Reforço de videovigilância no Porto de Pesca de Quarteira;
 - Mastro de Sinais – Quarteira
 - Equipamentos que beneficiam as condições de desembarque e atracação no Porto de Pesca de Aveiro-Ponte Cais 2
- b. Em fase de contratação:
- Baleeira/Sagres - Reabilitação das pontes cais do porto de pesca;
 - Pavilhão de apoio à descarga da sardinha em Sines;
 - Reordenamento do Porto de Pesca de Quarteira.
 - Pavilhão de apoio à descarga da sardinha em Sesimbra
- c. Em projeto de execução:
- Reabilitação e ampliação do cais de descarga de pescado de Vila do Conde;
 - Pavimentação dos arruamentos e remodelação geral da rede de esgotos e saneamento do porto de pesca da Póvoa de Varzim;
 - Substituição da central de bombagem do porto de pesca da Figueira da Foz;
 - Reabilitação da rede de Incêndios no Porto de Pesca da Quarteira;
 - Reabilitação de armazém para acondicionamento e conservação de pescado na Figueira da Foz;

As acima referidas são as empreitadas de valor mais significativo previstas no PIE e no PIC de 2021 e que tiveram ações no 1º trimestre.

Relativamente às restantes do PIC, e prestações de serviços anexas às empreitadas, nomeadamente contratação de projetos e de fiscalização, do PIE, uma vez que se enquadram no âmbito de pequenos investimentos, quer pela sua pequena dimensão, quer pela grande quantidade, não são acima discriminadas.

Direção de Segurança e Manutenção (DSM)

A Direção de Segurança e Manutenção é uma unidade orgânica nuclear e foi criada em novembro de 2018, com o objetivo de garantir o apoio técnico a todas as infraestruturas da responsabilidade da Docapesca, nomeadamente lotas, postos de controlo e transferência, atividades conexas, portos de pesca, de recreio e marinas, esta direção tem como principais atribuições e responsabilidades:

- Coordenar os 4 núcleos de manutenção: Norte, Centro Norte, Centro e Sul.
- Desenvolver, implementar e monitorizar o Plano de Investimentos Correntes (PIC) e o orçamento de conservação.
- Desenvolver Plano de Manutenção Preventiva (sistemática e condicionada) e coordenar as ações de manutenção curativa.
- Identificar as ações de manutenção corretiva e, em articulação com a DIMA, proceder à sua implementação.
- Identificar necessidades de novos investimentos a incluir no Plano de Investimentos Específicos.
- Estabelecer e acompanhar Contratos de Serviços de Manutenção.
- Desenvolver e manter atualizado um sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção.
- Efetuar a gestão de stock de consumíveis e sobressalentes.
- Realizar intervenções nas infraestruturas dos portos de pesca, da náutica de recreio e de apoio ao transporte fluvial de passageiros, para garantir a segurança de pessoas e bens.
- Implementar e acompanhar um plano de avaliação e mitigação dos riscos para a generalidade das infraestruturas da Docapesca.
- Identificar e mitigar dos riscos profissionais dos trabalhadores da Docapesca.

Atividades Desenvolvidas e Impacto nos objetivos estratégicos.

Durante o 1.º trimestre de 2021 procedeu-se a tarefas normais da manutenção, algumas de carácter preventivo e corretivo, mas essencialmente de âmbito curativo. A descrição desses trabalhos apresenta-se nos capítulos seguintes (ações 1 e 4).

Expõe-se de seguida o enquadramento das ações definidas como objetivos para a DSM, de acordo com os eixos estratégicos da Docapesca definidos no Plano de Atividades para 2021.

Contributo para OE4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.^a venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Reparação de equipamentos dos estabelecimentos de 1.^a venda e reabilitação de infraestruturas portuárias para garantir as condições de funcionalidade, qualidade e segurança.

Esta ação diz respeito a tarefas correntes de manutenção curativa e/ou corretiva em equipamentos e infraestruturas, as quais foram sendo desenvolvidas ao longo de todo o trimestre.

O valor total da adjudicação (já realizadas ou em execução) em 2021, relativo a fornecimentos e serviços externos (FSE), é de € 216.425. Por tipologia de intervenção temos os seguintes valores:

Tipologia	Montante €
Cais	25.110
Edifícios e construções	38.198
Empilhadores	20.860
Eq. Transp. Pescado	1.725
Frio	22.153
Gruas, pórticos	13.976
Máq Lavar Caixas	7.705
Outros	44.974
Portões	4.903
Rede água doce	7.091
Rede água salgada	5.288
Rede Elétrica	11.631
Rede Esgotos	3.549
Tapetes	4.731
Assinalamento marítimo	1.494
Ferramentas	1.341
Informática	1.699
Total	216.426

Para além das adjudicações, foram realizadas intervenções por meios próprios, da qual se releva a grande quantidade e diversidade de ações de reparação/reabilitação realizadas pelos vários núcleos de manutenção da DSM, apesar dos escassos recursos humanos existentes.

2. Contratação e implementação de Sistema de Gestão de Manutenção Preventiva (sistemática e condicionada).

O objeto operacional desta atividade é o desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de pedidos de intervenção e registo histórico de intervenções, o qual permitirá também, desenvolver e manter atualizado um sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção realizada pela DSM.

Numa primeira fase foi efetuada uma consulta de mercado para aquisição de um software de gestão de manutenção, tendo sido obtido um orçamento de € 44.000.

Durante o ano de 2019, por vicissitudes várias, não foi possível desenvolver o procedimento de contratação pública destinado à aquisição do referido software. Em novembro de 2020 foram concluídas as peças do procedimento, não se tendo dado início ao concurso.

Entretanto, em articulação com a DSI, considerou-se mais vantajoso e adequado, numa primeira fase, desenhar, desenvolver e implementar um processo de gestão de pedidos de intervenção. Foi então criada uma ferramenta de pedidos de assistência técnica, a qual ficou concluída no final do mês de março do presente ano e entrará em funcionamento no próximo dia 1 de maio.

3. Desenvolver, implementar e monitorizar o Plano de Investimentos Correntes (PIC).

3.1. Desenvolvimento e implementação do PIC 2021

Os valores totais de investimentos correntes executados ou em execução em 2021, da responsabilidade da DSM, são os que se apresentam abaixo.

DPL's/SEDE	Realização Previsional	Realização Efetiva	Realização Efetiva em %
DPL Norte e Matosinhos	€ 66 271,00	€ 28 349,71	42,78%
DPL Centro Norte	€ 15 280,00	€ 6 063,49	39,68%
DPL Centro	€ 76 165,00	€ 22 429,54	29,45%
DPL Centro Sul	€ 51 025,00	€ 30 514,64	59,80%
DPL Algarve	€ 106 400,00	€ 30 037,69	28,23%
SEDE	€ 52 000,00	€ 499,00	0,96%
TOTAIS:	€ 367 141,00	€ 117 894,07	32,11%

Assim, e relativamente aos investimentos correntes da responsabilidade da DSM previstos para 2021 (DPL e Sede), cujo valor global é de € 367.141,00, resulta uma taxa de realização ou em execução de investimento de 32,11%.

Neste quadro estão também incluídos investimentos não previstos inicialmente no PIC 2021, mas cujas despesas foram cabimentadas mediante transferência de verbas entre ações preteridas ou cujo custo final foi inferior ao inicialmente previsto.

3.2. Realização de investimentos em projetos previstos no PIE

Os valores totais de investimentos específicos executados ou em execução em 2021 pela DSM, são os que se apresentam no quadro abaixo.

DPL's	Realização
DPL Norte e Matosinhos	€ 89 231,20
DPL Centro Norte	€ 14 909,70
DPL Centro	€ 5 800,00
DPL Centro Sul	€ 24 985,09
DPL Algarve	€ 2 650,98

TOTAIS:	€ 137 576,97
----------------	---------------------

3.3. Monitorização do PIC 2021

A atividade vai sendo desenvolvida ao longo do ano mediante consulta às restantes U.O. responsáveis pela execução de investimentos, respondendo ao GPCO relativamente a investimentos propostos pelas U.O. com cabimento em PIC e articulando com a DIMA um quadro único onde são inscritos todos os investimentos correntes realizados (designação, valor, referência do procedimento, etc.).

4. Estabelecer e acompanhar contratos de serviços de manutenção

4.1. Estabelecimento de contratos de serviços de manutenção

Durante o 1.º trimestre de 2021 foi concluída a contratação e iniciada a execução dos seguintes serviços de assistência técnica e manutenção preventiva:

- “Assistência técnica e manutenção preventiva dos equipamentos frigoríficos da lota da Trafaria” (DSM-CS-10-ADS-2021) – data de início do contrato: 11/01/2021; prazo contratual: 2 anos;
- “Manutenção preventiva e assistência técnica aos empilhadores - lotes 3 e 4” (DSM-S-12-CPu-2020) – data de início do contrato: 12/02/2021; prazo contratual: 2 anos;
- “Manutenção preventiva e assistência técnica aos empilhadores - lotes 1 e 2” (DSM-S-6-CPR-2021) – data de início do contrato: 30/03/2021; prazo contratual: 2 anos.

4.2. Acompanhamento de contratos de serviços de manutenção

Durante o 1.º trimestre de 2021 efetuou-se o acompanhamento e gestão da execução dos seguintes contratos:

- “Assistência técnica e manutenção preventiva de instalações frigoríficas” (ref.ª DSM-025-CL-2019), das Lotas da DPL Norte e Matosinhos (Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Angeiras), DPL Centro (Nazaré, Peniche e Cascais), DPL Centro Sul (Costa da Caparica, Fonte da Telha, Sesimbra, Setúbal, Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar e Azenha do Mar) e DPL Algarve (Arrifana, Sagres, Lagos, Portimão, Armação de Pera, Albufeira, Quarteira, Olhão, Fuzeta, Santa Luzia, Tavira e Vila Real de Santo António);
- “Assistência técnica e manutenção preventiva portões das Lotas” (ref.ª DSM-053-CPu-2019) - data de início do contrato: 05/11/2018; prazo contratual: 2 anos.
- “Assistência técnica e manutenção preventiva de instalações frigoríficas e outsourcing em produção e comercialização de gelo - porto de pesca de Aveiro” (DSM-CN-138-CP-2020) - data de início do contrato: 01/06/2020; prazo contratual: 2 anos;
- “Assistência técnica e manutenção preventiva das instalações frigoríficas – porto de pesca da Figueira da Foz (DSM-CN-111-CPu-2020) - data de início do contrato: 29/07/2020; prazo contratual: 2 anos;

- “Assistência técnica e manutenção preventiva dos equipamentos frigoríficos da lota da Costa da Caparica (ref.^a DSM-CS-13-ADS-2020) - data de início do contrato: 06/02/2020; prazo contratual: 2 anos;
- “Assistência técnica e manutenção preventiva de instalações frigoríficas – porto de pesca de Sines (DSM-CS-44-CL-2020) – data de início do contrato: 26/11/2020; fim do contrato: 26/11/2022.

Contributo para OE5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Reabilitação de edifícios e outras construções para garantir as condições de qualidade e segurança alimentar.

Esta ação diz respeito a tarefas normais e constantes de reparação/reabilitação curativa e/ou corretiva, as quais foram sendo desenvolvidas ao longo de todo o trimestre à medida que eram reportadas anomalias ou no sentido de dar resposta às não conformidades identificadas nas vistorias efetuadas pelas entidades competentes (DGAV, DGRM, etc.).

Atividades transversais:

1. Coordenação e elaboração do Plano de Investimentos Correntes (PIC)
Prevê-se iniciar o processo de elaboração do PIC para 2022 a partir do próximo mês de julho e que o mesmo esteja concluído até ao final do mês de outubro de 2021.
2. Elaboração do orçamento anual
A colaboração da DSM nesta atividade será iniciada aquando da comunicação do Conselho de Administração. Este ano, previsivelmente, ocorrerá em simultâneo com a elaboração do PIC e PIE.

Atividades relacionadas com a situação COVID-19:

Atendendo à situação gerada pela pandemia COVID-19 e medidas associadas ao estado de emergência decretado, alguns trabalhadores da DSM exerceram durante alguns períodos as suas funções através de teletrabalho, tendo-se aproveitado a oportunidade para se preparem diversos procedimentos de concurso para contratações de serviços ou empreitadas. A nível dos núcleos de manutenção continuaram a desenvolver-se os normais trabalhos de manutenção, seguindo as normas de segurança previstas no Plano de Contingência da Docapesca.

Direção de Recursos Humanos (DRH)

A Direção de Recursos Humanos é uma unidade orgânica nuclear que reporta diretamente ao Conselho de Administração, à qual incumbe assegurar a operacionalização dos recursos humanos, desenvolver capacidades para a conceção de estratégias integradas (psicossociais, culturais, técnicas e económico-financeiras) de gestão e desenvolvimento de recursos humanos a nível organizacional e social, promover competências de análise e definição de políticas de recursos humanos ao nível organizacional, além das questões contratuais e de direito de trabalho, formação, certificação e requalificação profissionais.

Contributos para OE 7- Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Desenvolver as condições de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) quer no âmbito dos recursos humanos, quer no âmbito das infraestruturas da empresa:
 - Elaboração e conclusão do Procedimento concursal da Medicina no Trabalho para os próximos 2 anos;
 - Elaboração e conclusão do Procedimento concursal de Manutenção e Recolocação de Extintores para os próximos 2 anos;
 - Elaboração do procedimento relativo à prestação dos Serviços Externos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) para os próximos 2 anos – submetido ao C.A. para aprovação;
 - Análise e aferição de todas as Fichas de Aptidão Condicionadas, decorrentes das consultas de medicina do trabalho, com o objetivo de colmatar ou corrigir situações identificadas como oportunidades de melhoria e de promoção do bem-estar dos trabalhadores no âmbito da continuidade ou alteração do desempenho das suas funções;
 - Identificação de necessidade de melhoria ao nível da Plataforma Meta4 no que se relaciona com a gestão de dados relativos às diferentes temáticas da SST – Extintores, Medicina, Segurança no Trabalho e Acidentes de Trabalho;
 - Controlo e gestão de entregas de Equipamentos de Proteção Individual no âmbito COVID-19, a nível nacional, em todas as unidades orgânicas da empresa;
 - Identificação dos Interlocutores em cada uma das lotas, designados por “*Interlocutores Locais*”, para o acompanhamento e monitorização de todos os processos de SST e das principais atividades a desenvolver por estes;
2. Apostar na promoção de melhorias ao nível das práticas e procedimentos laborais instituídos:
 - Está em curso a revisão e atualização de todos os documentos e procedimentos internos laborais instituídos na empresa, nomeadamente os regulamentos, o acordo de empresa, o código de conduta, o manual de acolhimento, procedimentos referentes ao recrutamento e ao período experimental.

- Desenho, divulgação e implementação de procedimentos de gestão, ao nível de todas as estruturas orgânicas da empresa (nacional), nomeadamente, relativos aos Acidentes de Trabalho, Extintores e Formação;
 - Realização de sessões de esclarecimentos com os trabalhadores designados com os "avaliadores e interlocutores" da formação para divulgação e esclarecimento de dúvidas relativas ao novo procedimento de gestão do processo formativo da empresa;
 - Aferição da disponibilidade de todos os trabalhadores com CAP, do conhecimento da DRH, para dar seguimento à promoção e realização de ações de formação internas que permitam a capacitação de trabalhadores juniores de todas atividades de negócio desenvolvidas pela empresa;
 - Está em curso a revisão e atualização de todos os documentos e procedimentos internos laborais instituídos na empresa, nomeadamente os regulamentos, o acordo de empresa, o código de conduta, o manual de acolhimento, procedimentos referentes ao recrutamento e ao período experimental;
 - Reorganização, em curso, da Pasta de acesso público da formação e SST;
 - Continuação do processo de melhoria do Portal Recursos Humanos com a possibilidade de acesso dentro e fora da rede da empresa, com disponibilização para consulta a todos os trabalhadores da empresa, dos seus dados de cadastro, dados salariais, formação profissional realizada, etc.;
 - Concluído e em fase de testes o processo de implementação de Plug-in INNUX/META-4 com a possibilidade de integração de toda a informação de absentismo e férias do sistema de controlo de assiduidade para o sistema de informação de recursos humanos Meta-4.
3. Assegurar e controlar a implementação das medidas de autoproteção
- Este processo requer, antecipadamente, o diagnóstico e levantamento de necessidades de intervenção quer a nível de infraestruturas quer de manutenção em todas as estruturas, ao nível nacional, da empresa, com o propósito de verificar se as nossas instalações possuem os requisitos mínimos para o desenvolvimento das mesmas. Refira-se que o valor de investimentos para cumprir os critérios mínimos para se avançar com a implementação das medidas de autoproteção é elevado. Estima-se, assim, que este processo apenas se possa iniciar no último trimestre de 2021.
4. Verificar as condições operacionais, a qualidade e a segurança – equipamentos de proteção individual/higiene e segurança no trabalho:
- Análise e conclusão dos Relatórios de Acidentes de Trabalho (2020) e de Consulta aos Trabalhadores no âmbito da SST, tendo-se identificado um conjunto de medidas a implementar, onde se sublinha a necessidade de se elaborar um levantamento de EPI

utilizados em cada uma das atividades com o objetivo de verificar a sua adequabilidade e/ou necessidade de substituição/melhoria;

5. e 6. Reforçar a realização das ações de formação em contexto laboral, no âmbito da SST e HSA:
 - Recalendarização de ações de formação de SST e HSA para o primeiro trimestre de 2021 face aos constrangimentos decorrentes da pandemia pro COVID-19;
 - Identificação de ações prioritárias ao nível da SST e HSA, destacando-se a formação de "Trabalhador Designado" para todos os elementos que desempenham funções relacionadas com esta área;
 - Identificação de capacitadores internos e equipas de HACCP por Lota, em colaboração com a GSAC, com objetivo de serem desenvolvidas ações de capacitação na área alimentar, reforçando assim a divulgação dos procedimentos internos e colmatando a necessidade de ministrar formação às novas admissões.
7. Garantir a uniformização dos procedimentos de recursos humanos na área da segurança alimentar, contribuindo assim para a implementação dos processos de qualidade, essenciais à certificação:
 - Revisão do Manual de Acolhimento, com apresentação através de um pequeno vídeo com toda a informação relativa à atividade da empresa e obrigações e deveres do trabalhador no âmbito da SST e Segurança Alimentar;
 - Revisão do procedimento de formação;
 - Identificação dos capacitadores e identificação da necessidade de serem criadas apresentações padrão para as áreas de HSA, em colaboração com a GSAC, o que contribuirá para uma melhor qualificação dos RH.
8. Definir uma estratégia de gestão de recursos humanos, articulada e adaptada à nova realidade da empresa, com previsão de mecanismos de polivalência e rotatividade de funções.
 - Apresentada aos Sindicatos durante as negociações salariais e Revisão do Acordo de Empresa (AE) estas duas possibilidades – Análise em curso por parte dos sindicatos
 - A empresa, através da DRH, tomou a iniciativa de apresentar aos dois Sindicatos para discussão o *"Regime da Adaptabilidade"* (Código do Trabalho – Banco de horas). Os 2 Sindicatos não mostraram qualquer abertura para este regime passar a fazer parte do AE.
9. Preparar um plano de formação adequado à estratégia de gestão de recursos humanos e garantir a sua execução e avaliação ao longo do ano:

- Inclusão de todos os dados relativos às ações de formação realizadas em 2020 na plataforma Meta4, bem com a disponibilização de todos os certificados de formação na pasta de acesso público;
 - Análise dos DTP (Dossier Técnico- pedagógicos) com o objetivo de verificar todos elementos que o constituem;
 - Revisão dos IAEF (Instrumentos de Avaliação de Eficácia de Formação), tendo-se simplificado o processo de avaliação, tendo em consideração os contributos dos avaliadores da formação (exemplo: *aplicação dos IAEF através do google forms*);
 - Revisão e divulgação do procedimento de gestão do processo formativo, integrando no Manual relativo à certificação pela ISO 22000 e desenvolvimento de sessões de esclarecimentos, via Teams, com os principais envolvidos (interlocutores e avaliadores);
 - Identificação dos principais indicadores ao nível da gestão da formação para o desenvolvimento da plataforma informática que já se encontra em franco desenvolvimento;
 - Reuniões com as empresas fornecedoras de serviços de formação profissional com o objetivo de adequar os conteúdos programáticos das mesmas à reais necessidades da empresa através da escolha de formadores com base em análise curricular, reuniões entre os formadores e os Dirigentes (exemplo: DF reuniu-se com formadora de Contabilidade) e disponibilização de documentação interna;
 - Revisão do Caderno de Encargos da Formação, tendo-se identificado um conjunto de requisitos e obrigações por parte do fornecedor;
 - Desenvolvimento de formações em modelo e-learning garantindo a existência, em articulação com a DSI, dos meios necessários para a sua realização.
 - Implementado o Procedimento de Gestão do Processo Formativo (já em vigor);
 - Avaliação semestral, da sua execução e eficácia, com intenção de proceder a alterações/atualizações uma vez que se trata de um processo de trabalho ainda muito recente e que provisionalmente carece de melhorias.
10. Garantir em articulação com a Direção de Inovação e Marketing (DIM) que todos os trabalhadores admitidos na Empresa sejam portadores de um cartão de identificação “trabalhador/Docapesca”.
- Está em curso o desenvolvimento, a pedido da DRH, de um sistema de alerta, via email com apresentação do pedido à DIM, que proceda à comunicação automática dos dados a constar no cartão afim deste poder ser emitido.
11. Elaborar o “Manual dos Recursos Humanos” para integrar todas as matérias da responsabilidade dos recursos humanos num único documento
- Os documentos e procedimentos laborais encontram-se em fase de revisão e atualização, sendo que após a aprovação dos mesmos pelo Conselho de Administração

serão parte estruturante e integrante do “Manual dos Recursos Humanos” no que concerne à matéria de direito laboral, matéria esta da responsabilidade dos recursos humanos.

- Os procedimentos de SST e formação, estão a ser devolvidos e alguns deles já se encontram fechados e divulgados, com o objetivo de integrem o Manual dos Recursos Humanos.

12. Modernização do Portal de Registo de Assiduidade “Web-time”

- Iniciado o processo de implementação do portal de assiduidade (WEB-TIME) nas Direções de Portos e Lotas para os trabalhadores adstritos aos serviços administrativos, podendo desta forma agilizar o processo de gestão de assiduidade daquelas unidades orgânicas.
- Implementação do interface entre o WEB-TIME/Innux e o Meta4 – Foi apresentada a proposta desta implementação de forma a facilitar consultas relacionadas com assiduidade e férias, assim como facilitar o processamento automático de subsídios de alimentação e de ausências, bem como a facilidade de introdução de informação por parte dos colaboradores, respeitante a boletins, justificações, marcação de férias.

13. Otimizar o “novo” sistema de avaliação de desempenho de forma eficiente e eficaz com vista à promoção continua do seu melhor funcionamento.

- O “novo” sistema de avaliação de desempenho, por objetivos mensuráveis, encontra-se concluído, cuja aplicação informática – Plataforma onde este decorrerá está em fase de teste para poder ser implementada;
- Através de uma adequada avaliação de desempenho, é possível implementar aspetos de melhoria com vista a promover a satisfação e a motivação dos colaboradores, de forma a promover um bom desempenho profissional;
- Permite promover maior proximidade e transparência entre chefias e os colaboradores, valorizando o respeito mútuo.

14. Outras atividades para 2021

- Dar continuidade ao Plano de Benefícios dos trabalhadores e facilitar o equilíbrio entre a vida profissional e pessoa - Entrou em vigor, em 01/01/2021, o no Seguro de Saúde para o ano vigente;
A prática da plataforma horário foi facilitada, de modo que o trabalhador possa gozar de equilíbrio entre as suas obrigações profissionais e pessoais;
- Fomentar a revisão e atualização do Acordo de Empresa - Foi apresentada a proposta de revisão e atualização do Acordo de Empresa aos respetivos sindicatos. Já se iniciou a fase de negociação, tendo sido já realizadas duas reuniões com os sindicatos.

- Acompanhar os gastos com pessoal de modo a garantir a execução orçamental - Decorrente da Lei do Orçamento de Estado para 2021 que determina o aumento da Remuneração Mínima para 665,00€ mensais, existe a necessidade de rever o Orçamento da Conta 63 – Gastos com pessoal.
- Promover e implementar a “Agenda Social da Docapesca” que contemple todas as ações de formação a realizar ao longo do ano, bem como o intervalo das datas de pagamento das remunerações mensais, data-limite de marcação de férias, entre outros assuntos de interesse comum a todos os trabalhadores - Encontra-se a ser desenhando um “*quit*” de informação onde conste de forma resumida e prática toda a informação anual relevante para os trabalhadores.

Direção Financeira (DF)

Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação (DSI)

A Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação é uma unidade orgânica nuclear e foi criada em novembro de 2018, em resultado da fusão da Direção de Informática e da Direção de Sistemas. Esta unidade orgânica tem como atribuições o estudo, conceção, desenvolvimento e promoção das tecnologias de informação, de comunicações, audiovisuais e de multimédia, bem como a modernização administrativa. Apoia as atividades desenvolvidas pela Docapesca, na sede e nas Direções de Lotas e Portos de Pesca, nos portos de pesca e marinas de recreio, através do planeamento, acompanhamento, manutenção de sistemas e formação dos trabalhadores no âmbito dos diversos sistemas informáticos e de informação utilizados na empresa.

Contributo para OE 4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.^a venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Implementar a cópia e impressão centralizada - Foi iniciado o estudo de viabilidade económica do projeto, com design da rede nacional de impressão e implementação de um piloto de testes na Sede da empresa;
2. Eliminar a dependência das impressoras Jetstream em algumas lotas do país - Durante o 1º trimestre de 2021 não foi possível intervir nesta temática;
3. Substituir vários servidores de leilão em todo o país - Foi iniciado o processo de levantamento das necessidades nacionais, com vista à elaboração de um concurso público para a aquisição dos equipamentos;
4. Implementar painéis de visualização de pescado em algumas lotas - Foi instalado o painel na Lota de Sesimbra, com feedback positivo dos clientes;
5. Implementar um novo sistema de 1ª venda de pescado - Foi lançado o concurso do "Sistema de Leilão a Bordo", encontrando-se em fase de análise de propostas;
6. Renovar o parque informático das lotas - As intervenções encontram-se em curso e estima-se que durem até meio do 4º trimestre de 2021;
7. Expandir o leilão online a outras lotas - Este tema está em análise tecnológica;
8. Migrar a informação dos servidores instalados na sede para CLOUD - Foi migrado o servidor de gestão de assiduidades da DRH;
9. Aumentar a largura de banda em todo o país, aumentando a velocidade de comunicação - Este processo encontra-se em curso e estima-se que fique concluído no final de maio, devido à complexidade da alteração das conectividades para circuitos de fibra. Grande parte das conectividades da empresa estavam suportadas em circuitos ADSL de 8Mbps, revelando uma enorme falta de preparação da anterior chefia para transição digital. Foi

elaborado um concurso público, com contrato celebrado em 20/01/2021, que se encontra em fase de implementação;

10. Apoiar os utilizadores - Foram solicitados desenvolvimentos no sistema de gestão documental, para promover uma utilização generalizada. Foi iniciado o desenvolvimento de uma plataforma de apoio à descarga de pescado em cais, com piloto em Sesimbra.

Contributo para OE 6 - Promover a desmaterialização de procedimentos

1. Implementação de processos documentais centralizados, via sistema de gestão documental - Procedimentos em curso;
2. Criação de um portal de licenciamento integrado, para a área dominial - Processo de identificação e fluxos de processos em curso;
3. Criação de um sistema inovador de rastreabilidade - Implementação do QR CODE por imposição legal, que permitirá iniciar novos processos de rastreabilidade que até aqui não haviam sido pensados;
4. Criação de uma plataforma centralizada de monitorização dos limites do CCP, por fornecedor - Desenvolvimento em curso;
5. Implementação da fatura eletrónica - Processo de receção de faturas concluído, com adesão ao sistema da ESPAP; Processo de emissão de faturas em estudo;
6. Tratamento eletrónico dos dados da Segurança Social dos armadores, pescadores e apanhadores - Em estudo.

Direção de Inovação e Marketing (DIM)

A Direção Inovação e Marketing é uma unidade orgânica nuclear visa a análise do meio envolvente, a identificação das melhores vias para implementar as medidas estratégicas planeadas, numa vertente interna e externa, incentivando o desenvolvimento de sinergias e o potencial da inovação e orientação para o mercado, através da promoção e desenvolvimento da competitividade e valorização da empresa.

A comunicação empresarial destina-se à projeção pública e difusão mediática da empresa, à promoção da coesão e liderança internas, através do desenvolvimento de ações, estratégias, produtos e processos com vista a reforçar a imagem da Docapesca junto dos seus públicos-alvo (produtores, compradores, trabalhadores, formadores de opinião, públicos-alvo, comunidade académica, jornalistas, etc.) e da opinião pública.

Apresenta-se o enquadramento das atividades da DIM durante o 1.º trimestre de 2021, de acordo com os eixos estratégicos da Docapesca para 2021.

Contributo para OE 1 – Promover a valorização do pescado e dos circuitos comerciais curtos

1. Campanhas e projetos de valorização do pescado

1.1 Comprovativo de Compra em Lota – vertente promocional.

A DIM apresentou uma proposta de plano de comunicação do CCL Comprovativo de Compra em Lota, reforçando a presença nas redes sociais e a presença da etiqueta no ponto de venda ao público.

O conceito da proposta para 2021 pretende dar rosto aos pescadores e comerciantes de pescado de várias lotas, que durante o ano de pandemia nunca pararam. A campanha irá iniciar-se em junho de 2021.

Também em junho de 2021, iremos lançar uma campanha da valorização do pescado fresco português nas rádios e jornais locais.

Durante o presente ano, será também desenvolvida a 2.ª fase do site “A Lota em Casa”, onde será criado um *marketplace* dos produtos da pesca, disponibilizando a possibilidade de criação de uma loja *online* a todos os comerciantes aderentes ao CCL. Desde o lançamento do site, em dezembro de 2020, registou 12.830 acessos.

1.2 Comprovativo de Compra em Lota – vertente solidária

Desde maio de 2020, decorre também um programa de apoio social às IPSS, através das juntas de freguesia e à Cruz Vermelha Portuguesa através do donativo semanal de pescado. Durante o 1º trimestre de 2021, os donativos ascenderam a 4.099 kg. Desde o início do projeto, foram doados 19.274 kg.

1.3 Comprovativo de Compra em Lota – vertente educativa

Durante o 1.º trimestre, realizaram-se 6 ações dirigidas em escolas, em formato online, que abrangeram 751 alunos.

Para além destas ações, no âmbito do projeto Escola Azul, a Docapesca coordenou a oficina de formação a cerca de 50 professores sobre o tema “Consumo Sustentável do Pescado”, tendo participado também na oficina com o tema “Lixo Marinho”.

Em parceria com o Desporto Escolar, estava prevista a realização do programa “Docapesca Ocean Sessions” em quatro locais: Caminha, Peniche, Sines e Lagos, que não se concretizou devido à evolução da pandemia, estando previstas para o próximo ano letivo. De forma a complementar esta dificuldade, durante o 2.º trimestre, terão lugar dois *webinars* dirigidos a alunos de norte a sul do país e um terceiro *workshop* difundido em direto nas redes sociais do Desporto Escolar e Docapesca.

2. Participação em feiras e festivais gastronómicos

Durante o 1.º trimestre não se realizaram participações em feiras e festivais gastronómicos.

3. Participações institucionais

Durante o 1.º trimestre não se realizaram participações institucionais.

4. Ações de comunicação e promoção

4.1. Publicações em órgãos de comunicação social

Durante o 1.º trimestre, foram publicadas duas entrevistas com o Conselho de Administração no Jornal da Economia do Mar e no LusopressTV, bem como uma publicação na Revista Marés.

4.2. Comunicação Externa

No 1.º trimestre de 2021, a página da Docapesca no Facebook registou 16.136 gostos, mais 55% na comparação homóloga. Foram efetuadas 107 publicações com um alcance acumulado de 1.931.489 pessoas (+222%).

Desde o início de janeiro, iniciou-se a dinamização da página de Instagram, que conta com cerca de 500 seguidores.

Com a conclusão do procedimento concursal para apoio à gestão de redes sociais, prevemos que os indicadores das páginas melhorem durante o 2.º trimestre.

Em termos de cobertura de media, foram publicadas 194 notícias (+63%) sobre a Docapesca, sendo 185 positivas e 9 negativas, originadas sobretudo em críticas do PCP e BE no Algarve.

Em relação ao site Docapesca, registou 44.199 acessos (+16,5% em relação ao período homólogo). Foi também retomado o projeto de remodelação do site atual.

4.3. Comunicação Interna

4.3.1 Intranet Docapesca

Durante o 1.º trimestre, foi efetuado um levantamento de necessidades e a realizações de reuniões com empresas especializadas na produção de sistemas de intranet, baseadas na tecnologia Office 365. Prevê-se o lançamento do procedimento concursal durante o 2.º trimestre.

5. Projetos Especiais

5.1. LIFE Águeda

No âmbito do projeto LIFE Águeda, por dificuldades relacionadas com a ausência de trabalhador para operar a viatura, só foi possível dar início ao processo de identificação do pescado, com a colocação do selo individual em março. Nos postos de vendagem da região, a identificação individual está a ser efetuada desde o início do ano.

5.2. Valormar

O projeto "ValorMar" (Programas Mobilizadores), que conta com a participação da Docapesca em duas iniciativas ("Novos produtos de mar, tecnologias e processos para a indústria e mercado" e "Integração da cadeia de valor do pescado"), continua a decorrer. Durante o 1.º trimestre, não se realizaram reuniões do projeto, que será prorrogado até ao final de 2021.

5.3. Nem Tudo o que vem à Rede é Peixe

No âmbito deste projeto de combate às redes fantasma, a Docapesca tem acompanhado os trabalhos, que se encontram atrasados devido à pandemia. Durante o 1.º trimestre, decorreu uma reunião com o consórcio de parceiros, tendo a Docapesca elaborado o briefing para a criação da imagem e materiais promocionais do projeto, para consulta ao mercado.

5.4. Código Nacional de Boas Práticas a Bordo das Embarcações de Pesca

Durante o 1º trimestre foi elaborado o Plano de Comunicação, com vista ao lançamento oficial do documento junto das OP e Associações do setor e a realização de ações de formação presenciais, a partir do 2.º trimestre, em parceria com o IPMA e a DGAV.

A sessão de lançamento online já está agendada para dia 11 de maio com a presença da Secretária de Estado das Pescas, com a participação do IPMA e da DGAV.

5.5. Guias Turísticos das Aldeias Piscatórias

O projeto encontra-se em curso, embora com atraso decorrente da pandemia e da dificuldade em recolher elementos no terreno. Neste momento, prevê-se que o lançamento do 1.º volume ocorra até final de junho e os restantes dois volumes até ao final deste ano.

5.6. Centro de Interpretação da Lota de Sagres

O projeto e conteúdos para o Centro de Interpretação da Lota de Sagres foram concluídos antes do final de 2020, tendo a inauguração sido adiada devido à pandemia e à intenção de ser lançado um concurso para a exploração do bar de apoio ao Centro, que será concluído durante o 2.º trimestre.

5.7. Livro 60 anos Docapesca

Desenvolvemos o conceito do livro de fotografias dos portos para comemoração dos 60 anos da Docapesca. Contactamos 3 fotógrafos e várias empresas para a curadoria. No decorrer do 2.º trimestre iremos proceder às contratações.

Contributo para OE 2 – Contribuir para a internacionalização do setor

1. Participação em feiras profissionais internacionais

Durante o 1.º trimestre, não se realizaram feiras profissionais internacionais. Conforme solicitação do Ministério do Mar, iniciou-se a realização de um levantamento de mercado e foi elaborada uma proposta preliminar para o lançamento de uma feira virtual do mar, que se encontra em avaliação.

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Projeto “A Pesca por um Mar sem Lixo”

Durante o 1.º trimestre, não se realizaram novos lançamentos. O projeto está atualmente implementado em 17 portos, contando com 786 embarcações aderentes, representando cerca de 3.150 pescadores.

Foram concluídos os trabalhos de desenvolvimento da app A Pesca por um Mar sem Lixo, que irá permitir quantificar, caracterizar os resíduos recolhidos pelas embarcações aderentes e que já se encontra disponível nas lojas App Store e Google Play.

Iniciamos o planeamento do dia da “Pesca para um Mar sem Lixo”, que será dia 16 de novembro. Este dia vai incluir um concurso de ideias para a criação de esculturas com materiais que tenham origem no lixo marinho e a atribuição de trofeus às embarcações que mais pontos tiverem na app.

Contributo para OE 8 – Garantir Volume de Negócios

1. Tarifário 2022

No 1.º trimestre, deu-se início ao processo de revisão dos Tarifários e Regulamentos de Tarifas da empresa, através da criação de grupos de trabalho com elementos de várias Direções da sede e das DPL.

2. Avaliação da Satisfação de Clientes

Deu-se início ao estudo de avaliação da satisfação de clientes que, pela primeira vez, está a ser realizado por uma empresa externa especializada em estudos deste tipo. O processo decorre essencialmente, via e-mail e telefone, o que motivou um levantamento dos contactos dos clientes a nível nacional. O relatório de avaliação será entregue no 2.º trimestre.

Direção de Exploração (DEXP)

Esta unidade orgânica, designada por Direção de Exploração, tem como atribuições o estudo, conceção, desenvolvimento, promoção e monitorização dos modelos de exploração adequados ao conjunto de estabelecimentos de primeira venda de pescado, mercados e unidades frigoríficas, de acordo com a legislação nacional e comunitária aplicável, as especificidades locais e as exigências de racionalidade económica. A Direção de Exploração tem também como atribuições o estudo, a conceção, desenvolvimento, implementação e monitorização de planos de gestão ambiental adequados à atividade da primeira venda de pescado, aos portos de pesca e áreas dominiais no cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável.

Contributo para OE 1 – Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

1. Disponibilização semanal/mensal de informações sobre os preços do pescado nas várias lotas Nacionais, que, para além da disponibilização de informação útil (de interesse público), tem como objetivo incentivar os pescadores a dirigirem-se para as lotas onde o pescado atinge maior valor comercial, contribuindo-se assim para o alcance do objetivo de uma maior Concentração da Oferta/Procura nas lotas de maior dimensão/maior valorização.
2. Já se encontra implementado, em todas as grandes lotas Nacionais, a venda por lotes de todo o pescado correspondente a uma mesma espécie e com igual calibragem (com exceção para algumas espécies designadas de “Nobres” dado o seu elevado valor comercial e baixas quantidades capturadas).

Nas lotas de Peniche e Setúbal já se vende pescado das mesmas artes de pesca em 2 e 3 painéis em simultâneo, e em Aveiro já se vende lotes de pescado numa única venda/leilão, onde se efetua apenas uma única pesagem e uma única venda para todas as caixas correspondentes a esse lote (uma paleta com (x) caixas e só um ato de pesagem e venda), tornando a venda do pescado do arrasto muito mais célere.

3. Emitida uma informação através do GE para todas as DPL's para que em breve a classificação e calibragem do Polvo seja igual em todas as lotas Nacionais.

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Foi iniciada a revisão e atualização do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), e estão previstas visitas e reuniões a algumas DPL's, em 2021 para se dar continuidade e concluir a atualização do SGA, nos termos do negociado no sistema de Avaliação do Desempenho para 2021.

2. Nenhuma auditoria foi ainda realizada, condicionada pelas restrições provocadas pela pandemia no 1.º trimestre, esperando-se que até ao final do ano seja ainda possível auditar todas as principais lotas/portos de pesca na vertente ambiental.
3. Com base nas contratações já iniciadas nos anos anteriores, e as realizadas já em 2021, foram estabelecidos novos contratos para as limpezas exteriores e recolha de resíduos nos portos de pesca que incluem a disponibilização e substituição de contentores para deposição separada dos resíduos, a recolha de embalagens e óleos usados/contaminados, e a lavagem dos pavimentos/estradas nas áreas Portuárias
4. Procedeu-se, no âmbito da iluminação pública, ficou concluída a substituição de lâmpadas normais por lâmpadas LED's, de muito menor consumo, no porto de pesca da Nazaré e do Rio Arade. Foi adjudicada a segunda fase de substituição da iluminação pública no porto de pesca de Sagres.

Foram adjudicados a fase de obra para unidade fotovoltaica UPAC no Porto de Pesca de Portimão (deve estar concluída em junho); a fase de projeto para unidade fotovoltaica UPAC no Porto de Pesca da Nazaré (deve estar concluída em dezembro); a fase de projeto para unidade fotovoltaica UPAC no Porto de Pesca da Peniche (sem data – aguarda localização para implantação);

Contributo para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes, indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

Continuam as conversações (reunião) com a Universidade de Aveiro, tendo em vista a realização de uma parceria com a Docapesca que, entre outras coisas, preveja a possibilidade de se introduzirem meios informáticos (com recurso à robótica inteligente) que visem reduzir substancialmente o esforço humano na realização das atividades da 1.ª venda de pescado.

Contributo para OE 9 - Reduzir o peso dos gastos operacionais no volume de negócios

Gerir mensalmente os processos referentes aos cartões de abastecimento de combustível - Foram efetuados controlos e medidas rigorosas para o abastecimento das viaturas em 2021, que permitiram (apesar das oscilações no preço) que o valor real efetivamente consumido no 1.º trimestre ficasse, de forma significativa, muito abaixo do valor orçamentado, embora as restrições provocadas pela Pandemia também tenham a sua quota parte nesta redução.

Outras Atividades:

Face à situação de Emergência Nacional, e de acordo com as orientações da Direção-Geral da Saúde, relativas às medidas de prevenção do COVID-19, esta Direção, na sequência das decisões/orientações do CA, de modo a reduzir o risco de contágio e enquanto Unidade Orgânica

que se preocupa com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, decidiu adotar medidas de contingência, optando pelo cancelamento de qualquer reunião presencial com entidades externas, e de todas as deslocações previstas, com exceção para alguma sobre assunto imprevisto e que se revele inadiável.

De igual modo, apesar dos constrangimentos atrás referidos, e porque se torna também indispensável continuar a garantir as atividades normais no seio da empresa, os nossos trabalhadores encontram-se todos ao serviço, cerca de 60% nas instalações da empresa, e os outros 40% a trabalhar a partir de casa, em regime de teletrabalho, onde realizam as suas atividades remotamente, reduzindo-se deste modo as deslocações das pessoas e dos contactos pessoais.

A DEXP mantém-se em pleno funcionamento, uns de forma presencial e outros à distância, assegurando, por telefone, email e videoconferência, a realização das suas atividades, o apoio aos outros serviços da empresa, bem como a todos os clientes e fornecedores.

Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

O Gabinete de Auditoria Interno é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que tem como objetivo auxiliar a organização a alcançar os seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para melhorar a eficácia, a eficiência, a confiança e integridade da informação e a qualidade dos serviços prestados, contribuir para a melhoria dos processos de governação, de gestão de risco e de controlo e ainda para a melhoria da conformidade legal e regulamentar. Tem como principal função a verificação do cumprimento dos procedimentos e regras estabelecidos pela administração.

Esta atividade é norteada pelo Código de Ética, pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna e pelas Práticas Recomendadas e tem como princípios basilares a integridade, a objetividade, a confidencialidade e a competência.

No 1.º trimestre de 2021, a GAI desenvolveu as seguintes auditorias programadas e não programadas:

Ações programadas no Plano Anual do GAI

1. Ações de carácter específico

1.1. Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da Docapesca – Portos e Lotas, SA – atividades de monitorização desenvolvidas:

- Elaboração das tabelas de monitorização do Plano, para o diagnóstico da situação.
- Envio das tabelas para os responsáveis, para o registo do estado de execução das medidas da respetiva unidade.
- Realização de reuniões de trabalho com os responsáveis para prestar apoio no processo de autodiagnóstico e na reapreciação dos riscos e medidas existentes ou novos, e registo dos constrangimentos enfrentados.
- Tratamento dos dados recebidos, para o apuramento dos dados de carácter geral e, adicionalmente, o tratamento dos dados relativos aos riscos de corrupção e infrações conexas (recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção) e aos riscos com potencial impacto no Sistema de Gestão da Segurança Alimentar para a adaptação do processo aos requisitos da NP ISO 22000.
- Revisão dos instrumentos de avaliação e dos riscos e medidas/controlos, de modo a refletirem a dinâmica do processo.
- Elaboração do relatório de execução anual do Plano, assim como do Plano da Docapesca em 2021.

1.2. Plano Anual das Atividades do GAI (2021): elaboração do plano, aprovado pelo C.A. em 11/02/2021.

- 1.3. Acidentes de trabalho na Docapesca: análise das ocorrências para eventual inclusão no Plano Anual das Atividades do GAI.
 - 1.4. Relatório Anual das Atividades do GAI (2020): elaboração do relatório para preparação do Relatório e Contas da Docapesca.
 - 1.5. Relatório de Atividades do 4.º trimestre de 2020: elaboração do relatório.
 - 1.6. Relatório Anual – Gestão das Irregularidades Comunicadas no âmbito da Política de Comunicação de Irregularidades da Docapesca: análise dos elementos e elaboração do relatório, aprovado pelo C.A. em 15/01/2021.
2. Ações de carácter extraordinário
- 2.1. Relatório de Sustentabilidade da Docapesca 2017-2020: Enquanto membro do grupo de trabalho da Sustentabilidade, participou nas reuniões do *focus group* para preparação da auscultação das partes interessadas.

Ações não programadas no Plano Anual do GAI

1. Ações de carácter específico
- 1.1. Portal Único de Reclamações e Denúncias do IGAMAOT (Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território): participação nas reuniões de trabalho para testar as funcionalidades do portal e na apresentação de propostas para a revisão da “Árvore de Decisão_Mar_Docapesca”.
 - 1.2. Formação profissional – Sessão interna de capacitação da Contratação Pública: participação na sessão relativa à tramitação interna do procedimento de contratação pública.
- 2.1. Consulta pública do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Participação num dos grupos de trabalho para a preparação de propostas para a resposta formal da Docapesca à consulta pública do PRR.
 - 2.2. Análise de ameaças e oportunidades da Docapesca e proposta de medidas e ações: Participação num dos grupos de trabalho para a discussão e o preenchimento da matriz SWOT da Docapesca (ameaças e oportunidades).
 - 2.3. Colaboração com outras unidades orgânicas: foram desenvolvidas ações de apoio em matérias diversas, sempre que solicitado.

Gabinete de Estatística (GE)

O Gabinete de Estatística é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, responsável pela disponibilização de informação estatística, estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda em lota de todo o pescado descarregado nos portos de pesca do território continental. O gabinete articula e coopera com outras entidades nacionais, designadamente no fornecimento de informação estatística relevante sobre o setor das pescas nacional e sobre a atividade náutica.

Entre janeiro e março de 2021, no âmbito das suas competências, o GE desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades:

1. Apoiou o Conselho de Administração através de estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda de pescado em lota, descarregado nos portos de pesca. Trabalhou a informação estatística do pescado e consequentemente a disponibilizou ao Conselho de Administração, às Direções das DPL e da Sede, tendo como objetivo ajudar à tomada de decisões.
2. Preparou e enviou diariamente a informação referente às vendas por lota e por embarcação, da espécie biqueirão; numa periodicidade quinzenal, preparou o mesmo tipo de informação referente à espécie carapau. Esta informação é necessária para que se proceda a uma monitorização em tempo real, acompanhadas pelo Conselho de Administração e pela Secretaria de Estado das Pescas.
3. Preparou e enviou a informação estatística do pescado, de forma atempada e sem atrasos, numa periodicidade diária para a DGRM. Com a periodicidade mensal, para organizações de produtores e associações. Disponibilizou informação em resposta a pedidos “à medida”, efetuados pelos clientes armadores e compradores.
4. Ao abrigo do Princípio de Colaboração, todos os pedidos efetuados pela Autoridade Tributária - Direções e Divisões de Inspeção Tributária, foram todos respondidos. Os pedidos têm como alvo, armadores e compradores.
5. O GE respondeu a todos os pedidos efetuados por entidades como Tribunais, GNR/Unidade de controlo costeiro e DGRM/Inspeção das Pescas.
6. Cumpriu os prazos estipulados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o preenchimento mensal do inquérito de transportes fluviais de pessoas e veículos (ITF), da região do Algarve.
7. O GE tem assegurado e monitorizado o cumprimento do tarifário com preços a aplicar pelo fornecimento de informação estatística com efeitos de aplicabilidade a 1 de março 2020 e tem procedido à faturação resultante da prestação do serviço efetuada.
8. Continuou a colaborar de forma ativa com a Universidade Nova de Lisboa (Data Science Knowledge Center) e com a ANP/WWF num estudo - projeto designado por “Fuga à lota em tempos de pandemia”. O projeto tem como ponto de partida a observação empírica da ANP

e da Docapesca à cerca do impacto do confinamento na primeira venda do pescado fresco em Portugal.

9. Com a atual situação de pandemia por COVID-19, as atividades que têm sido adotadas por esta unidade orgânica, o uso da máscara, o distanciamento físico, o arejamento (abertura das janelas) nos gabinetes/salas, em diferentes períodos do dia.

Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação (GSAC)

O Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que tem como atribuições a manutenção, atualização e aplicação do Sistema de Gestão de Segurança Alimentar implementado na Docapesca. Deve ainda acompanhar os processos de certificação da primeira venda de pescado, nas lotas onde decorram, de acordo com a ISO 22000. O gabinete deve garantir que os operadores da segurança alimentar possuem a qualificação, formação e experiência profissional adequadas e definir e documentar as regras de higiene pessoal, adotadas por todos os trabalhadores, incluindo os subcontratados e os visitantes das áreas de produção, como garantia da salubridade e segurança dos produtos.

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Implementar o sistema de gestão da segurança alimentar, de acordo com a norma NP EN ISO 22000:2018 em 4 lotas (Nazaré, Peniche, Portimão e Olhão).
No decurso do 1.º trimestre de 2021, foi realizado o procedimento para a contratação do serviço de consultoria.
Foram realizadas auditorias de diagnóstico às lotas de Peniche, Sines, Olhão e Portimão.
2. Assegurar a manutenção da Certificação ISO 22000:2018 das lotas da Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra, Setúbal, Quarteira, Sagres e Vila Real de Santo António.
Foi realizada a reunião da revisão pela gestão conforme planeado no Sistema de Gestão de Segurança Alimentar na sede com todos os elementos envolvidos.
3. Assegurar o cumprimento do plano de análises definido para os estabelecimentos e monitorizar o respetivo grau de cumprimento.
Foram realizadas as análises programadas para este trimestre consoante o definido no plano analítico, aprovado pela DGAV
4. Atualizar os procedimentos e fluxogramas dos Manuais de Segurança Alimentar nos estabelecimentos com Número de Controlo Veterinário (NCV)
Foram divulgados os manuais abaixo e respetivos anexos em todas as lotas e implementados nas lotas certificadas:
 - Segurança Alimentar
 - Sistema de Gestão da Segurança Alimentar.

5. Realizar auditorias internas aos planos de segurança alimentar, que são baseados nos princípios do HACCP, com vista à verificação e identificação de não conformidades e correção das mesmas.

Durante o 1.º trimestre não foram realizadas auditorias internas.

6. Monitorizar e dar respostas às vistorias/controlos efetuados por entidades externas, nomeadamente as realizadas pela DGRM e pela DGAV.

No 1.º trimestre de 2021 foi respondido à DGRM sobre a atribuição do NCV à lota da Trafaria.

Resposta ao auto da DGRM à lota da Nazaré.

7. Dar início ao procedimento de obtenção de NCV para o posto de Fuseta e pedido de extensão do NCV para a lota do cerco de Sines.

Durante o 1.º trimestre procedeu-se à recolha dos dados para apresentar à DGRM a proposta para obtenção do NCV e extensão para a lota do cerco.

Ações no âmbito da Pandemia COVID-19:

- a. Os RESAS (veterinários) em articulação com o GSAC fazem a ponte com os responsáveis das lotas, para colocar em prática os procedimentos.
- b. O DSAC faz parte do grupo de gestão do COVID-19, grupo criado no âmbito do Plano de Contingência da empresa.
- c. Neste departamento temos uma trabalhadora em regime de teletrabalho.

Outras atividades:

No decorrer 1.º trimestre estão a ser realizadas obras de melhoramento dos balneários da lota de Peniche.

Foram realizadas vistorias da DGAV às lotas de Matosinhos, Peniche e Vila do Conde.

Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental (GPCO)

O Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que prepara o orçamento anual, em colaboração com as direções, departamentos e direções de lotas e portos de pesca, assegurando a sua execução ao longo do ano, ou seja, que os rendimentos e gastos reais se adequam ao previsto. Relata e explica desvios existentes, sugerindo eventuais medidas de correção. O gabinete de produz informação para avaliar o desempenho da organização nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial. Visa também assegurar a execução da estratégia através da comparação de resultados com objetivos estratégicos. Disponibiliza indicadores de gestão que permitem fundamentar a tomada das decisões de gestão.

No âmbito das suas competências, nos meses de janeiro a março de 2021, o GPCO desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades.

1. Preparação do Relatório de atividades 2020, compilação dos dados fornecidos pelas Direções e Gabinetes.
2. Preparação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2020;
3. Preparação do Relatório do Governo Societário 2020;
4. Apresentação ao Conselho de Administração dos relatórios trimestrais de atividades e execução orçamental referentes ao 4.º trimestre de 2020
5. Elaboração dos mapas financeiros referentes aos 4.º trimestre e respetiva submissão dos mapas financeiros no SIRIEF, dados provisórios.
6. Retificação do Orçamento 2021 em SAP e os respetivos lançamentos nos centros de custo.
7. Elaboração de modelo de relatório e mapas a enviar para as DPL, com efeitos de reporte mensal.
8. Preparação e apresentação ao Conselho de Administração dos Mapas financeiros referentes;
9. Elaboração dos mapas financeiros referentes aos meses de janeiro, fevereiro de 2021 e respetiva submissão dos mapas financeiros no SIRIEF (mensais);
10. Preparação de informação necessária à tomada de decisão para o Conselho de Administração;
11. Elaboração dos relatórios das fábricas de gelo da Docapesca (Aveiro, Figueira da Foz, Matosinhos e Sines); para o período de 2018-2020;
12. Elaboração dos relatórios sobre os postos de vendagem para o período de 2018-2020;
13. Elaboração de declarações de cabimento e respostas a pedidos de consulta de entidades de acordo com o artigo 113.º do CCP;
14. Reforço das regras para solicitação dos pedidos de declaração de cabimento, envio para as direções e departamento; novos procedimentos a adotar;

15. Relato de desvios existentes, sugerindo eventuais medidas de correção - Coordenação com os colegas das diferentes lotas responsáveis por lançamentos contabilísticos solicitando, sempre que necessário, as devidas correções, estimativas e/ou estornos dos mesmos;
16. Reorganização dos centros de custos em SAP de acordo com a nova estrutura orgânica (Ordem de Serviço CA 21/2020).
17. Monitorização mensal dos valores do pescado nas diferentes lotas e postos de vendagem;
18. Integração do software Power BI (Power BI Desktop) como ferramenta de controlo e reporte do GPCO;
19. Apoio ao Conselho de Administração na elaboração de ordens de serviço e de ofícios diversos para o acionista;
20. Colaboração com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas.

Para fazer face à atual situação, durante o 1.º trimestre, com as novas medidas impostas pelo estado de emergência, nomeadamente fecho das escolas, um trabalhador do GPCO desempenhou as suas funções em regime de teletrabalho.

Gabinete de Assessoria Técnica (GAT)

O Gabinete de Assessoria Técnica é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, responsável pela disponibilização e gestão de informação a fornecer ao Conselho de Administração, relativa a estudos e análise integrada de indicadores de gestão no âmbito de grandes projetos quer de infraestruturas quer de inovação e orientação para o desenvolvimento do mercado interno e externo de valorização do pescado e da empresa.

Contributos para OE 1 Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

A participação da Docapesca na Associação para a promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche, (APDPCTMP), visa apoiar a inovação ligada à economia Azul de forma a se obter valor acrescentado ao pescado assim como o apoio a novas formas de implementar os circuitos de proximidade.

Contributos para OE 2. Contribuição para a internacionalização do sector.

A Docapesca, através da sua participação na APDPCTMP, que têm por objetivo a inovação e o desenvolvimento da economia azul, esta a apoiar o sector na inovação, transformação e na apresentação do pescado quer no mercado nacional quer no mercado externo.

Contributos para OE 3. Promover a sustentabilidade Ambiental.

A Docapesca continua a sua senda na busca constante da sustentabilidade ambiental, para além dos projetos já implementados e desenvolvidos pela empresa, como também aposta na inovação neste campo através da sua participação como sócia fundadora na APDPCTMP.

Direções de Portos e Lotas (DPL's)

As Direções de Portos e Lotas são as unidades orgânicas nucleares, com funções de gestão local das infraestruturas portuárias afetas à pesca (que integram lotas e postos de vendagem) e são responsáveis pela primeira venda de pescado fresco, por todas as atividades conexas e pelo cumprimento dos regulamentos de exploração dos respetivos portos.

Nas Direções de Portos e Lotas incluem-se as seguintes:

1. Portos e Lotas do Norte e Matosinhos - área de Exploração (Portos e Lotas) e Apoio à Gestão Dominial – Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Castelo de Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conde
2. Portos e Lotas do Centro Norte - área de Exploração (Portos e Lotas) - Aveiro, Mira e Figueira da Foz
3. Portos e Lotas do Centro - área de Exploração (Portos e Lotas) – Peniche, Nazaré e Cascais
4. Portos e Lotas do Centro Sul - área de Exploração (Portos e Lotas) – Costa de Caparica, Sesimbra, Setúbal, Sines e Vila Nova de Milfontes
5. Portos e Lotas do Algarve - área de Exploração (Portos e Lotas) – Sagres, Lagos, Portimão, Albufeira, Quarteira, Olhão, Fuzeta, Sta. Luzia, Tavira e Vila Real de Santo António.

Direção de Portos e Lotas de Matosinhos (DPLNM)

Contributos para OE 1 – Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

1. Ao nível das infraestruturas - obras de manutenção/conservação correntes em edifícios, áreas portuárias a descoberto, outras infraestruturas e fundamentalmente de equipamentos de que se realça a colaboração das restantes direções com enfoque para a DIMA, DSI e DSM - com intervenções em equipamentos - Estaleiros da Azurara, Lotas, fábricas/máquinas de gelo, câmaras de refrigeração/conservação, máquinas de lavar (caixas e pisos), estruturas flutuantes e cais de descarga/amarração, coberturas/caleiras dos edifícios em Matosinhos, ainda em Matosinhos, substituição do tapete de venda, afinação da central de captação/tratamento de água salgada, ao nível dos pisos em áreas portuárias realça-se a colocação do piso em Viana do Castelo, reparações pontuais nos pisos dos Portos da Póvoa de Varzim e Matosinhos. Nas lotas e mercado de 2.ª venda de Matosinhos foram reparadas canalizações, portões, pintadas paredes, limpeza geral das caleiras das coberturas e higienizações/desinfecções mais frequentes e profundas, reabilitados empilhadores, zorras, carrinhos manuais. Criadas condições em terra no âmbito dos circuitos de comercialização - venda de lampreia e registo em tempo real nos Postos de Vendagem. Em Caminha, demolição/construção do Mercado Municipal, houve necessidade de adquirir um contentor para regularização do pescado, está instalado em área provisória cedida pela Câmara Municipal. Em Angeiras, por razões de deficientes condições de mar (época de Inverno) o pescado descarregado em Matosinhos é transferido para o Posto de controle/registo para que não se verifiquem estrangulamentos no mercado municipal local de venda ao consumidor final.
2. Melhorias nas instalações, condições do acondicionamento, caixas higienizadas, recurso ao gelo, leilão transparente e moderno - No Porto de Pesca de Matosinhos as lotas funcionam em instalações a necessitar de beneficiação, o pescado é acondicionado em caixas da Docapesca nas lotas da artesanal e arrasto, no cerco é acondicionado em cabazes propriedade dos armadores. As caixas de pescado são higienizadas em máquina adequada (túnel). O fornecimento de gelo às lotas está assegurado pela Fábrica de Gelo, possuímos ainda uma máquina de fabrico daquele produto no Posto de Registo de Angeiras, garantem a cadeia de frio (não se verificaram estrangulamentos na produção). Para incentivar a aplicação de gelo ao pescado após a estiva/pesagem, na lota há dornas para fornecimento de gelo direto a armadores a aplicar ao pescado com destino à 1.ª venda, há um funcionário a quem foi atribuída a missão aplicando gelo nas caixas de pescado sempre que o armador não aplique gelo. Nos portos do Norte o procedimento é similar, isto é, caixas laranjas para estiva do pescado destinado à primeira venda, as principais unidades orgânicas da DPLNM estão dotadas de máquinas de fabrico de gelo, na Póvoa de Varzim, o pescado estivado é

parqueado em câmara de conservação com saída direta para o tapete de venda, Viana e Matosinhos possuem ainda câmaras de conservação tradicionais, sem fabrico de gelo no local temos os Postos de Vendagem da Aguda com edificado próprio, Afurada, Valbom, Espinho, Apúlia e Caminha não há local para instalar as máquinas de gelo por não haver instalações que o permitam, em Valbom regista-se pescado vivo (lampreia), na Afurada os equipamentos informáticos estão instalados na Junta de Freguesia bem como Espinho que regista o pescado na Afurada, em Vila Chã, apesar de existirem instalações não há fabrico de gelo, em Castelo de Neiva este problema foi resolvido com gelo auto transportado de Viana, contudo a nova Lota a inaugurar brevemente está dotada de máquina de gelo e câmara de frio, assim sendo pode-se dizer que a cadeia de frio na DPL Norte e Matosinhos está assegurada.

3. Reforçar o relacionamento com as organizações de produtores, associações, outras entidades estatais e com os particulares.

Devido a pandemia a DPLNM tem realizado doações de pescado (carapau e cavala) através de Juntas de Freguesia que o distribuem por famílias carenciadas. No âmbito ambiental o projeto "Pesca por um Mar sem lixo", prossegue e com resultados favoráveis nos três portos principais da DPLNM. Na área dominial sob nossa responsabilidade, realçar a emissão/renovação de títulos de licenças, autorização de transferências desses títulos, concluíram-se os concursos para renovação do título de licença nos Estaleiros da Azurara em Vila do Conde. Os contactos com Associações do setor da pesca, recreio náutico, outras autoridades, autarquias em geral, APDL, têm sido frequentes e é de realçar a cooperação com as 4 O.P.(s) da área da DPLNM. São ouvidas e participam com propostas e ações tendentes à melhoria das condições de venda e outras alterações operacionais e organizacionais em terra, os contactos com as autoridades e outras entidades são decorrentes das competências dos envolvidos, a par da relação institucional.

Contributos para OE 2 – Contribuir para a internacionalização do setor

1. Acolher visitantes de países terceiros com ligação ao universo empresarial e cultural

No período em análise o número de visitantes de países terceiros não se têm registado, ao nível cultural e ou académico as visitas às nossas áreas não se têm concretizado, foram suspensas em razão do estado de emergência.

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos

Práticas amigas do ambiente – Nos Porto de Pesca os resíduos sólidos e líquidos a par dos industriais resultantes da atividade da pesca têm sido objeto de recolha/separação e

encaminhamento para locais licenciados, incluímos os resíduos gerados e depositados desordenadamente nas áreas portuárias pelos armadores/pescadores e outros operadores (armazenistas e retalhistas de pescado) e largados nos espaços portuários. Os resíduos vegetais são igualmente recolhidos e depositados em locais licenciados. Temos como áreas portuárias mais críticas, os 3 maiores portos de pesca nos espaços adjacente aos armazéns e mercados de segunda venda e no interior destes, nos Estaleiros da Azurara os resíduos das áreas comuns são igualmente recolhidos, separados e encaminhados para área licenciada, a frequência destas operações depende dos picos de atividade e resíduos gerados, continua por implementar o processo de tratamento das caixas de esferovite que seria inovador, propõem-se prensar e reutilizar a matéria tratada no fabrico de novas caixas (economia circular).

2. Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável

O uso de máquinas para lavar caixas em túnel e à pressão (estas mais utilizadas nas lavagens do piso das instalações) geram uma redução dos consumos de água, de energia e de produtos de higienização. Os mecanismos de acionamento de pedal e temporizados em torneiras públicas nas áreas de exploração das Lotas e mercados reduz os consumos. Ao nível da energia elétrica, a substituição das luminárias na rede pública para "leds" origina redução de consumos e abrangeu arruamentos, terra plenos e cais de amarração/descarga nos diversos portos. Produtos de higienização – está a haver uma melhoria na dosagem e diluição na água (foram adquiridos doseadores de pulverização com métricas incorporadas nas paredes laterais dos recipientes de fácil leitura e interpretação), a formação nesta área é importante quer em termos práticos quer em termos de sensibilização dos utilizadores.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.^a venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Mercado de segunda venda

As condições precárias do Mercado de 2.^a Venda em Matosinhos serão resolvidas com a nova construção agora em fase de elaboração do projeto. O edificado, para além de ser o grande gerador de receitas, é ainda o disciplinador das vendas de pescado no porto de pesca, pescado que é oriundo das lotas locais, pescado auto transportado de outras lotas, de Espanha, ilhas e de outras partes do globo, aqui se transaciona pescado não só de origem selvagem, mas também da aquacultura. Os outros dois mercados de 2.^a venda (armador /consumidor final) estão a funcionar e a gerar mais valias para os operadores (armadores da pesca local).

Contributos para OE 5 - Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Realização de análises periódicas no âmbito do HACCP.

Análises programadas e realizadas - Foram feitas as análises no 1.º trimestre de 2021 na DPLNM nas lotas de Matosinhos - superfícies (tapete de venda); análise água salgada e gelo; Angeiras - análise gelo; Vila do Conde - análise ao gelo; Póvoa de Varzim – análise ao tapete de venda e gelo; Viana do Castelo – análise gelo e água salgada e Vila Praia de Âncora – análise de gelo. Os parâmetros analisados dentro do Plano considerado encontravam-se conformes.

2. Receção de resíduos oriundos do mar.

Desenvolvida ação piloto em Matosinhos (envolvendo os pescadores no mar), foram distribuídos sacos plásticos para embarcações mais pequenas e contentores para embarcações mais espaçosas, os resíduos recolhidos do mar e produzidos a bordo são depositados nos cais ensacados, recolhidos e depositados em local adequado pelos serviços de higiene do Porto de Pesca (empresa prestação serviços externa) e ou vazados diretamente pelos pescadores nos RSU(s) espalhados nos cais, o mesmo é feito com os contentores de resíduos de bordo, este projeto continua aberto a novos aderentes.

3. Incentivar os operadores (armadores) a colocar gelo nas caixas de pescado, por forma assegurar a cadeia de frio ao longo de todo o processo de venda.

Na lota artesanal/arrasto são disponibilizadas, diariamente, dornas com gelo, de forma a que este seja colocado em todas as caixas, após a classificação/pesagem, este procedimento consolidou-se neste trimestre em Matosinhos com contratualização de um colaborador para esse fim, nos restantes portos a adição de gelo já é realizada há anos por norma pelo armador complementado com a manutenção da cadeia de frio (recurso a câmaras de conservação especificamente para esse objetivo até ao momento do leilão enquanto o espaço daquelas o permita.

4. Promover as condições de higiene e segurança no trabalho.

As equipas HACCP, de forma a promover a melhoria das condições de higiene nas lotas e no âmbito da rastreabilidade foram reestruturados os parques do pescado com destino à 1.ª venda, tendo em conta as superfícies das caixas de pescado não estarem em contacto direto com o piso (recurso a caixas azuis e/ou paletes), em Matosinhos e no parque de entrega, as caixas são distribuídas sobre a superfície de paletes para as isolar do piso da lota apesar deste ser frequentemente higienizado, o auto levantamento pelo comprador foi suspenso por razões de higiene e por razões pandémicas (redução de pessoas na área de exploração). A supervisão e orientação nas tarefas de higienização das lotas foi reforçada, a higienização das caleiras das águas de lavagens é frequente, a limpeza/higienização dos equipamentos de pesagem e movimentação é frequente e diária, áreas conexas da exploração tais como arrecadações, corredores, w.c.(s), salas de apoio, balneários/vestiários são frequentes e diárias em particular na área afeta a exploração, os registos que ilustram as evidências assim

o demonstram. Foi implementada a medição e registo da concentração de cloro na água salgada nas lotas com fornecimento de água salgada, em Matosinhos a estação de captação/distribuição de água salgada é monitorizada, está agendada a limpeza e desinfeção dos tanques que dependeu da conclusão dos trabalhos de reabilitação/substituição das caleiras da cobertura já concluídas. Os trabalhadores têm tido formação nesta área e estão mais sensibilizados para as questões quer da higiene quer da segurança, neste âmbito os equipamentos de proteção individual são utilizados, realça-se também os relacionados com a epidemia Covid-19.

Contributos para OE.7 – Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Gestão Recursos Humanos - Na DPL Norte e Matosinhos contrataram-se três trabalhadores, dois em Matosinhos e um na Póvoa de Varzim.

Dois trabalhadores da lota de Matosinhos diariamente se deslocam para a lota de Viana de Castelo (3 horas de trabalho) para auxiliar na realização do leilão, terminado estes regressam à origem para completar o horário de trabalho. Esta situação acontece devido à ausência de dois trabalhadores daquela unidade orgânica que tiveram a necessidade de acompanhar os filhos menores de doze anos (estado de emergência - fecho das escolas), outra trabalhadora esteve de baixa e na área de exploração haver apenas três trabalhadores (estes realizaram as tarefas da lota fora do horário do leilão da Artesanal, inclusive realizavam o leilão da lampreia às 9h00. Na Póvoa de Varzim, houve trabalhadores que ativaram o acompanhamento dos filhos menores de 12 anos em idade escolar mas não afetos diretamente ao sector de exploração, uma das razões para a não realização de teletrabalho nesta Unidade orgânica, em Matosinhos, a par de alguns casos de Covid, na exploração os trabalhadores com filhos em idade escolar menores de 12 anos acionaram o acompanhamento dos filhos pelas escolas que recebiam as crianças de trabalhadores cujas tarefas/funções estão contempladas no Anexo I do decreto regulamentar do estado de emergência.

Contributos para OE 8 – Garantir Volume de Negócios

1. Há uma diminuição do volume de negócio no 1.º trimestre 2021 por comparação com período homólogo do ano anterior representando cerca de 8%, continua a não ser estranho o desempenho praticamente nulo da arte do cerco complementado pela influência negativa da pandemia que em 2021 se prolongou ao longo de todo o trimestre. A variação negativa quer no volume de pescado transacionado (-7%) e valor de pescado (-10,4%) contribuíram para o efeito negativo no volume de negócios na DPLNM em razão de afetar ainda as atividades conexas em especial em Matosinhos (gelo, combustíveis, licenças de ocupação, etc...), a Gestão Dominial no Norte apresenta uma variação positiva de 23% e as receitas

da 1.ª venda de pescado no Norte também vão no mesmo sentido com variação positiva (14%).

Atividades transversais:

Outras atividades:

Continua ativo o plano de contingência em razão da propagação da pandemia Covid-19. A atividade nos portos de pesca, mesmo em estado de emergência, tem-se mantido aberta e com a relativa normalidade em razão dos condicionalismos resultantes e estado de emergência, o distanciamento social com redistribuição de utentes pelos espaços, barreiras materiais e informação com destino os utilizadores em geral. Destacamos no leilão a distribuição dos compradores nas bancadas, redução de utilizadores na área de exploração, acesso aos parques de entrega de pescado controlado, o auto levantamento foi suspenso em Matosinhos vedado, nas áreas de receção de pescado (estiva/pesagem) os representantes das embarcações foram reduzidos a dois elementos e distribuição por várias balanças separadas na área de exploração. Em Matosinhos o controle de pessoas nas portas de entrada, é realizada por empresa de segurança/vigilância tal como no mercado de segunda venda, há controle de temperatura dos utentes à entrada dentro do que é possível, o fornecimento de gelo realiza-se com normalidade e com controle no distanciamento social. Há retração das atividades comerciais em geral, a diminuição dos preços por influência da procura não foi tão significativamente como se chegou a temer no início da pandemia, essa baixa reporta-se mais a pescado de maior valor comercial (a redução da exportação e a restauração encerrada, deverão explicar parte dessa baixa).

Direção de Portos e Lotas do Centro Norte (DPLCN)

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos:

Tem vindo a ser prática regular, por todos os colaboradores, a implementação de medidas operacionais "amigas do ambiente" implementadas ao nível da triagem de resíduos; tanto ao nível da exploração, como ao nível da área administrativa.

Os trabalhadores do sector administrativo e do sector da exploração, já se encontram neste momento a efetuar a triagem dos resíduos produzidos nas instalações, nomeadamente o papel e os plásticos. Os procedimentos estão enraizados nas suas práticas diárias, fazendo a separação diária dos resíduos recicláveis junto dos ecopontos que se encontram no interior/exterior das instalações.

2. Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável (verificação trimestral dos consumos face ao período homólogo)

No porto de pesca de Aveiro, no decorrer do 1.º trimestre de 2021, procedeu-se à substituição da iluminação que foi ficando danificada, por lâmpadas LED, em substituição das tradicionais lâmpadas de halogénio. Esta prática será implementada faseadamente, tendo em conta as necessidades futuras de substituição, o que permitirá uma futura redução de custos.

No 2.º trimestre irá ser apresentado um acompanhamento (mapa de controlo) dos consumos face ao período homólogo.

No porto de pesca da Figueira da Foz, foram colocados contadores de água com telemetria. (Fabrica de gelo e lota), com a instalação verificou-se uma redução dos consumos de energia em 4 % em relação ao período homólogo.

3. Acompanhamento trimestral do projeto: "A Pesca por um Mar sem Lixo". - Porto de Pesca de Aveiro - projeto em curso; - Porto de Pesca da Figueira - Projeto iniciado em Outubro 2018.

Aveiro - Os pescadores têm seguido as práticas inerentes do projeto (recolha de sacos para separação dos resíduos / colocação nos contentores específicos etc). Quanto às restantes artes de pesca, em especial a artesanal costeira/local, constata-se pouco envolvimento/compromisso na aplicação efetiva do projeto. A DPLCN_Lota de Aveiro, em colaboração com o DIM, irá propor às OP'S que aderiram ao projeto, uma nova ação de sensibilização, a realizar no 2.º trimestre de 2021, para tentar influenciar e sensibilizar para a importância da sua aplicabilidade/cumprimento nas embarcações aderentes.

Figueira da Foz - Monitorização constante do projeto iniciado em 2018, estando os resíduos a ser encaminhados devidamente separados.

Contributo para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias da área concessionada à Docapesca (cais de acostagem do porto de pesca de Aveiro).

A dragagem da área molhada concessionada à Docapesca, no Porto de Pesca de Aveiro, não está concluída. Esta situação já foi comunicada à DIMA, tendo a DPLCN_Aveiro manifestado a sua preocupação na conclusão da dragagem, por forma a não condicionar o normal funcionamento do Porto. De acordo com informação da DIMA a conclusão da dragagem está prevista para o início de maio.

No entanto, reforça-se o alerta para o facto do atual estado da área molhada concessionada à Docapesca no porto de pesca de Aveiro (junto às pontes cais), não reunir as condições de segurança de acostagem para embarcações de maior calado, condicionando o normal funcionamento da Lota em dias de maior fluxo de embarcações. Ou seja, as embarcações de maior calado encontram-se atualmente a atracar junto ao cais de descarga, condicionando o espaço físico necessário para as diversas operações de desembarque, e colocando em causa as condições de segurança para as restantes embarcações que efetuam a descarga.

Figueira da Foz - Foram recolocados colares de pneus no cais de descarga, bem como escadas novas para garantir a segurança nas atracações das embarcações que nos visitam. Deu-se início da construção de portaria e vedação para melhor controlo de pessoas e bens. Durante este trimestre procedeu-se ao levantamento hidrográfico à nossa zona molhada concessionada, para efetuarmos as dragagens necessárias, tendo em vista estabelecer as quotas de serviços nas diferentes áreas. (cais de descarga, cais de aprovisionamento, pontes cais de descanso e respetivas bacias de manobra).

2. Substituir/reparar infraestruturas portuárias no porto de Aveiro (manutenção corretivas urgentes - exemplos: escadas, defensas, iluminação).

Aveiro - No decurso do 1º. Trimestre de 2021, a ponte cais nº. 1, da área concessionada no Porto de Pesca de Aveiro foi intervencionada, tendo sido substituídas, defensas, escadas e iluminação. Para conclusão da intervenção, regista-se a ligação definitiva da iluminação, água e procedimentos operacionais dos meios de controlo do seu funcionamento (formação do funcionamento dos pontos de abastecimento/controlo da energia e água às embarcações). Este processo está a ser coordenado pela DIMA.

3. Modernização/restruturação dos processos de pesagem, venda e entrega de pescado na Lota da Figueira da Foz.

Procedimento implementado, verificando-se zero reclamações por parte dos nossos comerciantes

Contributo para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Determinar como obrigatório a colocação de gelo nas caixas de pescado, por forma assegurar a cadeia de frio ao longo de todo o processo de venda (aplicação de uma taxa de gelagem por caixa de acordo com o tarifário);

Aveiro tem vindo a encetar esforços no sentido de sensibilizar os armadores para a colocação de gelo nas caixas de pescado, com o objetivo de assegurar a manutenção da cadeia de frio ao longo de todo o processo de transação do pescado em Lota. Contudo, tem-se verificado o constante recuo dos armadores na aplicação desta boa prática, alegando que essa será uma responsabilidade da Docapesca. Os armadores não pretendem acarretar com esse custo operacional, devendo pelo exposto a Docapesca criar regras/procedimentos comuns a nível Nacional, de modo a assegurar a cadeia de frio.

Em relação à Figueira da Foz a boa prática de colocação de gelo no pescado está implementada garantindo a cadeia do frio em qualquer momento.

2. Monitorização trimestral dos processos operacionais relacionados com a implementação da norma ISO 22000 nas Lotas de Aveiro e da Figueira da Foz.

Aveiro - O Sistema de Gestão de Segurança Alimentar na Lota de Aveiro, de acordo com a norma NP EN ISO 22000, é já considerado um processo integrado nas rotinas de todos os colaboradores, sempre com o objetivo de melhoria contínua em toda a cadeia de processo operacional da lota.

O acompanhamento operacional da equipa (RESA), coordenada pelo veterinário, nas auditorias internas/externas, são fundamentais na medida em que são detetadas não conformidades que são de imediato corrigidas ou definidas ações corretivas, estabelecidas com base no conhecimento de uma equipa multidisciplinar.

Figueira da Foz - O Sistema de Gestão de Segurança Alimentar relacionado com a 1ª venda na Figueira da Foz, está a ser monitorizado com frequência de forma a garantir um produto seguro, e a continuidade da certificação pela ISO22000:2018.

Contributo para OE 6 – Promover a desmaterialização de procedimentos

1. Contribuir de forma ativa para reestruturação de todo o sistema informático da empresa, em especial o sistema da 1ª venda de pescado. Os recursos humanos da Figueira da Foz, estão informados e recetivos a uma reestruturação de todo o sistema informático da 1ª venda, tendo em vista a melhoria contínua de processos.

Contributo para OE 7 – Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Efetivar a formação dos colaboradores das lotas de Aveiro/Figueira nos procedimentos relacionados com o hardware e o sistema informático de primeira venda.

Aveiro - No decurso de 2020, não foi possível articular com a DRH a realização de formação dos colaboradores, tendo em conta o objetivo proposto. Vamos reforçar as necessidades urgentes de formação, em 2021, propondo mesmo recorrer a formação interna, a efetivar pelos colaboradores mais antigos/experientes das lotas a nível Nacional, ou alguém dos serviços centrais.

Figueira da Foz - De acordo com o plano anual de formação neste trimestre foi ministrada a formação “higiene de espaços e equipamentos”.

2. Implementar um modelo operacional de otimização de RH, alocados a várias áreas consoante as necessidades/horários de maior incidência.

De forma a garantir a sustentabilidade económica e financeira da Lota de Aveiro, é objetivo da DPLCN implementar um modelo operacional de otimização de RH, alocados a várias áreas, consoante as necessidades/horários de maior incidência. Exemplo: Um trabalhador estar alocado 50% do horário à exploração, garantindo o funcionamento do leilão, e 50% do horário estar alocado à área administrativa.

A Lota de Aveiro tem vindo a promover a reestruturação de procedimentos operacionais que envolvam RH, com o objetivo de aumentar a polivalência dos seus colaboradores e respetivas chefias. Tem sido utilizado como meio de implementação das ações de reestruturação, para as funções mais técnicas, a formação interna de modo a promover uma maior independência operacional de cada trabalhador e uma menor interferência com os seus períodos de férias. Assim, nas formações internas realizadas, têm sido apresentadas as noções básicas/procedimentos afetos a cada tarefa, para que os colaboradores possam autonomamente substituir os colegas, em situações imprevistas de ausência e sob supervisão e orientação das chefias.

Está em curso, dando continuidade aos procedimentos já instituídos, a descentralização de alguns serviços básicos da área administrativa para a exploração, que até então eram feitos em coordenação/cooperação com as duas áreas em simultâneo. Prevê-se que esta descentralização possa trazer benefícios ao nível da especialização de serviços, estando previsto analisar os resultados obtidos com essas mesmas alterações, com o objetivo de assegurar a melhoria contínua dos processos.

Outras atividades - COVID-19:

Ações desenvolvidas pela DPLCN_Aveiro:

- Procedeu ao cumprimento operacional do plano de contingência relativo ao COVID-19;
- Procedeu à reformulação dos horários de laboração dos serviços administrativos de Aveiro;

- Procedeu à reformulação do atendimento dos serviços administrativos, limitando o atendimento, privilegiando o contacto telefónico/email;
- Procedeu ao reforço operacional efetivo dos processos de higienização da lota, com recurso à aquisição de produtos de limpeza/higienização, bem como à reestruturação de procedimentos operacionais;
- Procedeu à contratação externa da desinfeção das áreas de maior relevância.

Atividades transversais:

- Elaboração do orçamento anual

Direção de Portos e Lotas do Centro (DPLC)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. No âmbito da estratégia de promoção da sustentabilidade ambiental a DPLC tem vindo a melhorar a eficiência energética nos seus Portos e Lotas.

Para tal, e com vista à racionalização e redução do consumo de energia, a iluminação convencional, até então em armaduras fluorescentes, tem vindo a ser substituída por iluminação LED.

Assim, já se encontra totalmente substituída toda a iluminação dos Portos de Peniche e Nazaré, bem como parte da iluminação das respetivas Lotas.

Igualmente, e por forma a minimizar o impacto ambiental, foi dado início à substituição da caldeira da máquina de lavar caixas, da lota de Peniche, alimentada a combustível fóssil por resistências elétricas.

Foi também dado início à monitorização do contador geral de água do porto da Nazaré, por forma a aferir os elevados consumos de água naquele porto. Pretende-se com este procedimento antecipar não só a deteção de fugas como também a redução significativa de perdas, contribuindo para um menor custo, melhor eficiência na utilização deste recurso e a consequente diminuição da pegada ecológica.

Foi também instalado, no âmbito política ambiental, um carregador de viaturas elétricas no porto de pesca de Peniche.

É objetivo da DPLC garantir a continuidade das ações de sensibilização ambiental junto dos seus colaboradores, bem como de comerciantes e comunidade piscatória, por forma a incentivar comportamentos que garantam poupança de energia, economia de água e ainda triagem e valorização dos resíduos produzidos.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, Bem como infraestruturas conexas

1. Tendo a conta a reorganização orgânica ocorrida no início do ano mostrou-se necessário proceder também à reorganização dos serviços. Para tal, foram criados novos procedimentos internos e redistribuídas as tarefas diárias. Ao nível financeiro, e tendo por base o cumprimento da UTE, foi necessário solicitar aos clientes que apenas efetuassem o pagamento das suas dívidas para a conta do IGCP. Igualmente, também os depósitos diários passaram a ser efetuados na referida conta.
2. Houve também a necessidade de criar uma nova dinâmica de trabalho com a DSM, por forma a garantir não só uma rápida resolução dos problemas de manutenção que diariamente ocorrem na DPLC, como também a definição de um plano de ação preventiva que minimize custos futuros.

Esta também a ser desenvolvido um plano de trabalhos para a área de exploração dos Portos de Pesca do Centro com o intuito não só de reorganizar estes os portos, como também com o objetivo de criar melhores condições a todos os seus utentes.

Lota da Nazaré

1. No âmbito do processo de Reabilitação da Lota da Nazaré encontra-se concluída a 1ª Fase das obras para a obtenção da certificação pela norma NP EN ISO 22000.
2. Foi igualmente lançado e está a decorrer o procedimento concursal para Fase 1 - A das obras, na qual se encontram contempladas intervenções ao nível dos balneários e instalações sanitárias destinadas ao pessoal, reorganização dos circuitos de saída de pescado, bem como de desmantelamento de equipamentos de frio obsoletos.

Ainda no âmbito da Fase 1 - A foi lançado um concurso para a aquisição de uma nova câmara frigorífica de conservação de pescado.

Assim, todas as intervenções acima referidas, se mostram necessárias com vista à obtenção da certificação pela norma NP EN ISO 22000.

Porto da Nazaré

1. Foram desenvolvidas ações conjuntas com a DSM essencialmente com o intuito de reparar circuitos elétricos obsoletos, nomeadamente nos armários de distribuição e alimentação elétrica dos armazéns de comerciantes, do sistema de alimentação da estação elevatória de águas residuais e esgotos, reparação de fugas de água nos passadiços flutuantes, bem como substituída uma das pontes de acesso ao passadiço flutuante.
2. Foi elaborado um primeiro draft, para apresentação ao CA, do plano de ordenamento do Porto na Nazaré onde foram definidas as diversas áreas do Porto, em função das atividades económicas a desenvolver.
3. Iniciou-se ainda o estudo de viabilidade económica para a concessão do serviço público do travelift.

Lota de Peniche

1. Tendo presente a necessidade de certificação da Lota de Peniche pela norma NP EN ISO 22000, no ano de 2021, foi efetuado o levantamento de necessidades da Lota para obras de requalificação.

Para tal, está em curso o projeto de execução da reabilitação da Lota de Peniche, nomeadamente no que concerne a obras de melhoramento das paredes e pavimentos, bem como à reorganização dos espaços e melhoria das condições dos trabalhadores, necessárias para obtenção da certificação.

2. Como já referido anteriormente procedeu-se à substituição da alimentação caldeira da

máquina de lavar caixas.

3. Foi também iniciado o procedimento para substituição das condutas de água salgada que se encontravam em péssimo estado de conservação.

Porto de Peniche

1. Foi lançado o concurso público para a reabilitação do cais de estacionamento e abastecimento. Pretende-se com esta intervenção melhorar as condições de segurança dos profissionais da pesca e das embarcações que operam neste porto.
2. Foram efetuadas obras de beneficiação da estaca e anel do passadiço flutuante afeto à atividade marítimo-turísticas.
3. Com o início da atividade da atividade do cerco, que ocorreu excecionalmente no 1.º trimestre de 2021, mostrou-se necessário reorganizar o cais de descarga desta arte. Esta intervenção visa não só melhorar as condições de acesso e descarga como também aumentar a capacidade de embarcações no cais.
4. Está a ser efetuado o levantamento de necessidades para a instalação de um novo sistema de videovigilância no Porto.

Lota de Cascais

1. No âmbito do protocolo de Utilização e Exploração das Instalações do Posto de Transferência de Cascais, celebrado entre a Docapesca e a C. M. Cascais, foi dado início ao procedimento de requalificação do edifício da Lota, por forma a requalificar uma Lota que há muito carecia de intervenção.

Porto da Ericeira

1. Foi efetuada uma intervenção para a remoção de areias na rampa varadouro do porto de pesca da Ericeira.
O objetivo foi a reposição das condições de operacionalidade da rampa de forma a voltar a permitir a movimentação das embarcações nas operações de alagem e bota-abixo. A rampa varadouro do porto de pesca da Ericeira encontrava-se com um elevado estado de assoreamento, impossibilitando a movimentação das embarcações.
2. Encontra-se em curso o desenvolvimento do projeto para o novo Posto de Vendagem da Ericeira.

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Continuação da implementação do HACCP e implementação de práticas de Política Ambiental nas lotas de Peniche e Nazaré:

Não tendo sido possível certificar a lota de Nazaré pela norma NP EN ISO 22000, no ano de 2020, e dada a necessidade de certificação no ano de 2021, foi dada continuidade ao processo de implementação de toda a documentação e registos. Apesar das medidas de contingência impostas devido à Pandemia COVID-19, foram mantidas as visitas com frequência semanal para verificação e implementação da documentação atualizada e produzida durante o primeiro semestre, essencial ao processo de certificação.

Durante estas visitas foram ainda realizadas sessões de esclarecimento, relativas a metodologias e registos, com o responsável local por cada área de intervenção do sistema e com o responsável pela equipa HACCP.

Estas visitas permitem não só uma avaliação regular do processo como também a correção de “Não conformidades” levantadas nas auditorias realizadas no ano anterior.

Em suma a evolução tem sido positiva tal como se pode verificar pela melhoria da taxa de cumprimento das Listas de Verificação Mensal em que tivemos uma média de taxa de cumprimento de 79% no final do 4º trimestre do ano anterior face à média de 86% no 1.º trimestre do ano em curso.

2. Desenvolver ações preventivas, corretivas e fiscalização das normas implementadas:

Dada a necessidade de certificação da lota de Peniche pela norma NP EN ISO 22000, no ano de 2021, foi efetuada uma auditoria de diagnóstico no 1.º trimestre. Atendendo a que até então os registos efetuados e a documentação utilizada não se encontravam conforme, procedemos à atualização de toda a documentação e registos necessários que da auditoria de diagnóstico resultou um relatório com as Não Conformidades (10) e as Oportunidades de Melhoria (8), aí identificadas. Foi dado seguimento ao plano de ação para a resolução das “Não Conformidades”.

Contributos para OE 7 – Garantir a adequação de competências dos RH aos novos desafios.

1. Dadas as condicionantes decorrentes do Estado de Emergência não foi possível realizar as formações agendadas. Contudo, encontram-se previstas para o próximo trimestre formações no âmbito do uso de equipamentos, contabilidade, entre outras.

Outras atividades

Não obstante a situação pandémica vivida ao longo do primeiro trimestre de 2021 foi intenção da DPLC desenvolver atividades para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.

Com a alteração orgânica sofrida no início do ano mostrou-se necessária uma reorganização das tarefas e serviços. No entanto estamos a trabalhar para melhorar o desempenho da DPLC por forma a atingirmos as metas estratégicas traçadas para o presente ano.

Direção de Portos e Lotas do Centro Sul (DPLCS)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Dar continuidade às boas práticas na separação de resíduos, quer para trabalhadores, bem como utentes, através de informação visual e colocação de pontos de reciclagem.

Todos os estabelecimentos do centro sul, continuam a aplicar boas práticas no que respeita à separação de resíduos e ao seu encaminhamento, sempre que possível.

2. Reforçar as boas práticas na diminuição do consumo energético e de água, através da utilização de lâmpadas economizadoras e informação visual indicadora da utilização racional da energia e da água.

Em Sesimbra, na lota, já se deu início à substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas led e no porto de pesca, aproveitámos 7 luminárias led de rua, provenientes para substituir equipamento obsoleto.

A lota da Trafaria, já se encontra equipada com iluminação led, por se tratar de uma instalação nova.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.^a venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, Bem como infraestruturas conexas

Sesimbra

1. Início da construção do Pavilhão de Apoio à descarga do Cerco - O Concurso público para a construção deste pavilhão ficou deserto, o que obrigou a uma revisão do caderno de encargos para diminuição de custos e abertura de novo concurso. Previsão de lançamento de novo concurso no 2.º trimestre de 2021.
2. Colocação de equipamentos que evitem a permanência das gaivotas nos telhados dos edifícios - Ainda não foi encontrada nenhuma solução que mantenha as gaivotas afastadas, sem que haja situações colaterais negativas.
3. Alteração do tapete de venda e incorporação da pesagem no circuito de venda - Conclusão dos trabalhos de alteração do tapete de venda e colocação de ecrã e câmara para visualização do pescado antes da venda, no final do mês de janeiro.
4. A balança incorporada no tapete ainda não se encontra operacional. É necessário efetuar a verificação do equipamento, para que possa ser utilizado na venda de pescado. Situação que está a ser tratada e com previsão de resolução nos próximos tempos. Não condiciona a venda.
5. Criação e reordenação de espaços para estacionamento de viaturas no porto de pesca de Sesimbra - Foi solicitado a uma empresa especializada, um projeto para a criação de novos

estacionamentos nas áreas circundantes à lota e no cais 150 m. No mesmo cais, foi solicitado projeto para a colocação de jerseys, com a função de criar espaços para redes de pesca, do cerco e artesanal, com dimensões que não permitam a utilização de “caixotes para redes”.

6. Expansão da estação de lavagem de covos - Projeto a equacionar para o final do ano.
7. Reordenamento do espelho de água do porto de pesca de Sesimbra - Após a construção da ponte cais 4, prevista para maio de 2021, será possível iniciar um projeto para a reordenamento do espelho de água e outros locais de estacionamento de embarcações.
8. Otimização da utilização da zona dedicada ao estendal de artes de palangre - Levantamento de necessidades para iluminação do telheiro situado na zona dedicada ao estendal de artes de palangre, prevista para o 2.º Trimestre de 2021.
9. Continuação da requalificação dos armazéns de comerciantes e de aprestos - Projeto previsto para os últimos trimestres do ano;
10. Início da repavimentação do porto de pesca de Sesimbra - Em estudo por parte DPLCS.

Setúbal

1. Reajustes no horário de funcionamento da lota de Setúbal - No início do 1º trimestre de 2021, procedeu-se à antecipação do horário da lota de Setúbal, para ir ao encontro das necessidades da comunidade piscatória e também pela situação pandémica que se agravou nessa época do ano;
2. Limpeza e Higienização regular do porto de pesca de Setúbal - Embora este porto de pesca, pelas suas dimensões, não disponha de uma empresa que preste o serviço de higienização regular do mesmo, foram encontradas algumas soluções, que permitiram minimizar as falhas nestas matérias. Sempre que possível, os trabalhadores da Docapesca, procedem à higienização do cais e zonas adjacentes. Foram removidos vários monos e aprestos de pesca que se encontravam abandonados no local.
3. Reabilitação parcial e/ou total do plano inclinado do porto de pesca de Setúbal - Foi solicitado projeto de requalificação desta área.

Sines

1. Construção do Pavilhão de apoio à trasfega do cerco e requalificação da área envolvente - A previsão de início de obra, será o último trimestre de 2021, para permitir que a época da “sardinha” decorra sem interferências de maior.

2. Construção de Telheiro para abrigo de equipamento de acondicionamento do pescado do cerco - Este telheiro faz parte das premissas para construção do Pavilhão de apoio ao cerco, pelo que deverá ser construído um pouco antes do pavilhão.
3. Continuação da reabilitação dos armazéns de comerciantes e aprestos do porto de pesca de Sines - Esta reabilitação será retomada assim que possível.
4. Requalificação da Rampa Varadouro do Porto de Pesca de Sines - Sempre que necessário, efetuam-se pequenas reparações que permitem continuar a utilizar esta rampa, minimizando o risco para pessoas e embarcações. Até ao final do corrente ano, será efetuado estudo para a sua requalificação - Início da repavimentação do porto de pesca de Sines. Por se tratar de áreas extensas, a reparação do pavimento vai sendo efetuada zona a zona, permitindo assim o bom funcionamento de todas as empresas residentes neste porto.

Costa da Caparica

1. Garantir o espaço adequado para a descarga do pescado proveniente da arte da Xávega e o seu acondicionamento em equipamento frigorífico móvel, sem criar constrangimentos à população que habita na zona contigua à lota - A área destinada ao acondicionamento do pescado proveniente da arte Xávega, foi dotada de água potável para higienização da mesma e deslocalizada da zona onde se encontra a lota.

Atualmente sempre que se verificam descargas de cerco, os comerciantes armazenam o pescado em camiões contentorizados com equipamento de frio.

Carrasqueira

1. Criação de condições para a reativação do Posto de Vendagem da Carrasqueira, junto ao Porto Palafítico - Prevista visita ao local no próximo trimestre.

Zambujeira do Mar

1. Estudo para a requalificação do Posto de Vendagem da Zambujeira do Mar - Situação da pandemia neste trimestre não possibilitou qualquer visita;

Azenha do Mar

1. Estudo para a requalificação do Posto de Vendagem da Azenha do Mar - Situação da pandemia neste trimestre não possibilitou qualquer visita;

Póvoa de Santa Iria

1. Garantir o bom funcionamento do Posto de Transferência de Pescado - Situação da pandemia neste trimestre não possibilitou qualquer visita;

Contributo para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Iniciar o processo de certificação da lota de Sines de acordo com a Norma EN NP ISO 22000. Foi efetuada a avaliação para a requalificação da lota de Sines, única lota do país por requalificar. esta lota necessita de uma intervenção muito grande e que não será possível efetuar sem deslocalização da lota em determinadas etapas. é necessário que a construção do pavilhão de apoio ao cerco, aconteça primeiro, para depois se proceder ao pedido de certificação desta lota.
Para que no próximo ano, 2022, seja possível certificar a lota de Sines, este processo terá que se iniciar ainda em 2021.
2. Assegurar a manutenção da certificação pela Norma NP EN ISO 22000 da lota de Setúbal, lota que se prevê certificar em 2020.
Continuamos a manter todos os procedimentos definidos e a implementar todos aqueles se consideram adequados e que podem melhorar a nossa prestação, como empresa do setor alimentar.
3. Assegurar a manutenção da certificação pela Norma NP EN ISO 22000 da lota de Sesimbra. Continuamos a manter todos os procedimentos definidos e a implementar todos aqueles que se consideram adequados e que podem melhorar a nossa prestação, como empresa do setor alimentar.
4. Manutenção do NCV da Lota da Costa da Caparica e preparação para a certificação de acordo com a Norma ISO 22000:2018;
Continuamos a manter todos os procedimentos definidos e a implementar todos aqueles se consideram adequados e que podem melhorar a nossa prestação, como empresa do setor alimentar.

Direção de Portos e Lotas do Algarve (DPLA)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. A DPLA continua a sensibilizar os seus colaboradores e clientes para os valores de responsabilidade ambiental nomeadamente no incentivo a comportamentos de poupança de energia, promovendo a eficiência energética; a economia da água e a separação dos resíduos, disponibilizando para o efeito ecopontos nas instalações das lotas e postos de vendagem assim como contentores diferenciados por tipologia de resíduo nos portos de pesca, onde a higienização e a gestão dos resíduos produzidos são efetuados por prestadores de serviços externos.
2. Continua a verificar-se a necessidade de implementar "Parques De Resíduos" nos portos de pesca, o que permitiria um controlo mais eficaz da quantidade e tipologia dos resíduos colocados exclusivamente pelos utilizadores portuários, promovendo a sua separação e impedindo com as situações como a colocação de subprodutos que exigem um encaminhamento diferenciado em contentores de resíduos indiferenciados. A DIMA já fez uma primeira visita ao porto de pesca de Olhão, para levar a cabo a construção de um parque de resíduos previsto no PIC 2021.
3. A DPLA concluiu em fevereiro a obra de construção de um "Ponto de Oleão", no porto do Arade, uma infraestrutura legalmente conforme para a recolha de resíduos perigosos tais sejam os óleos de motores, transmissões e lubrificação, no porto de pesca do Rio Arade. Este projeto piloto da DPLA, encontra-se em fase de avaliação da sua ecoeficiência, que almeja ser implementado nos restantes portos de pesca da DPLA de acordo com o PIC 2021.
4. As limpezas dos tanques de água salgada do porto do Arade foram efetuadas com vista à requalificação dos tanques que apresentavam algum desgaste e necessidade de reparação. No entanto as necessidades de limpeza em todos os tanques mantêm-se, não tendo sido iniciado o procedimento de contratação para este serviço especializado.
5. O contrato para a prestação de serviço de controlo de pragas foi iniciado em janeiro em todos os portos e lotas do algarve. Este serviço só estava a ser realizado nas lotas. Com este contrato o serviço fica mais completo e ampliado o serviço aos nossos clientes nos portos.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. A lota de Lagos passou em janeiro de 2021 a encerrar à segunda-feira o que permite uma melhor rentabilização dos seus Recursos Humanos

Porto da Baleeira

1. Requalificação da rampa varadouro - Estava previsto em PIC 2020 no entanto após identificação das necessidade para a requalificação verificou-se que precisava de um projeto

para poder avançar, assim o processo de requalificação está suspenso até melhor dotação técnica do assunto.

2. Arranjo da zona de aprestos com a aquisição de contentores de maior dimensão e organização das artes de pesca - Já foram comprados e rececionados os contentores de maior dimensão dando início ao arranjo da zona das artes de pesca. No entanto, verificou-se a necessidade de mais contentores para que a zona esteja totalmente organizada. A aquisição de mais contentores está prevista para 2021. Foi também identificada a necessidade de reparação das caleiras naquela zona, para dotar de melhores condições. A reparação da referida caleira iniciou-se a 20 de janeiro de 2021.
3. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Os serviços de exploração de Sagres encontram-se a efetuar as diligências necessárias ao abate e posterior demolição dessas embarcações.

Porto de Lagos

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Foram identificadas algumas embarcações que se encontravam no porto abandonadas e foi possível encontrar os proprietários de forma a poderem ser as mesmas retiradas.
2. Implementação do projeto na zona de estendal de redes - A obra do estendal de redes encontra-se a ser executada, com término previsto para abril de 2021.
3. Reordenamento do espaço portuário - Estamos a desenvolver uma minuta do regulamento do porto de Lagos para contribuir para o reordenamento do espaço portuário.
A Sopromar continua a desenvolver obras de repavimentação na zona da entrada à concessão.

Porto de Alvor

1. Reorganização dos espaços no porto de pesca, bem como rever a localização dos utilizadores dos armazéns de aprestos - Estão a ser analisadas as possibilidades de organização do espaço dentro do porto.
2. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Existem embarcações naufragas e abandonadas no espelho de água, trata-se de embarcações de matrícula estrangeira de proprietários desconhecidos.

Porto do Rio Arade

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - foi concluído o procedimento para abate, demolição e encaminhamento a vazadouro autorizado de uma embarcação que se encontra há largos anos em estado de abandono na rampa varadouro do Porto do Rio Arade. Aguarda-se envio do contrato assinado pelo CA por forma a agendar o serviço.

2. Reordenamento do espaço portuário - Estamos a desenvolver uma minuta do regulamento do porto do Arade para contribuir para o reordenamento do espaço portuário.
Foi feita uma visita ao porto do Arade para poderem ser identificadas as áreas que devem ser definidas para cada atividade. Encontra-se em estudo a possibilidade de desenhar um Plano de reordenamento para o Porto.
3. Requalificação das vias de circulação portuárias - Está previsto no PIE a melhoria das vias de circulação no porto do Arade, no entanto ainda não foi iniciado o processo de contratação. Na zona dos estaleiros navais existem depressões no pavimento que colocam em causa a segurança das operações de Pórtico. Essas depressões encontram-se sinalizadas e são fator de perigo para a circulação rodoviária. Essas depressões têm origem na falta de estrutura do pavimento para a carga de exposição da passagem do Travelift.
A DSM está a acompanhar a situação e encontra-se a efetuar diligências, recentemente ocorreu o levantamento topográfico das mesmas com vista a preparação de uma solução curativa.
4. Implementação do funcionamento da rede de esgotos - Foi analisado o projeto que existia ainda do IPTM e está em causa atualizar o projeto para podermos passar à execução do mesmo, encontrando-se a DSM encarregue de dar continuidade ao processo.

Silves

1. Avaliar as condições para atribuição de mais utentes das embarcações Marítimo Turística - A Docapesca não realizou qualquer intervenção, mas a Camara Municipal de Silves efetuou pequenas reparações (escadas, cunhos). A avaliação está suspensa devido à análise do futuro das licenças Marítimo Turísticas para 2021 atendendo ao contexto Covid-19.

Albufeira

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Existe um caso pontual de embarcação abandonada que deriva do falecimento de armador profissional no ativo e cujos herdeiros legítimos repudiaram a herança. A situação encontra-se identificada.
2. Reordenamento do espaço Portuário - Temos vindo a reforçar o controlo de modo a promover o ordenamento do espaço portuário. O facto deste Porto ter uma única entrada e um controlo de acessos na entrada facilita a melhoria do ordenamento do espaço.
A REPSOL iniciou no 4.º trimestre de 2020 as obras de construção de posto de abastecimento marítimo. Prevê-se a conclusão das obras no início do ano 2021.
3. Quadra de boias no Porto de Pesca de Albufeira - A quadra de boias continua com problemas construtivos que levam a que as embarcações se soltem e fiquem à deriva. Existe a necessidade de uma intervenção urgente nesta quadra de boias uma vez que está a causa a segurança de pessoas e bens.

Quarteira

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Ainda não foi possível iniciar o levantamento das embarcações abandonadas e respetiva identificação.
2. Reordenamento do espaço portuário - Com a entrada do novo trabalhador para o serviço de exploração portuária, passou-se a efetuar um controlo mais rigoroso de todas as embarcações em porto, abordando os pescadores e outros utentes das infraestruturas portuárias com mais frequência relativamente a alguns problemas operacionais, nomeadamente redes sobre os passadiços.
3. Implementação do projeto para o estendal de redes - Encontra-se em fase de projeto de execução do estendal de redes.
4. Requalificação do edifício da lota com construção de telheiro - Estão a decorrer por parte da equipa projetista a análise das melhores soluções para levar a cabo o projeto de requalificação do edifício. Foram realizadas visitas ao local para identificar constrangimentos.
5. Outros - Foi concluída a reparação da grua n.º 1 de 150 Kg, retomando-se assim a normalidade da descarga de pescado deste porto, que estava a ser dificultada pela ausência deste equipamento.

Foi substituída a câmara do sistema CCTV do cais de descarga da lota e durante o mês de março foi realizado um teste hidráulico ao sistema de incêndio do porto de pesca, não se conhecendo ainda o relatório final.

Olhão

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Ainda não foi possível iniciar o levantamento das embarcações abandonadas e respetiva identificação.
2. Foi iniciada a 2.ª fase do projeto de instalação do sistema CCTV para toda a área do Porto de Pesca de Olhão. Foi remodelado o sistema CCTV da lota de Olhão, tendo-se definido novos posicionamentos, prevendo a sua conclusão até ao final do primeiro semestre de 2021.
3. Foi adjudicado no final de setembro de 2020 a empreitada para requalificação do cais de descarga da lota e cais do cerco, estando neste momento a decorrer a obra com previsão de término no 1º semestre de 2021.
4. No âmbito da Execução do Plano de Ordenamento e Usos do Porto de Pesca de Olhão, foi realizada no dia 18 de janeiro a 1.ª visita e arranque de trabalho.
5. Durante o mês de fevereiro, na sequência do encerramento das nossas instalações de Faro, procedeu-se à reorganização e distribuição do mobiliário por vários gabinetes da lota de Olhão.
6. No edifício da lota de Olhão o serviço de manutenção tem vindo a proceder à beneficiação das entradas da lota (portões 11 e 12), nomeadamente a reabilitação dos portões e das caleiras, onde foi necessário a abertura de valas para substituição das calhas do gradil.
7. Iniciou no mês de março, a execução de ampliação do estaleiro Marina Formosa bem como o novo acesso rodoviário à rampa varadouro existente no núcleo de estaleiros de Olhão.

8. Na sequência do procedimento DSM-AL-552-ADS-2020 foi realizado neste trimestre o levantamento topo-hidrográfico no porto de pesca de Olhão e zona envolvente.

Fuzeta

1. Melhoria das condições de venda com as obras no edifício da lota - Os trabalhos de requalificação da lota da Fuzeta foram ultimados neste trimestre, o que possibilitou voltar a usar novamente estas instalações a partir do dia 30 março, ficando ainda por concluir alguns trabalhos no exterior do edifício e a remoção dos contentores (lota provisória).

Santa Luzia, Tavira e Cabanas

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Este ano ainda não foi possível iniciar o levantamento das embarcações abandonadas e respetiva identificação.
2. Melhoria das condições nas zonas de embarque e desembarque de passageiros - Foi efetuada pelo serviço de manutenção uma pequena intervenção no cais de embarque de passageiros de Santa Luzia, com fixação de tábuas e chapas, por forma a garantir uma maior segurança aos utilizadores desta infraestrutura. Igualmente foram identificados alguns problemas ao nível da fixação do tabuado do passadiço porto de pesca, que está a necessitar de intervenção. O serviço de manutenção procedeu também à substituição (fevereiro de 2021) das 2 escadas existentes no cais descarga de Santa Luzia que se encontravam num estado avançado de degradação, possibilitando assim normalizar o uso e a segurança desta infraestrutura portuária.
3. Nova estrutura do edifício da lota a construir em Tavira - Ficou terminado neste trimestre a empreitada de requalificação da lota de Santa Luzia, relativamente à substituição do telhado, de uma viga e pintura exterior, faltando apenas para concluir os trabalhos a colocação das redes mosquiteiras, isolamento de janelas e colocação de 2 portas na zona da nave da lota.
4. Está em fase de projeto a concretização da lota de Tavira localizada nas Quatro Águas. A Docapesca promoveu alguns contatos com o titular da licença do estaleiro existente nas Quatro Águas, no sentido de transmitir e acordar sobre a nova área de ocupação do estaleiro, relativo à parcela onde se pretende instalar a nova lota.

Vila Real de Santo António

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Tem sido dada continuidade à tentativa de resolução das situações existentes no porto de anos anteriores. No decorrer do período em análise foi solicitado orçamentos para o serviço de remoção de 2 embarcações existentes na rampa do porto de pesca de V.R.S.A. e realocação das mesmas no parque de atrelados. As mesmas aguardam remoção devido a constrangimentos burocráticos com os proprietários das embarcações.
2. Melhoria das condições nas zonas de embarque e desembarque de passageiros nomeadamente a colocação de cais para as embarcações na área molhada, melhoria da iluminação e esgotos. - Estão a ser analisadas as várias possibilidades para a concretização

do objetivo sem colocar em causa a capacidade financeira da empresa. Foi feita a avaliação do estado das defensas do cais de descarga da lota, encontrando-se a aguardar o desenvolvimento de uma solução.

3. A atividade Marítimo-Turística continua a utilizar o cais das carreiras fluviais que liga V.R.S.A. a Ayamonte, em virtude de se manter a interdição do antigo cais MT, devido ao seu mau estado de conservação.
4. Neste trimestre foi executada a beneficiação e melhoramento da iluminação pública do porto de pesca de V.R.S.A., com a colocação de iluminação led. Ainda se procedeu à substituição das defensas e escadas do cais de descarga da lota.
5. Monitorizar a acessibilidade ao porto através do controlo de acessos - Continuamos a trabalhar para a colocação de um controlo de acesso por reconhecimento de matrículas, encontrando-se numa fase avançada. Já foi colocada uma banda de redução de velocidade para evitar que a cancela seja danificada. É necessário a aquisição de um semáforo e verificou-se a necessidade de substituição das cancelas atuais.

Guadiana

1. Melhoria de condições de todos os locais de embarque e desembarque ao longo do Guadiana - Durante este trimestre não foram realizadas intervenções.
2. Avaliação da balizagem do Rio Guadiana para posterior manutenção. Este trimestre nada foi realizado. Este trimestre nada foi realizado.

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Assegurar a manutenção da certificação pela Norma ISO 22000 nas lotas de Sagres, Vila Real de Stº António e Quarteira - Estão a decorrer os trabalhos habituais no sentido de ir ao encontro do objetivo.
2. Certificar a lota do Arade pela norma NP EN ISO 22000 - Estão a decorrer os trabalhos habituais no sentido de ir ao encontro do objetivo.
3. Certificar a lota de Olhão pela norma NP EN ISO 22000 - Estão a decorrer os trabalhos habituais no sentido de ir ao encontro do objetivo.
4. Melhorar as condições estruturais posto de vendagem da Fuzeta para cumprimento da legislação em vigor para o licenciamento, implementar os princípios de HACCP. As obras na Fuzeta estão em fase de conclusão para iniciar o procedimento de atribuição do NCV.

Outras atividades

1. O surgimento da pandemia devido ao Covid-19 tem condicionado as intervenções dos trabalhos previstos. Em complemento e por causa do Covid19 fomos obrigados a cancelar o atendimento nos serviços administrativos na medida do possível, aumentamos as higienizações nas lotas, impedimos a permanência no recinto das lotas sem a máscara, os

circuitos dos compradores e armadores nas lotas, dentro do que é possível temos tentado reduzir.

2. O esforço que os recursos humanos têm feito nesta fase de pandemia tem sido essencial para conseguirmos prestar o serviço sem grandes sobressaltos, no entanto o receio permanente é visível por parte de todos os trabalhadores, embora com equipamentos de proteção disponíveis, é de louvar todo o esforço.
3. Tem se verificado uma grande necessidade de reforço de recursos humanos, quer a nível da exploração como nos serviços administrativos. Os recursos humanos estão cada vez mais envelhecidos e as saídas para a reforma e as baixas por doença são uma constante nesta direção dificultando a concretização dos objetivos diários propostos. Como não existe um período em que o trabalhador que vai embora e o que o vai substituir se encontram a trabalhar em simultâneo a transmissão do conhecimento é feita de forma deficitária, pois os recursos humanos existentes já são poucos para as funções atuais, quanto mais para dar formação on the job.

Lisboa, 29 de abril de 2021

Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental

O Conselho de Administração

Margarida R. Silva
Alexandre V.


Sergio Faia
Presidente do
Conselho de Administração

Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração

Isabel Ferreira
Vogal do
Conselho de Administração



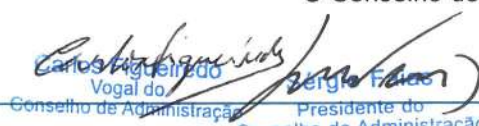
Demonstrações Financeiras

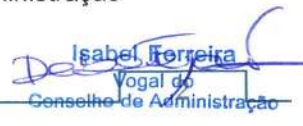
Balanças em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020		Unidade: Euros	
	31-03-2021	31-12-2020	
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos financeiros	145 000,00	145 000,00	
Participações de capital	145 000,00	145 000,00	
Ativos fixos tangíveis	23 713 921,95	23 175 030,22	
Edifícios e outras construções	15 002 291,50	15 262 588,29	
Equipamento básico	2 253 876,89	2 346 650,50	
Equipamento de transporte	214 679,16	186 396,75	
Ferramentas e utensílios	41 242,46	44 682,15	
Equipamento administrativo	411 900,33	447 447,12	
Taras e vasilhames	178 727,71	211 056,87	
Outros ativos tangíveis	198 524,08	213 335,53	
Ativos tangíveis em curso	5 412 679,82	4 462 873,01	
Ativos intangíveis	286 439,67	295 484,62	
Programas de computador	20 769,33	29 814,28	
Propriedade industrial e outros direitos	622,31	622,31	
Ativos intangíveis em curso	265 048,03	265 048,03	
Outros investimentos financeiros	59 143,87	53 595,96	
Ativos por impostos diferidos	571 958,16	584 344,86	
	24 776 463,65	24 253 455,66	
Ativo corrente			
Inventários	116 405,86	96 890,87	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 295,43	48 173,41	
Produtos acabados	3 017,89	3 017,89	
Mercadorias	51 092,54	45 699,57	
Cientes	3 470 904,16	3 498 558,62	
Estado e outros entes públicos	388,11	388,11	
Outros créditos a receber	6 538 950,70	5 374 160,17	
Diferimentos	157 357,07	157 782,98	
Caixa e depósitos bancários	6 490 744,38	5 897 989,66	
	16 774 750,28	15 025 770,41	
Total do ativo	41 551 213,93	39 279 226,07	
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	8 528 400,00	8 528 400,00	
Reserva legal	912 579,91	682 434,25	
Resultados transitados	4 192 446,25	3 271 863,60	
Outras Variações no Capital Próprio	6 824 282,89	6 965 289,49	
Outras var. no capital próprio - subsídios atribuídos	8 269 625,33	8 469 057,88	
Outras var. no capital próprio - ajustamentos em subsídios	(1 860 665,69)	(1 905 538,01)	
Outras var. no capital próprio - integração IPTM	647 338,25	633 784,62	
Outras var. no capital próprio - ganhos atuariais	(232 015,00)	(232 015,00)	
	20 457 709,05	19 447 987,34	
Resultado líquido do período	(134 698,78)	1 150 728,31	
Total do capital próprio	20 323 010,27	20 598 715,65	
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	1 167 119,57	1 167 119,57	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2 532 384,95	2 597 088,27	
Outras dívidas a pagar	1 860 665,69	1 905 538,01	
	5 560 170,21	5 669 745,85	
Passivo corrente			
Fornecedores	783 936,49	863 631,02	
Estado e outros entes públicos	2 108 086,92	1 660 027,85	
Outras dívidas a pagar	12 759 759,78	10 467 105,44	
Diferimentos	16 250,26	20 000,26	
	15 668 033,45	13 010 764,57	
Total do passivo	21 228 203,66	18 680 510,42	
Total do capital próprio e do passivo	41 551 213,93	39 279 226,07	

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 Carlos Aguiar
 Vogal do Conselho de Administração


 Isabel Ferreira
 Vogal do Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

	Unidade: Euros	
Rendimentos e Gastos	31-03-2021	31-03-2020
Vendas e serviços prestados	5 848 403,34	5 261 323,76
Subsídios à exploração	12 433,89	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(47 107,57)	(97 143,38)
Fornecimentos e serviços externos	(1 977 054,72)	(1 822 470,63)
Gastos com o pessoal	(3 309 674,82)	(3 214 630,04)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	61 307,88	165 142,22
Outros rendimentos	483 215,20	462 999,30
Outros gastos	(301 862,17)	(287 975,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	769 661,03	467 246,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(888 049,20)	(842 770,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(118 388,17)	(375 524,16)
Juros e rendimentos similares obtidos	4 949,47	1 872,61
Juros e gastos similares suportados	(2 100,66)	(1 877,04)
Resultado antes de impostos	(115 539,36)	(375 528,59)
Impostos sobre o rendimento do período	(19 159,42)	(28 437,41)
Resultado líquido do período	(134 698,78)	(403 966,00)

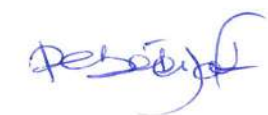
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


Carlos Figueiredo
 Vogal do
 Conselho de Administração


Sérgio Faiais
 Presidente do
 Conselho de Administração


Isabel Ferreira
 Vogal do
 Conselho de Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de março de 2021						Unidade: Euros
Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2021	8 528 400,00	682 434,25	3 271 863,60	6 965 289,49	1 150 728,31	20 598 715,65
Alterações no Período						
Integração de responsabilidades - IPTM			-	13 553,63		13 553,63
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Resultado do exercício anterior		230 145,66	920 582,65		(1 150 728,31)	-
Subsídios ao Investimento				(154 560,23)		(154 560,23)
Ganhos Atuariais				-		-
	-	230 145,66	920 582,65	(141 006,60)	(1 150 728,31)	(141 006,60)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	(134 698,78)	(134 698,78)
Resultado Integral	-	230 145,66	-	-	(1 285 427,09)	(275 705,38)
Posição em 31 de março de 2021	8 528 400,00	912 579,91	4 192 446,25	6 824 282,89	(134 698,78)	20 323 010,27

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020						Unidade: Euros
Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2020	8 528 400,00	257 041,91	1 703 342,26	4 951 606,12	2 126 961,68	17 567 351,97
Alterações no Período						
Integração de saldos de clientes - IPTM				81 454,79		81 454,79
Integração de património - IPTM				2,00		2,00
Integração de responsabilidades - IPTM			(133 048,00)	122 313,10		(10 734,90)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Resultado do exercício anterior		425 392,34	1 701 569,34		(2 126 961,68)	-
Subsídios ao Investimento				1 917 049,48		1 917 049,48
Ganhos Atuariais				(107 136,00)		(107 136,00)
	-	425 392,34	1 568 521,34	2 013 683,37	(2 126 961,68)	1 880 635,37
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	1 150 728,31	1 150 728,31
Resultado Integral	-	425 392,34	-	-	(976 233,37)	3 031 363,68
Posição no fim do período 2020	8 528 400,00	682 434,25	3 271 863,60	6 965 289,49	1 150 728,31	20 598 715,65

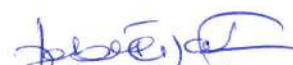
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 Carlos Figueiredo
 Vogal do Conselho de Administração


 Sérgio Faías
 Presidente do Conselho de Administração


 Isabel Ferreira
 Vogal do Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Unidade: Euros

	31-03-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	9 280 805,58	30 735 798,32
Pagamentos a fornecedores	(2 449 705,90)	(10 958 315,46)
Pagamentos ao pessoal	(3 253 094,50)	(13 109 190,13)
Caixa gerada pelas operações	3 578 005,18	6 668 292,73
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-	(853 384,59)
Outros recebimentos / pagamentos	(955 185,69)	(2 455 717,05)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2 622 819,49	3 359 191,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(2 118 547,09)	(6 550 390,43)
Ativos intangíveis	-	(5 313,60)
Investimentos financeiros	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Subsídios ao investimento	90 322,49	2 380 690,94
Juros e rendimentos similares	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(2 028 224,60)	(4 175 013,09)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	(1 840,17)	(16 958,63)
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(1 840,17)	(16 958,63)
Variações de caixa e seus equivalentes	592 754,72	(832 780,63)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 897 989,66	6 730 770,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 490 744,38	5 897 989,66

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 Carlos Figueiredo
 Vogal do
 Conselho de Administração


 Sérgio Faia
 Presidente do
 Conselho de Administração


 Isabel Ferreira
 Vogal do
 Conselho de Administração

Notas explicativas ao Balanço em 31 de março de 2021 e à Demonstração dos resultados do período findo naquela data

(Montantes expressos em Euros)

1 – Nota introdutória

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (“Empresa” ou “Docapesca”) é uma sociedade anónima, do Setor Empresarial do Estado, com sede em Lisboa e que, nos termos do Decreto-lei n.º 107/90 de 27 de março, tem a seu cargo no continente português o serviço público de prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Setor da Pesca. A empresa tem como atividade principal a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infraestruturas de apoio a utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras atividades conexas.

Nos termos conjugados com o Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril, tem a Empresa a seu cargo assegurar a efetivação da Primeira Venda em Lota de todo o pescado fresco descarregado em portos do continente – salvaguardando o interesse público e assegurando a satisfação de necessidades impreteríveis da população – bem como o exercício de atividades complementares.

No âmbito das suas atribuições, a Docapesca é um prestador de serviços aos armadores e compradores de pescado, disponibilizando as infraestruturas necessárias (lotas) para a descarga dos barcos de pesca (receção de pescado), para a venda (efetuada por leilão ou por contrato de abastecimento) e para entrega aos compradores do pescado transacionado.

Em cumprimento da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril e Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro) a empresa procede à retenção de receitas públicas e à prestação de serviços institucionais, retendo – e entregando posteriormente à Autoridade Tributária – o IVA devido pelos comerciantes na compra de pescado (mais de 9 milhões de Euros por ano) e cativando, mediante descontos efetuados ao valor das vendas das embarcações de pesca local e costeira, as contribuições dos armadores/pescadores para a Segurança Social.

A Docapesca assegura, ainda, o pagamento aos armadores/compradores de pescado vendido em lota, assumindo por sua conta e risco a cobrança aos comerciantes, independentemente da sua efetiva realização, comerciantes estes a quem é permitida, de acordo com a legislação vigente (Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro), a aquisição de pescado a crédito.

Sendo a Primeira Venda em Lota de pescado fresco obrigatória em termos legais, sobre a mesma incidem taxas – de Primeira Venda, por serviços prestados e de registo – também fixadas legalmente (Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril, Portaria n.º 251/2008 de 4 de abril, Portaria n.º 495/2008 de 23 de julho e Portaria n.º 197/2006 de 23 de fevereiro) e que constituem receitas da Docapesca, que funciona como entidade reguladora, não comprando nem vendendo pescado.


6

A Primeira Venda de Pescado em Lota pode ser efetuada pelo sistema de leilão ou através de contratos de abastecimento: o sistema de leilão processa-se por contagem decrescente, sendo o pescado oferecido a uma multiplicidade de potenciais compradores, enquanto o contrato de abastecimento estabelece para o comprador um preço fixo durante um certo tempo, garantindo ao armador o escoamento do seu produto ao preço contratado.

No âmbito da *Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020* e com o objetivo de racionalizar e criar maior eficiência na gestão dos portos de pesca e marinas de recreio do território continental, a Docapesca, empresa na dependência do Ministério da Agricultura e do Mar, assumiu, a partir de 4 de fevereiro de 2014, com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, a administração daquelas infraestruturas portuárias, com todos os direitos, obrigações e posições jurídicas que se encontram afetos ao exercício das funções transferidas.

Com a entrada em vigor do citado diploma, a Docapesca sucedeu ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e nas marinas e portos de recreio que se encontravam sob jurisdição daquele Instituto, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca.

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 31 de março de 2021.

Foi efetuada entre 2016 e 2020 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada até ao final do primeiro trimestre do exercício de 2021 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um ofício, em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

No seguimento deste pedido de avaliação e da sua sequência processual, a Docapesca disponibilizou um conjunto de documentação contendo as plantas e localização, os registos no SIIE e as cadernetas prediais existentes, referentes ao património transferido para a Docapesca de acordo com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em 12 de dezembro de 2018, a DGTF propôs que fosse apresentada uma proposta, no sentido de ser transmitida uma orientação formal do acionista, para que seja a própria Docapesca a providenciar os procedimentos necessários para realizar a avaliação dos ativos do ex-IPTM já identificados, para a qual a Docapesca declara que se encontram reunidas as condições para que possa desencadear o processo de contratação pública com o objetivo de obter a avaliação dos referidos ativos.



Nestes termos, e por indicação da DGTF, a Docapesca pretendia dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço, estando previsto o lançamento de um conjunto de procedimentos por concurso para a avaliação patrimonial.

Contudo, no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais), está concluído o processo negocial com os municípios de Peniche, Cascais, Faro e Olhão, com vista à transferência de ativos e competências atualmente na área de jurisdição da Docapesca, sendo que a representante do Senhor Ministro de Estado e das Finanças neste processo referiu "que não se mostra necessário proceder à avaliação patrimonial das áreas a transferir...". Nos casos de Peniche, Faro e Olhão, já houve aprovação das respetivas Assembleias Municipais, aguardando apenas homologação do Ministério do Mar. No caso de Cascais, verificou-se nada haver a transferir.

Para além dos quatro municípios atrás identificados, foram também já finalizados os processos negociais com os municípios de Lagos e Nazaré, e com o município de Tavira, o qual foi já finalizado em 2021.

Aguarda-se início dos processos negociais com todos os restantes municípios envolvidos na transferência de competências da Docapesca, tal como decorre da lei em vigor.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 a seguintes, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração.

A Docapesca é detida a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

2 - Caixa e seus equivalentes

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica de caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	31-03-2021	31-12-2020
Numerário	52 821,09	30 815,26
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Banca comercial	850 941,02	488 382,44
- IGCP	5 586 982,27	5 378 791,96
	6 490 744,38	5 897 989,66



As disponibilidades de tesouraria depositadas na banca comercial são as necessárias para o imediato pagamento aos armadores/pescadores, de acordo com a Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para os serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao valor de caixa a 31 de março de 2021 foi deduzido o montante de 137.868,45 Euros (a acrescidos à rubrica "Outros créditos a receber"), relativos a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (1 de abril).

Em 31 de março de 2021 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Delegação	Total	Banca Comercial	IGCP
Matosinhos	170 770,79	170 770,79	-
Aveiro	23 325,61	23 325,61	-
Figueira da Foz	17 435,66	17 435,66	-
Nazaré	-	-	-
Peniche	19 212,71	19 212,71	-
Sede	6 133 740,03	546 757,76	5 586 982,27
Sesimbra	-	-	-
Setúbal	6 350,05	6 350,05	-
Sines	7 197,56	7 197,56	-
Sagres	12 095,28	12 095,28	-
Portimão	20 020,16	20 020,16	-
Olhão	12 707,10	12 707,10	-
Tavira	1 881,13	1 881,13	-
Vila Real de Santo António	13 187,21	13 187,21	-
	6 437 923,29	850 941,02	5 586 982,27

As reconciliações bancárias são efetuadas diariamente.

3 – Ativos fixos tangíveis

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



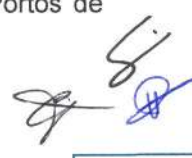
31-03-2021							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	59 185 613,11	15 891 014,59	605 506,18	3 967 152,99	1 734 348,63	4 462 873,01	85 846 508,51
Aquisições	78 476,06	60 978,70	36 354,34	10 909,92	1 921,73	1 238 079,90	1 426 720,65
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	264 042,20	20 506,87	-	3 724,02	-	(288 273,09)	-
Abates	(71 837,46)	(19 764,40)	-	(111 628,40)	(5 484,98)	-	(208 715,24)
Saldo final	59 456 293,91	15 952 735,76	641 860,52	3 870 158,53	1 730 785,38	5 412 679,82	87 064 513,92
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	43 923 024,82	13 544 364,09	419 109,43	3 519 705,87	1 265 274,08	-	62 671 478,29
Depreciações do exercício	596 206,34	174 259,18	8 071,93	48 597,53	51 869,27	-	879 004,25
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(65 228,75)	(19 764,40)	-	(110 045,20)	(4 852,22)	-	(199 890,57)
Saldo final	44 454 002,41	13 698 858,87	427 181,36	3 458 258,20	1 312 291,13	-	63 350 591,97
Ativos líquidos	15 002 291,50	2 253 876,89	214 679,16	411 900,33	418 494,25	5 412 679,82	23 713 921,95

31-12-2020							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	54 415 233,42	15 812 364,31	559 588,82	3 904 249,69	1 645 850,08	3 811 314,90	80 148 601,22
Aquisições	3 179 666,41	389 592,31	45 918,36	290 801,38	312 211,34	2 868 486,06	7 086 675,86
Alienações	(8 188,83)	(1,00)	-	(1,00)	(1,00)	-	(8 191,83)
Transferências	2 050 117,36	58 896,95	-	7 532,94	13 569,82	(2 216 815,10)	(86 698,03)
Abates	(451 215,25)	(369 837,98)	(1,00)	(235 430,02)	(237 281,61)	(112,85)	(1 293 878,71)
Saldo final	59 185 613,11	15 891 014,59	605 506,18	3 967 152,99	1 734 348,63	4 462 873,01	85 846 508,51
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	42 128 954,75	13 210 032,51	395 113,87	3 577 355,22	1 177 358,85	-	60 488 815,20
Depreciações do exercício	2 250 986,18	694 374,63	23 996,56	177 675,67	277 456,11	-	3 424 489,15
Alienações	(8 188,83)	(1,00)	-	-	-	-	(8 189,83)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(448 727,28)	(360 042,05)	(1,00)	(235 325,02)	(189 540,88)	-	(1 233 636,23)
Saldo final	43 923 024,82	13 544 364,09	419 109,43	3 519 705,87	1 265 274,08	-	62 671 478,29
Ativos líquidos	15 262 588,29	2 346 650,50	186 396,75	447 447,12	469 074,55	4 462 873,01	23 175 030,22

No decurso do período de três meses findo em 31 de março de 2021, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", sendo as mais relevantes a requalificação da central de captação de água salgada de Matosinhos (34.921,87 Euros), a pavimentação da área adjacente à lota de Viana do Castelo (81.606,73 Euros), a remodelação da instalação elétrica em Póvoa de Varzim (61.952,82), o novo sistema de defensas no cais norte na Póvoa de Varzim (66.485,67 Euros), a reabilitação da defesa aderente da marginal de Vila do Conde (334.000,00 Euros), o parque de apoio aos armadores em Lagos (55.307,85 Euros), a reabilitação do dique da Espargueira, em Alvor (39.790,00 Euros), a reabilitação do cais de descarga de Olhão (114.573,60 Euros) e a requalificação do edifício da lota da Fuzeta (123.226,40 Euros)

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines, Portos de Setúbal e Sesimbra e Portos de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.



Com as novas atribuições, ficaram afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos	1 a 12

As depreciações de ativos fixos tangíveis reconhecidas no período, no montante de 879.004,25 Euros, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

4 - Ativos intangíveis

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



31-03-2021

	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	288 198,81	1 214 261,70	265 048,03	1 767 508,54
Aquisições	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	288 198,81	1 214 261,70	265 048,03	1 767 508,54
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	258 384,53	1 213 639,39	-	1 472 023,92
Depreciações do exercício	9 044,95	-	-	9 044,95
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	267 429,48	1 213 639,39	-	1 481 068,87
Ativos líquidos	20 769,33	622,31	265 048,03	286 439,67

31-12-2020

	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	288 198,81	1 214 261,70	178 350,00	1 680 810,51
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	86 698,03	86 698,03
Abates	-	-	-	-
Saldo final	288 198,81	1 214 261,70	265 048,03	1 767 508,54
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	218 480,03	1 199 602,53	-	1 418 082,56
Depreciações do exercício	39 904,50	14 036,86	-	53 941,36
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	258 384,53	1 213 639,39	-	1 472 023,92
Ativos líquidos	29 814,28	622,31	265 048,03	295 484,62

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período de três meses findo em 31 de março de 2021, no montante de 9.044,95 Euros, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

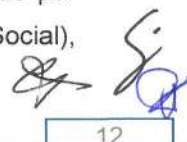
Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, tendo as amortizações sido calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

Não foi efetuada até ao final do primeiro trimestre de 2021 a integração de bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca.

5 – Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social),

exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em 31 de março de 2021, a Empresa não efetuou qualquer estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício relativo ao período findo naquela data, tendo, no entanto, procedido aos ajustamentos dos impostos diferidos ativos e à estimativa mensal da Tributação Autónoma.

Impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no período findo em 31 de março de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi como segue:

	31-03-2021		31-12-2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	584 344,86	-	649 380,80	-
Subsídios reconhecidos no ano				
Provisão para Processos Judiciais				
Anulação	-	-	-	-
Piano de Benefícios de Reforma				
Constituição	-	-	-	-
Utilização	(12 386,70)	-	(65 035,94)	-
	(12 386,70)	-	(65 035,94)	-
Saldo final	571 958,16	-	584 344,86	-

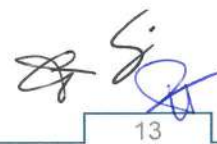
6 - Inventários

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	31-03-2021			31-12-2020		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	90 543,58	(39 451,04)	51 092,54	85 150,61	(39 451,04)	45 699,57
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	78 499,57	(16 204,14)	62 295,43	64 377,55	(16 204,14)	48 173,41
Produtos acabados e intermédios	3 017,89	-	3 017,89	3 017,89	-	3 017,89
	172 061,04	(55 655,18)	116 405,86	152 546,05	(55 655,18)	96 890,87

7 – Ativos Financeiros

Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31-03-2021			31-12-2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	5 268 836,22	-	5 268 836,22	3 976 044,24	-	3 976 044,24
Devedores duvidosos	2 782 006,35	(2 782 006,35)	-	2 795 273,63	(2 795 273,63)	-
Devedores diversos	1 139 949,71	(10 000,00)	1 129 949,71	930 887,58	(10 000,00)	920 887,58
Subsídios à Exploração a receber	-	-	-	180 694,46	-	180 694,46
Outros	78 740,40	(6 087,40)	72 653,00	69 689,20	(6 087,40)	63 601,80
Subsídios à Exploração a receber	9 269 532,68	(2 798 093,75)	6 471 438,93	7 952 589,11	(2 811 361,03)	5 141 228,08
Acréscimos de proventos						
Outros	67 511,77	-	67 511,77	232 932,09	-	232 932,09
	67 511,77	-	67 511,77	232 932,09	-	232 932,09
	9 337 044,45	(2 798 093,75)	6 538 950,70	8 185 521,20	(2 811 361,03)	5 374 160,17

8 - Diferimentos

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas do ativo e passivo correntes "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	31-03-2021	31-12-2020
Diferimentos ativos		
Seguros diversos	53 705,78	79 918,71
Seguros de acidentes de trabalho	8 175,63	-
Dragagem de Aveiro	18 474,95	18 474,95
Manutenção de licenças (Software)	30 225,43	30 694,60
Renda do Edifício da Sede	10 762,58	21 525,16
Manutenção de equipamento informático	33 173,03	-
Diversos custos diferidos	2 839,67	7 169,56
	157 357,07	157 782,98
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8 750,26	8 750,26
Ced.Explor. Entrepoto Frigorífico Peniche	7 500,00	11 250,00
	16 250,26	20 000,26

9 – Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de março de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros cada. O capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.




10 – Subsídios relativos a projetos cofinanciados

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021 a Empresa recebeu o montante de 90.322,49 de subsídios ao investimento, relativos ao projeto de melhoria da eficiência energética no porto de pesca de Peniche (50.973,74 Euros) e ao projeto de porto de pesca sustentável da Nazaré (39.348,75 Euros).

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 289.755,04 Euros, foi registado na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos”.

A Docapesca reconheceu, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, ajustamentos aos subsídios recebidos, no montante de 1.860.665,69 Euros e 1.905.538,01 Euros, respetivamente, os quais se encontram registados na rubrica “Passivos por impostos diferidos”.

11 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

O movimento ocorrido nas contas de provisões no período findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi como segue:

31-03-2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-	63 282,25
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-	96 725,56
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-	290 000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-	238 042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-	54 004,80
Para impugnação de taxas cobradas	76 689,13	-	-	-	-	76 689,13
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	-	-	-	-	348 375,00
	1 167 119,57	-	-	-	-	1 167 119,57

31-12-2020						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-	63 282,25
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-	96 725,56
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-	290 000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-	238 042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-	54 004,80
Para impugnação de taxas cobradas	-	76 689,13	-	-	-	76 689,13
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	-	-	-	-	348 375,00
	1 090 430,44	76 689,13	-	-	-	1 167 119,57

12 – Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias aos empregados, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio por morte;



- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefícios definidos:

PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 65 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$\begin{aligned} PD &= B \times SPL - PSS - PF \\ \text{Max PD} &= SPB - PSS \end{aligned}$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
>= 30	100%
>= 25 e < 30	90%
>= 20 e < 25	80%
< 20	75%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o




reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- **Fundo de Pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ €}$$

Em que: PF = Pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = Calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de Reforma

Os trabalhadores que passem à situação de reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 x salário mensal	---
20 ≤ N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 ≤ N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 ≤ N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
35 ≤ N	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 65 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis de 2011 a 2016.

Subsídio por Morte




Em caso de morte do Trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 X salário mensal
Morte na reforma	3 X complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2016.

Pensões de Sobrevivência

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2016.

Plano de Pensões




A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em dezembro de 2019 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário de financiamento”:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,70%	2,20%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário contabilístico”:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,00%	0,13%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021 o movimento ocorrido nas responsabilidades por benefícios pós-emprego e provisões para fazer face a estas responsabilidades, são como segue:

	31-03-2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Utilizações	Saldo final
Responsabilidade / Provisões para benefícios pós-emprego	2 597 088,27	-	64 703,32	2 532 384,95
	2 597 088,27	-	64 703,32	2 532 384,95

13 - Passivos Financeiros

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	31-03-2021	31-12-2020
Fornecedores, conta corrente:	778 696,10	841 370,01
Fornecedores - retenções	3 804,18	21 395,14
Fornecedores, fat. em receção e conferência	1 436,21	865,87
	<u>783 936,49</u>	<u>863 631,02</u>




À data de fecho do primeiro trimestre de 2021, não existiam dívidas em pagamento com prazo superior a 90 dias.

14 – Outras contas a pagar

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas “Outras contas a pagar”, corrente e não corrente, apresentavam a seguinte composição:

	31-03-2021	31-12-2020
Outras dívidas a pagar (não corrente)	1 860 665,69	1 905 538,01
Ajustamentos a subsídios	1 860 665,69	1 905 538,01
Outras dívidas a pagar (corrente)	12 759 759,78	10 467 105,44
Cativações a armadores	2 497 037,30	2 113 624,45
Cauções	2 262 481,42	2 250 438,90
Armadores - marés	3 110 674,81	773 833,52
Reserva pessoal dos armadores	1 385 736,52	982 556,38
Armadores - Segurança Social	6 261,08	6 261,08
Fornecedores de investimento	611 657,16	1 233 559,12
IFAP - Subsídios processados em excesso	95 024,50	95 024,50
APA - acordo a recuperar com dragagens	550 662,57	550 662,57
Outros	479 079,97	421 410,40
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1 167 707,27	1 488 735,50
- Água	58 011,33	48 671,95
- Electricidade	118 597,63	149 450,04
- Assinalamento Marítimo	46 571,37	51 441,70
- Descontos em Serviços da Lota	12 756,84	10 729,60
- Imposto Municipal sobre Imóveis	29 356,92	29 356,92
- Transporte de Pescado	12 894,42	6 448,04
- Outros	315 248,67	254 900,77

Em 31 de março de 2021 a rubrica “Outras contas a pagar” correntes é composta, entre outros, pelas cativações efetuadas aos armadores e os montantes a pagar aos armadores (marés), nos montantes de 2.497.037,30 Euros e 3.110.674,81 Euros, respetivamente. Na rubrica “Cativações a armadores” a Empresa reconhece os montantes retidos aos armadores relativos aos seus encargos com a Segurança Social, descontados em Lota, os quais são posteriormente entregues por conta destes à Segurança Social.

A rubrica “Armadores – marés” diz respeito ao valor do pescado transacionado em lota e ainda não liquidado pela Docapesca aos armadores. O aumento desta rubrica deve-se essencialmente ao maior valor do pescado transacionado no mês de março de 2021 comparativamente ao apurado no mês de dezembro de 2020. O prazo de pagamento das Notas de Liquidação/marés é inferior a 7 dias.

15 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:




	31-03-2021		31-12-2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	249 034,32	-	249 034,32
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	17 788,17	-	17 788,17
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	-	-	-
Pagamento adicional por conta	-	(33 666,00)	-	(33 666,00)
Pagamento por conta	-	(454 160,00)	-	(454 160,00)
Tributação autónoma a pagar	-	27 587,87	-	20 815,15
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	388,11	-	388,11	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	194 538,43	-	134 518,92
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1 651 474,17	-	1 462 826,37
Contribuições para a Segurança Social	-	455 489,96	-	262 870,92
Outros Impostos	-	-	-	-
	<u>388,11</u>	<u>2 108 086,92</u>	<u>388,11</u>	<u>1 660 027,85</u>

A variação na rubrica de Estado e outros entes públicos passivos deve-se, essencialmente, ao montante de IVA e Segurança Social a pagar decorrente da sazonalidade das vendas.

16 - Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	31-03-2021	31-03-2020
Vendas:		
- Venda de gelo	110 914,63	126 003,09
- Venda de combustíveis	13 795,12	61 984,27
- Venda de aprestos de pesca	1 858,47	2 358,92
- Venda de lubrificantes	710,32	2 726,27
- Venda de baterias	859,66	254,59
- Venda de comandos	8 901,04	5 646,17
- Venda de embalagens	-	7,27
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	3 949 583,59	3 375 746,74
- Serviços dos portos de pesca	1 176 977,26	1 137 285,22
- Gestão dominial	379 330,21	297 841,61
- Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	142 588,85	184 186,05
- Outros	62 844,19	67 283,56
	<u>5 848 363,34</u>	<u>5 261 323,76</u>

No decurso do período de três meses findo em 31 de março de 2021, as vendas e prestações de serviços aumentaram em relação ao período homólogo no montante de 587.039,58 Euros, devido essencialmente ao menor valor obtido na primeira venda de pescado.

17 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:




	31-03-2021	31-03-2020
Eletricidade	191 843,06	258 019,39
Limpeza, higiene e conforto	423 467,29	326 730,77
Conservação e reparação	192 828,17	191 233,10
Vigilância e segurança	363 571,98	328 593,47
Serviços de mão-de-obra externa	9 256,46	14 756,77
Água	90 468,10	89 166,91
Trabalhos especializados	142 992,24	114 713,72
Comunicação	29 469,53	27 913,14
Honorários	5 643,94	4 925,00
Rendas e alugueres	55 533,23	55 201,70
Serviços postos vendagem	260 655,91	168 567,93
Seguros	53 896,25	53 909,22
Assinalamento Marítimo	46 491,69	51 441,70
Outros	110 936,87	137 297,81
	<u>1 977 054,72</u>	<u>1 822 470,63</u>

18 – Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	31-03-2021	31-03-2020
Remunerações dos órgãos sociais	63 318,09	73 578,61
Remunerações do pessoal	2 545 626,71	2 453 724,83
Custo dos serviços correntes	-	8 750,00
Encargos sobre remunerações	590 552,43	578 887,53
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	25 758,90	28 064,99
Gastos de ação social	57 786,03	40 412,71
Gastos com formação	10 351,00	4 460,20
Outros	16 281,66	26 751,17
	<u>3 309 674,82</u>	<u>3 214 630,04</u>

19 - Depreciações

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	31-03-2021	31-03-2020
Ativos fixos tangíveis	879 004,25	823 462,73
Ativos Intangíveis	9 044,95	19 307,64
	<u>888 049,20</u>	<u>842 770,37</u>

20 – Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 é conforme se segue:




	31-03-2021	31-03-2020
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos suplementares		
- Energia elétrica	90 596,61	85 247,47
- Água	47 986,26	44 049,61
- Cedência de exploração	10 176,54	10 547,52
- Outros	27 959,85	39 979,82
Subsídios do Governo ao investimento	289 755,04	264 305,93
Outros	16 740,90	18 868,95
	<u>483 215,20</u>	<u>462 999,30</u>

O montante registado na rubrica de outros rendimentos suplementares está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da revenda de energia elétrica e água potável (líquidos dos respetivos gastos suportados pela empresa), bem como de água salgada, cedências de exploração dos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche e serviços de abastecimento de combustíveis.

21 – Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	31-03-2021	31-03-2020
Impostos e taxas	15 082,51	13 147,23
Cedência de exploração	4 274,36	4 812,85
Concessões de portos de pesca	235 990,15	248 545,87
Perdas em ativos fixos tangíveis	24 124,42	2 411,30
Perdas em inventários	0,00	0,00
Outros	22 390,73	19 057,77
	<u>301 862,17</u>	<u>287 975,02</u>

22 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	31-03-2021	31-03-2020
Juros suportados		
Financiamentos bancários	-	-
Outros financiamentos	-	-
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares	785,22	790,84
Garantias bancárias	1 315,44	1 086,20
	<u>2 100,66</u>	<u>1 877,04</u>

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:



	31-03-2021	31-03-2020
Juros obtidos		
Depósitos - IGCP	-	-
Juros de Mora	4 949,47	1 872,61
Juros de adiantamentos sobre vendas	- 4 949,47	- 1 872,61
	<u>4 949,47</u>	<u>1 872,61</u>

23 – Responsabilidades contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R & C 2020 (3)	Quantificável (4)	Probabilidade de ocorrência (5)	Montante (6)	Horizonte temporal (7)	Observações (8)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	160 000,00	n. a.	Fornecimentos
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	200 000,00	n. a.	Cumprimento de Contratos
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	109 152,26	n. a.	Autoridade Tributária
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	31 657,21	n. a.	Cauções diversas

Lisboa, 29 de abril de 2021

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração



Sérgio Faias
Presidente do
Conselho de Administração



Isabel Ferreira
Vogal do
Conselho de Administração

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE MARÇO DE 2021.....	4
1. IMPACTO DA PANDEMIA NA ATIVIDADE DA DOCAPESCA – 1 ANO DEPOIS.....	4
COMPARAÇÃO COM O ORÇAMENTO APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO A 18 DE SETEMBRO DE 2020	5
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	5
RENDIMENTOS:	5
GASTOS:	7
GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO, ALÍNEAS B) E C), DO N.º 3, DO ART.º 158.º DO DECRETO-LEI N.º 84/2019	10
3. BALANÇO	12
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	13
5. INVESTIMENTO	14
6. PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS.....	16
7. RESULTADOS POR ÁREA DE NEGÓCIOS	17
8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
9. INDICADORES FINANCEIROS E EVOLUÇÃO PARA O PERÍODO 2018 A 2021	23

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – RENDIMENTOS	5
QUADRO 2 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE PESCADO, POR DIREÇÕES.....	6
QUADRO 3 – GASTOS	7
QUADRO 4 – GASTOS COM O PESSOAL.....	8
QUADRO 5 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE).....	9
QUADRO 6 – GASTOS DA ALÍNEA B) E C), DO N.º 3, DO ART.º 158.º DO DECRETO-LEI N.º 84/2019	10
QUADRO 7 – SUBSÍDIOS RECEBIDOS	13
QUADRO 8 – INVESTIMENTOS.....	14
QUADRO 9 – INVESTIMENTOS CORRENTES	15
QUADRO 10 – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS	15
QUADRO 11 – INDICADORES	23

Sumário Executivo

O presente relatório descreve a execução orçamental do 1.º trimestre de 2021, fazendo uma comparação detalhada com o orçamentado para o mesmo período. A comparação foi efetuada com base na versão revista do Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para 2021 aprovada em Conselho de Administração no dia 15 de janeiro de 2021.

Relativamente ao resultado antes de imposto (R.A.I), o 1.º trimestre de 2021 apresentou um resultado de -116 mil euros, francamente positivo quando comparado com a projeção para o início do ano, traduzindo-se num aumento de 786 mil euros, como poderemos ver mais à frente. Destaca-se como fator principal o valor do volume de negócios.

Este aumento do volume de negócios decorreu essencialmente de uma evolução acentuada da 1.ª venda de pescado, principalmente no mês de março (dos 46 milhões de euros de pescado transacionado em lota ao longo do 1.º trimestre, cerca de 20 milhões de euros correspondem ao terceiro mês do ano).

Na parte que respeita aos gastos, a execução dos fornecimentos e serviços externos evidencia um decréscimo ligeiro quando comparado com o orçamento. Destacam-se, neste decréscimo, as contas de "Publicidade e Propaganda", explicadas pelo decretar dos sucessivos Estados de Emergência, que condicionaram as atividades relacionadas com marketing (feiras, showcookings, atividades escolares, entre outros).

Em relação aos gastos com o pessoal, encontram-se em linha com o que foi orçamentado para o 1.º trimestre de 2021.

Por último, de referir que até ao final de março de 2021, o investimento realizado apresenta um valor total de 1.426.721 euros, dividido entre 1.167 mil euros de investimentos específico e 260 mil euros de investimento corrente. No período em análise foi recebida a quantia de 90 mil euros a título de subsídios ao investimento.

Análise das Demonstrações Financeiras a 31 de março de 2021

1. Impacto da Pandemia na atividade da Docapesca – 1 ano depois

A partir do dia 18 de março de 2020, com o decretar do Estado de Emergência em Portugal, a Docapesca viu a sua atividade fortemente afetada. Quase um ano depois, a 15 de janeiro de 2021, Portugal entrou em confinamento pela segunda vez. No entanto, houve algumas exceções que permitiram à empresa manter a sua atividade principal a um ritmo mais normalizado.

Quanto ao “*core business*” da empresa – a primeira venda de pescado – quando comparado com 2020, os primeiros dois meses registaram valores bastante semelhantes (cerca de 28 milhões de euros contra 25,6 milhões em 2021). É no mês de março, porém, que se assiste a uma diferença significativa dos valores de pescado transacionado em lota (mais de 20 milhões de euros em 2021 contra 11 milhões no período homólogo). Se tivermos em conta que praticamente todo o primeiro trimestre deste ano foi passado em Estado de Emergência, conseguimos concluir que dificilmente se prevê um cenário tão pessimista para os restantes trimestres de 2021, como se previu nesta altura do ano para o período homólogo.

Relativamente às restantes contas que compõem o volume de negócios, atendendo aos dados do 1.º trimestre de 2020, a faturação da Docapesca relacionada com a gestão dominial fora dos portos de pesca, relacionada com as licenças de ocupação na sua área de jurisdição, bem como com a faturação das licenças das atividades marítimo-turísticas. Contrariamente ao que se verificou com a 1.ª venda de pescado, estas atividades foram condicionadas pelo novo Estado de Emergência, apresentando valores semelhantes aos do ano passado, que também viu a faturação relacionada com estas áreas reduzir substancialmente.

Contrariamente ao que se passou no ano passado, a Docapesca preparou a sua atividade para 2021, o que significou incluir as medidas e equipamentos necessários para a normalização das tarefas dos trabalhadores da empresa atendendo à pandemia, nomeadamente: Equipamentos de Proteção Individual, a criação de uma conta no ano passado, em Fornecimentos e Serviços Externos, para introduzir os produtos para a prevenção da Covid como os testes e a flexibilização dos horários e dos locais de trabalho dos trabalhadores de áreas administrativas (teletrabalho, horário rotativo e trabalho espelho).

Quanto aos fornecimentos e serviços externos, continuamos a assistir a uma redução substancial de atividades programadas, fruto da pandemia. Destacamos os eventos no âmbito das contas de publicidade e propaganda, que viram grande maioria das atividades programadas canceladas.

Com o novo plano de desconfinamento e o avançar do plano de vacinação, acreditamos que a normalização manterá uma trajetória ascendente com o passar do tempo.

Comparação com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração a 18 de setembro de 2020

2. Demonstração de Resultados

Na Demonstração de Resultados por Naturezas a 31 de março de 2021 destacamos que o resultado antes de impostos (R.A.I.) do período foi de -116 mil euros, representando uma melhoria de 786 mil euros face ao resultado orçamentado.

Rendimentos:

No período de janeiro a março, a execução das rubricas de rendimentos foi de cerca 6,41 milhões de euros, superior ao orçamento em 398 mil euros. No quadro 1 evidenciam-se os grupos dos rendimentos, comparando a execução com o orçamento.

Quadro 1 – Rendimentos

Rendimentos	valores em €		
	jan a mar		
	orçamento 2021	execução 2021	Δ face ao orçamento
Vendas	240.008	137.039	-102.969
Mercadorias	12.139	12.755	615
Combustíveis	67.400	13.795	-53.605
Gelo	160.469	110.490	-49.979
Serviços Prestados	5.191.207	5.711.364	520.157
1ª Venda	3.304.965	3.968.804	663.839
Serviços de Portos de Pesca	1.168.794	1.176.977	8.183
Outras Atividades	717.447	565.583	-151.865
Subsídios à Exploração	0	12.434	12.434
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	61.308	61.308
Outros rendimentos	579.385	483.215	-96.170
Juros e rendimentos similares obtidos	1.250	4.949	3.699
Total Rendimentos	6.011.850	6.410.310	398.460

1. Vendas – apresentaram, face ao orçamento, uma quebra de 103 mil euros. Destacam-se os desvios correspondentes às vendas de combustíveis (-54 mil euros) e às vendas de gelo (-50 mil euros).
2. Prestações de Serviços – as prestações de serviços apresentam, no seu total, um acréscimo de 520 mil euros em relação ao orçamento. Esta situação deve-se principalmente aos resultados da 1.ª venda, fruto de um mês de março bastante positivo (+724 mil euros quando comparado com o valor orçamentado para o mês).

Primeira venda de pescado – o montante dos rendimentos decorrente das taxas de 1.^a venda de pescado registou, neste período, um acréscimo de 664 mil euros face ao orçamentado.

As quantidades de pescado transacionado em lota, até ao final do mês de março de 2021, foram cerca de 13 mil toneladas, correspondendo a um valor de pescado de 46 milhões de euros, resultando num preço médio de 3,56 euros/kg, muito acima do orçamentado.

Quadro 2 – Informação estatística de pescado, por direções

Direções de Lotas e Portos de Pesca	jan-mar 2021						Desvios Orçamento		
	orçamento			execução					
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg
Norte e Matosinhos	2.885.387	6.217.679	2,15	1.803.644	6.252.741	3,47	-1.081.743	35.062	1,31
Centro Norte	3.336.698	6.150.112	1,84	2.692.845	6.150.811	2,28	-643.853	699	0,44
Centro	3.378.273	10.615.753	3,14	2.994.497	10.607.664	3,54	-383.776	-8.090	0,40
Centro Sul	7.630.481	9.924.883	1,30	2.742.769	9.855.093	3,59	-4.887.712	-69.790	2,29
Algarve	3.742.911	13.490.817	3,60	2.796.107	13.487.267	4,82	-946.805	-3.550	1,22
TOTAL	20.973.750	46.399.244	2,21	13.029.861	46.353.575	3,56	-7.943.889	-45.669	1,35

O quadro 2 ilustra as vendas de pescado por direção de portos e lotas (DPL), comparando a execução com o orçamento. Até ao final do 1.º trimestre o valor de encontra-se em linha com o orçamentado. No entanto, as quantidades transacionadas foram muito inferiores ao orçamentado (-7,94 mil toneladas), resultando numa maior valorização do pescado transacionado.

Todas as DPL registaram variações negativas, com destaque para a DPL Centro Sul (-4,89 mil toneladas).

Quanto ao valor do pescado, regista-se uma ligeira queda de cerca de 46 mil euros, destacando-se novamente a variação registada na DPL Centro Sul (-70 mil euros). O preço médio verificou-se acima do orçamento em 2,29 euros.

Serviços de Portos de Pesca – esta rubrica registou um pequeno acréscimo de 8 mil euros face ao orçamento, destacando-se as variações nas rubricas "Portos de Pesca - Acostagem" (+15 mil euros), "Ocupação de Espaços e Terraplenos" (+11 mil euros), "Estacionamento Pesca" (-10 mil euros) e "Utilização de Equipamentos dos Portos de Pesca" (-10 mil euros).

Outras Atividades – Relativamente às restantes atividades, verificou-se um decréscimo de 152 mil euros face ao orçamento, mais concretamente em:

Gestão Dominial – estes serviços registaram uma diminuição de 61 mil euros face ao orçamento, o que representa uma quebra de 14%, devido principalmente aos decréscimos em "Edifícios e Terrenos" (-31 mil euros), "Hotelaria/Similares" (-21 mil euros) e "Esplanadas" (-12 mil euros). Destaque para a variação positiva relativa a "Estaleiros Particulares" (+50 mil euros).

Serviços prestados à Náutica de Recreio e à atividade Marítimo - Turística – registaram um decréscimo de 109 mil euros face aos montantes orçamentados, o que se traduz numa quebra de 43%. Os principais desvios são nas rubricas de “Taxas sobre Bilhetes” (-66 mil euros), “TUP/Estacionamento” (-41 mil euros) e “Terrenos/Terraplenos” (+17 mil euros).

Subsídios à Exploração – acréscimo de 12 mil euros face ao orçamento. Até ao final de março foram recebidos subsídios no valor total de 193 mil euros referentes aos projetos “Plano de Comunicação dos Produtos de Pesca e Aquacultura” (44 mil euros) e “Do Barco ao Prato” (+149 mil euros). No entanto, 181 mil euros do valor destes projetos foram especializados nos resultados de 2020.

3. Imparidade de dívidas a receber (reversões) – acréscimo de 61 mil euros face ao orçamento. Até ao final de março, foram recebidos 61 mil euros de clientes com dívidas em atraso, o que continua a refletir a manutenção do esforço de cobrança, apesar da situação de pandemia.
4. Outros rendimentos – registaram um decréscimo de 96 mil euros face ao orçamento, destacando-se o decréscimo verificado na conta de “Subsídios ao Investimento” (-80 mil euros).

Gastos:

No período de janeiro a março, a execução das rubricas de gastos apresenta uma redução no valor de 387 mil euros face ao orçamento, como se pode verificar no quadro 3.

Quadro 3 – Gastos

valores em €

Gastos	jan a mar		
	orçamento 2021	execução 2021	Δ face ao orçamento
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	121.426	47.108	-74.319
Fornecimentos e serviços externos	2.114.411	1.977.055	-137.357
Gastos com o pessoal	3.197.659	3.309.675	112.016
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	150.000	0	-150.000
Outros gastos	317.291	301.862	-15.428
Gastos / Reversões de depreciação	1.006.916	888.049	-118.867
Juros e gastos similares suportados	5.550	2.101	-3.449
Total Gastos	6.913.253	6.525.849	-387.404

1. Gastos com o pessoal – apresentam um acréscimo de 112 mil euros, quando comparados com os valores orçamentados, registando desvios nas seguintes rubricas:
 - Remunerações fixas e outras remunerações (+146 mil euros) e encargos sobre remunerações (+88 mil euros). O desvio explica-se pelo aumento significativo do número de

trabalhadores com contratos a termo certo face ao orçamentado para este período, uma vez que são necessários para a realização das atividades da Docapesca pelas diversas lotas do país (+18 desde o final de 2020).

- Equipamentos de proteção individual (-30 mil euros), uma vez que, ao contrário do que se sucedeu no ano passado, estão incluídos em orçamento os equipamentos necessários para se trabalhar com a pandemia.
- Cessações de contratos de trabalho (-50 mil euros), visto que este valor no orçamento se encontra diluído pelo ano todo.

Quadro 4 – Gastos com o pessoal

valores em €

	jan-mar 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Gastos totais com os Órgãos Sociais	88.737	78.515	-10.222
Gastos totais com o Pessoal	3.108.921	3.231.160	122.238
Remunerações	2.163.644	2.309.952	146.308
Subsídio de Refeição	240.492	233.418	- 7.073
Cessações	50.000	0	- 50.000
Encargos	487.812	576.026	88.215
Ajudas de Custo	4.536	2.256	- 2.280
Seguros	59.934	59.190	- 744
Formação	14.000	10.351	- 3.649
Pensões e Planos de Saúde	8.750	0	- 8.750
Outros gastos	79.755	39.966	- 39.789
Total	3.197.659	3.309.675	112.016
Nº de trabalhadores (sem O.S.)	503	529	26
Nº de Órgãos Sociais e Conselho Fiscal	6	6	0
Total	509	535	26

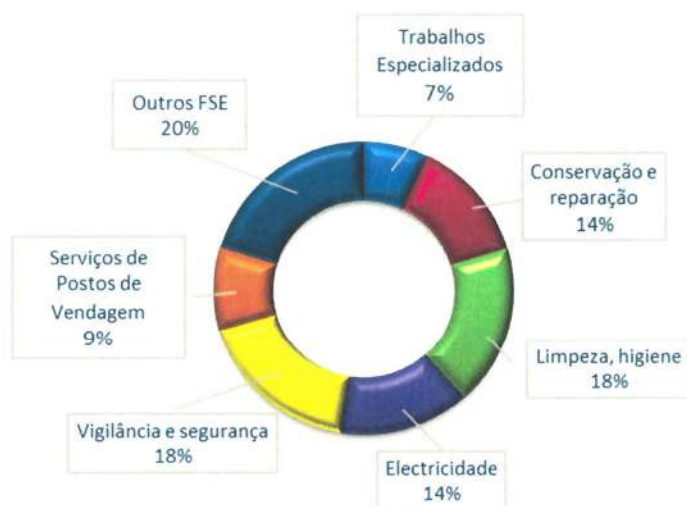
2. Fornecimentos e serviços externos - O valor de fornecimentos e serviços externos registou um decréscimo de 137 mil euros em relação ao orçamento, principalmente nas rubricas de "Eletricidade" (-83 mil euros) e "Publicidade e Propaganda" (-69 mil euros).

Os desvios na conta de Publicidade e Propaganda são explicados pela situação atual, uma vez que estas se encontram limitadas pelo estado de emergência, enquanto os desvios na conta de Eletricidade se devem às novas medidas de eficiência energética, como uma maior utilização de iluminação LED e a instalação de painéis fotovoltaicos em VRSA no final do ano de 2020 (no período homólogo o valor de Eletricidade foi superior em 67 mil euros).

Quadro 5 - Fornecimentos e serviços externos (FSE)

valores em €

F.S.E	jan a mar 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Trabalhos Especializados	221.198	152.249	-68.949
Conservação e reparação	256.846	239.320	-17.526
Limpeza, higiene	397.486	423.467	25.982
Seguros	40.395	53.896	13.501
Electricidade	274.739	191.843	-82.896
Rendas e alugueres	57.941	58.533	592
Comunicação	33.095	29.470	-3.625
Vigilância e segurança	342.345	363.572	21.227
Água	83.620	90.468	6.848
Serviços de Postos de Vendagem	196.320	260.656	64.336
Publicidade e propaganda	88.147	19.394	-68.754
Outros FSE	122.280	94.187	-28.093
Total	2.114.411	1.977.055	-137.357

Gráfico 1 - Peso das rubricas nos FSE


Gastos operacionais das empresas do setor empresarial do estado, alíneas b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019

De acordo com o n.º 1 do art.º 64.º Gastos operacionais das empresas públicas, da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021), as empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental. Uma vez que não foi publicado o decreto-lei de execução orçamental (DLEO) para 2021 nem para 2020, então mantêm-se em vigor as regras do DLEO para 2019.

Nestes termos, consideramos as alíneas b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que determinam que devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2019 os seguintes gastos operacionais:

- alínea b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- alínea c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

De modo a ser possível aferir a evolução destes gastos, apresenta-se de seguida o Quadro 6 que evidencia os gastos contabilizados nas referidas rubricas, bem como as respetivas comparações com o período homólogo do ano transato e com o orçamento até ao final do ano de 2021.

Quadro 6 – Gastos da alínea b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019

valores em €

Gastos alínea b) e c), n.º 3, art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019	jan a mar				
	orçamento 2021	execução 2021	execução 2020	Δ face ao orçamento	Δ face a 2020
Gastos alínea b), n.º 3					
Deslocações e Estadas	5.483,64	279,19	1.434,30	-5.204,45	-1.155,11
Ajudas de Custo	5.560,51	2.349,04	3.559,86	-3.211,47	-1.210,82
Gastos com frota automóvel	50.985,32	54.084,26	51.359,88	3.098,94	2.724,38
Total Gastos alínea b)	62.029,47	56.712,49	56.354,04	-5.316,98	358,45
Gastos alínea c), n.º 3					
Estudos e pareceres	1.250,00	0,00	0,00	-1.250,00	0,00
Projetos	10.500,00	0,00	0,00	-10.500,00	0,00
Consultoria	15.550,00	15.400,00	8.955,00	-150,00	6.445,00
Total Gastos alínea c)	27.300,00	15.400,00	8.955,00	-11.900,00	6.445,00
Total	89.329,47	72.112,49	65.309,04	-17.216,98	6.803,45

Como se pode observar, em relação à alínea b), a comparação da execução de 2021 com o valor orçamentado, apresenta um decréscimo de cerca de 5 mil euros, devido principalmente aos gastos com deslocações e estadas. Isto pode ser explicado pelo estado de emergência decretado no final de janeiro, que limitou as deslocações dos nossos trabalhadores entre estabelecimentos da Docapesca.

Nota para o aumento verificado nos gastos com a frota automóvel de 3 mil euros, uma vez que não foi feita a especialização dos seguros das viaturas ligeiras de passageiros.

Relativamente ao período homólogo, também marcado pelo início da pandemia e o decretar do primeiro estado de emergência, os valores executados encontram-se em linha.

Em relação aos gastos da alínea c), na comparação com o valor orçamentado, verifica-se um decréscimo de 12 mil euros devido ao estado de emergência referido anteriormente. Quanto ao período homólogo, regista-se um acréscimo de 6 mil euros na conta de Consultoria, explicado pelos serviços adquiridos relativos ao Relatório de Sustentabilidade e a

De referir que, se analisarmos conjuntamente os gastos das alíneas b e c, a empresa apresenta uma diminuição de cerca de 17 mil euros face ao valor orçamentado e um acréscimo de 7 mil euros face ao período homólogo de 2020.

3. Imparidade de dívidas a receber (perdas) – No orçamento ficou contemplado, para este período, o montante de 150 mil euros para fazer face às dívidas de clientes e terceiros com maior antiguidade. No entanto, até ao final do período em análise não foram constituídas quaisquer novas imparidades.
4. Outros gastos - verificou-se um ligeiro decréscimo de 15 mil euros face ao orçamento, sendo que os valores mais relevantes se referem a:
 - “Concessão dos portos de pesca” (-17 mil euros), uma vez que os valores de Matosinhos e Sines se encontram abaixo do orçamentado;
 - “Gastos – Imobilizado Sinistros” (+15 mil euros), relativo à reparação de uma grua em Quarteira;

Nota para as restantes rubricas que registam valores demasiado reduzidos para serem destacados.

3. Balanço

No que diz respeito à comparação do Balanço até ao final de março de 2021, com o orçamentado para o mesmo período, as variações mais significativas foram as seguintes:

1. Ativo não Corrente - decréscimo de 122 mil euros, sendo a principal variação registada nos Ativos fixos tangíveis que apresentam uma quebra de 223 mil euros, devido ao reduzido investimento realizado até ao final do 1.º trimestre.
2. Ativo Corrente - apresenta um valor superior em 5,41 milhões de euros principalmente devido a:
 - “Caixa e depósitos bancários” – acréscimo de 5,27 milhões de euros. Esta situação decorre essencialmente por se ter verificado uma forte recuperação de recebimentos de clientes, aliado ao facto de haver pagamentos a armadores que serão realizados no início do 1.º trimestre.
De salientar que à data do encerramento do 1.º trimestre, 87% do montante dos depósitos bancários encontrava-se no IGCP e 13% na banca comercial.
 - “Clientes” – acréscimo de 350 mil euros, consequência de um continuado esforço de cobrança por parte da Docapesca.
3. Capital Próprio – Superior em 2,44 milhões de euros, devido principalmente aos resultados transitados (+1.7 milhões de euros) referentes aos resultados do final do ano passado, bem acima das expectativas e ao resultado líquido do período (+782 mil euros), também este acima do previsto para este trimestre.
4. Passivo Corrente – apresenta um acréscimo acentuado de 3,07 milhões de euros face ao orçamento, destacando-se:
 - “Estados e Outros Entes Públicos”, superiores em 942 mil euros, relativos ao valor dos impostos a pagar;
 - “Outras dívidas a pagar”, superiores em 2,32 milhões de euros, resultante, principalmente, de:
 - acréscimo de 1,4 milhões de euros em “Armadores - marés”;
 - aumento de 783 mil euros em “Reservas pessoais”.

4. Demonstração de Fluxos de Caixa

Da comparação entre o orçamentado e o realizado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, do 1.º trimestre de 2021, resultam as seguintes variações:

a. Fluxos de caixa das atividades operacionais:

- i. Recebimentos de clientes – apresentam um acréscimo de 3,35 milhões de euros face ao orçamento. Além de uma forte recuperação dos recebimentos, este acréscimo também se deve ao facto de haver um conjunto de pagamentos a armadores que só serão realizados no início do 2.º trimestre.
- ii. Pagamentos a fornecedores – diminuição de 490 mil euros face ao orçamento, o que poderá ser explicado por pagamentos que serão realizados no mês de abril.
- iii. Pagamentos ao pessoal – ligeiro decréscimo de 15 mil euros face ao orçamento.

b. Fluxos de Caixa das atividades de investimento:

- i. Pagamentos a fornecedores de ativos fixos - acréscimo de 383 mil euros face ao orçamento que é explicado pela diferença entre o saldo de fornecedores no final de 2020, face ao que havia sido considerado na projeção de 2020.
- ii. Recebimento de subsídios ao investimento – decréscimo de 241 mil euros face ao orçamento. Durante o 1.º trimestre de 2021 foram recebidos 90 mil euros relativos aos projetos de “Melhoria da Eficiência Energética – Peniche” (+51 mil euros) e “Reabilitação da Lota de Tavira – Cais flutuante e dragagem” (+39 mil euros).

Quadro 7 – Subsídios Recebidos

Projetos	Montante
Melhoria da Eficiência Energética - Peniche	50.973
Reabilitação Lota de Tavira - C. flutuante e dragagem	39.349
Total	90.322

5. Investimento

A Docapesca realizou investimentos no valor de 1,43 milhões de euros: 260 mil euros de investimentos correntes e 1,17 milhões de euros de investimentos específicos. A nível global, o investimento encontra-se abaixo dos montantes orçamentados em cerca 633 mil euros.

Descrevem-se, no quadro 8, os investimentos executados, por direção, até ao final de março de 2021.

Quadro 8 – Investimentos

valores em €

Investimentos Execução			
jan a mar			
	Correntes 2021	Específicos 2021	Total Investimentos 2021
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte e Matosinhos	27.114	647.120	674.234
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte	9.674	18.813	28.488
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro	26.376	26.144	52.520
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul	20.166	14.001	34.168
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve	130.125	460.475	590.600
Sede	46.711	0	46.711
TOTAL	260.167	1.166.554	1.426.721

jan a mar 2021			
Investimentos Total	Orçamento	Execução	desvios
Investimentos Correntes	375.000	260.167	-114.833
Investimentos Específicos	1.684.766	1.166.554	-518.212
TOTAL	2.059.766	1.426.721	-633.046

Nos quadros seguintes apresentam-se discriminadas as principais aquisições inseridas no Plano de Investimentos Correntes (quadro 9) e no Plano de Investimentos Específicos (quadro 10).

Quadro 9 – Investimentos Correntes

valores em €

Principais Projetos	Montante Executado
Direção de Portos e Lotas do Centro	17.089
Reabilitação dos Edifícios de Comerciantes (Armazéns) - Peniche	17.089
Direção de Portos e Lotas do Algarve	76.816
Reabilitação do Edifício Bar/Cantina (Olhão)	26.614
Reabilitação da Iluminação do Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	21.503
Pórtico Travelift - Motores Hidráulicos	16.699
Reabilitação de Caleiras do Edifício da Lota - Sagres	12.000
Projetos - Sede	36.354
Aquisição de 2 veículos ligeiros de passageiros (OPEL - Corsa)	36.354
Total	80.057

Quadro 10 – Investimentos Específicos

valores em €

Principais Projetos	Montante Executado
Direção de Portos e Lotas do Norte e Matosinhos	578.967
Reabilitação da Defesa Aderente da Marginal - Vila do Conde (Protocolo)	334.000
Pavimentação da Área Adjacente à Lota - Viana do Castelo	81.607
Novo Sistema de Defensas, Cais Norte - Póvoa de Varzim	66.486
Remodelação das Instalações Elétricas do Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	61.953
Requalificação Central de Captação de Água Salgada - Matosinhos	34.922
Direção de Portos e Lotas do Algarve	401.827
Reabilitação do Cais de Descarga de Olhão	144.574
Reabilitação do Edifício da Lota da Fuzeta	123.226
Parque de Apoio aos Armadores - Lagos	55.308
Reabilitação Dique da Espargueira (Alvor)	39.790
Melhoria de Eficiência Energética do Porto de Pesca de Portimão	38.929
Total	980.794

6. Plano de Redução de Custos

GASTOS OPERACIONAIS	jan-mar 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	121.426,21	47.107,57	-74.318,64
Mercadorias	72.925,41	21.119,29	-51.806,12
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	48.500,80	25.988,28	-22.512,52
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - usados na "produção"	14.190,00	7.367,43	-6.822,57
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Outros	34.310,80	18.620,85	-15.689,95
Fornecimentos e serviços externos	2.114.411,29	1.977.054,72	-137.356,57
Serviços Especializados	221.198,15	152.248,70	-68.949,45
Consultorias	15.550,00	15.400,00	-150,00
Auditorias	2.500,00	1.950,00	-550,00
Outros	203.148,15	134.898,70	-68.249,45
Deslocações e estadias	5.483,64	279,19	-5.204,45
Electricidade	274.738,93	191.843,06	-82.895,87
Combustíveis	20.604,35	16.346,15	-4.258,20
Água	83.619,83	90.468,10	6.848,27
Artigos para oferta	150,00	153,93	3,93
Rendas e alugueres	57.940,76	58.533,23	592,47
Despesas de representação	643,75	2.421,75	1.778,00
Comunicação	33.094,69	29.469,53	-3.625,16
Seguros	40.395,06	53.896,25	13.501,19
Transportes	4.063,75	3.762,17	-301,58
Honorários	11.110,06	5.643,94	-5.466,12
Conservação e reparação	256.846,03	239.319,86	-17.526,17
Publicidade e propaganda	88.147,42	19.393,86	-68.753,56
Limpeza, higiene	397.485,71	423.467,29	25.981,58
Vigilância e segurança	342.344,88	363.571,98	21.227,10
(FSE) Outros	276.544,28	326.235,73	49.691,45
Gastos com o pessoal	3.197.658,58	3.309.674,82	112.016,24
Órgãos sociais	88.737,25	78.515,22	-10.222,03
(Órgãos Sociais) Remunerações fixas	51.738,50	50.074,88	-1.663,62
(Órgãos Sociais) Subsídio de refeição	2.065,00	1.320,00	-745,00
(Órgãos Sociais) Outras remunerações-Desp. Representação	13.570,75	11.830,06	-1.740,69
(Órgãos Sociais) Ajudas de custo	1.025,00	93,15	-931,85
(Órgãos Sociais) Encargos sobre as remunerações	15.287,00	14.525,96	-761,04
(Órgãos Sociais) Seguros de acidentes no trabalho e doenças	588,75	506,71	-82,04
(Órgãos Sociais) Seguros de saúde	243,75	164,46	-79,29
(Órgãos Sociais) Seguros de vida	41,25	0,00	-41,25
(Órgãos Sociais) Outros	4.177,25	0,00	-4.177,25
Pessoal	3.108.921,33	3.231.159,60	122.238,27
(Pessoal) Remunerações fixas	2.081.894,03	2.201.958,09	120.064,06
(Pessoal) Subsídio de refeição	240.491,50	233.418,35	-7.073,15
(Pessoal) Outras remunerações	81.750,14	107.994,38	26.244,24
(Pessoal) Ajudas de custo	4.535,51	2.255,89	-2.279,62
(Pessoal) Formação	14.000,00	10.351,00	-3.649,00
(Pessoal) Pensões e Planos de Saúde	8.750,00	0,00	-8.750,00
(Pessoal) Encargos sobre as remunerações	487.811,66	576.026,47	88.214,81
(Pessoal) Seguros de acidentes no trabalho e doenças	23.211,32	24.634,04	1.422,72
(Pessoal) Seguros de saúde	35.493,75	33.937,38	-1.556,37
(Pessoal) Seguros de vida	1.228,50	618,15	-610,35
(Pessoal) Indemnizações	50.000,00	0,00	-50.000,00
(Pessoal) Gastos de acção social	22.653,14	23.684,19	1.031,05
(Pessoal) Outros	57.101,78	16.281,66	-40.820,12
TOTAL GLOBAL	5.433.496,08	5.333.837,11	-99.658,97
Nº de trabalhadores	509	535	26

7. Resultados por Área de Negócios

Da comparação das Demonstrações de Resultados por áreas de negócio a 31 de março de 2021, com o orçamentado para o mesmo período, verifica-se que a área de negócio mais significativa, quer no que respeita ao resultado, quer na parte relativa ao volume de negócios, foi a de "Lotas, postos de venda e fábricas de gelo", com um volume de negócios (vendas + prestações de serviços) de 4,13 milhões de euros, superior ao previsto em orçamento em 635 mil euros, devido ao facto de esta ser a área de negócio que engloba a 1.ª venda de pescado.

Importa referir que, dada a sazonalidade das atividades que integram as várias áreas de negócios existentes, os resultados apresentam variações significativas durante o ano. No entanto, a área relativa à primeira venda de pescado é, inequivocamente, a mais relevante para a empresa.

Área de Negócio: Lotas, postos de venda e fábricas de gelo

RENDIMENTOS E GASTOS LOTAS, POSTOS DE VENDA E FÁBRICAS DE GELO	jan. a mar 2021	
	Orçamento	Real
Vendas	168.881,09	119.820,34
Serviços Prestados	3.330.153,14	4.013.877,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-45.659,48	-28.565,74
Fornecimentos e serviços externos	-828.129,21	-841.824,73
Gastos com o pessoal	-1.568.304,76	-1.466.053,88
Outros rendimentos	175.296,20	185.068,67
Outros gastos	-88.811,86	-90.806,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.143.425,12	1.891.516,49
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-404.594,55	-452.282,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	738.830,57	1.439.233,53
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-1.245.120,49	-1.143.172,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-506.289,92	296.060,92
Juros e rendimentos similares obtidos (imputados)	806,23	3.192,34
Juros e gastos similares suportados (imputados)	-3.579,67	-1.354,90
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-509.063,36	297.898,36

Área de Negócio: Gestão Dominial (dentro dos Portos de Pesca)

RENDIMENTOS GESTÃO DOMINIAL (dentro dos Portos de Pesca)	jan. a mar 2021	
	Orçamento	Real
Vendas	125,00	50,52
Serviços Prestados	1.127.235,00	1.140.606,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-200,00	-143,31
Fornecimentos e serviços externos	-709.277,14	-722.740,09
Gastos com o pessoal	-346.187,52	-281.990,93
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	7.742,57
Outros rendimentos	204.092,88	206.551,96
Outros gastos	-203.095,52	-188.963,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	72.692,70	161.113,59
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-210.366,40	-224.587,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-137.673,70	-63.473,61
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-406.574,29	-373.284,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-544.247,99	-436.758,44
Juros e rendimentos similares obtidos	263,26	1.042,41
Juros e gastos similares suportados	-1.168,88	-442,42
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-545.153,61	-436.158,45

Área de Negócio: Combustíveis_ Mercadorias_ Entrepósitos frigoríficos

RENDIMENTOS E GASTOS MERCADORIAS + COMBUSTÍVEIS + ENT.FRIGORÍFICO	jan. a mar 2021	
	Orçamento	Real
Vendas	70.989,24	17.143,12
Serviços Prestados	1.225,00	978,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-65.395,43	-13.856,67
Fornecimentos e serviços externos	-4.415,54	-2.874,73
Gastos com o pessoal	0,00	-82,23
Outros rendimentos	22.935,00	10.426,66
Outros gastos	-1.623,86	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	23.714,41	11.734,90
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.388,16	-1.396,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	22.326,25	10.338,20
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-21.654,02	-19.881,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	672,23	-9.542,83
Juros e rendimentos similares obtidos	14,02	55,52
Juros e gastos similares suportados	-62,25	-23,56
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	624,00	-9.510,88

Área de Negócio: Gestão Dominial e Recreio (fora dos Portos de Pesca)

RENDIMENTOS GESTÃO DOMINIAL E RECREIO (fora dos portos de pesca)	jan. a mar 2021	
	Orçamento	Real
Vendas	12,50	25,26
Serviços Prestados	713.009,87	539.420,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-59,98	-19,94
Fornecimentos e serviços externos	-144.097,59	-125.822,97
Gastos com o pessoal	-92.004,34	-106.943,76
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	52.898,58
Outros rendimentos	28.715,30	54.541,98
Outros gastos	-69,83	-120,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	505.505,93	413.978,41
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-95.631,01	-146.065,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	409.874,92	267.913,03
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-257.112,70	-236.060,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	152.762,22	31.852,18
Juros e rendimentos similares obtidos	166,48	659,21
Juros e gastos similares suportados	-739,19	-279,78
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	152.928,71	32.511,39

Serviços Administrativos, Serviços Centrais e Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) ⁽¹⁾

RENDIMENTOS E GASTOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, SERVIÇOS CENTRAIS E AQS	jan. a mar 2021	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	19.583,60	16.481,23
Subsídios à Exploração	0,00	12.433,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-10.111,32	-4.521,91
Fornecimentos e serviços externos	-428.491,81	-283.792,20
Gastos com o pessoal	-1.191.161,96	-1.454.604,02
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-150.000,00	666,73
Outros rendimentos	148.345,84	26.625,93
Outros gastos	-23.689,50	-21.972,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-1.635.525,15	-1.708.682,36
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-294.936,34	-63.716,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1.930.461,49	-1.772.399,32
Juros e rendimentos similares obtidos	1.250,00	4.949,47
Juros e gastos similares suportados	-5.550,00	-2.100,66
Resultado antes de impostos	-1.934.761,49	-1.769.550,51

Nota ⁽¹⁾: Este Mapa regista a totalidade dos custos administrativos que foram imputados às áreas de negócios.

8. Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de março de 2021

RUBRICAS	31/03/2021	
	Orçamento	Execução
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	23.936.911	23.713.922
Ativos intangíveis	194.038	286.440
Participações financeiras - outros métodos	145.000	145.000
Outros investimentos financeiros	55.418	59.144
Ativo por impostos diferidos	566.793	571.958
	24.898.160	24.776.464
Ativo corrente		
Inventários	173.149	116.406
Clientes	3.120.603	3.470.904
Estado e outros entes públicos	191.575	388
Outros créditos a receber	6.341.868	6.538.951
Diferimentos	317.417	157.357
Caixa e depósitos bancários	1.220.586	6.490.744
	11.365.197	16.774.750
Total do ativo	36.263.357	41.551.214
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	8.528.400	8.528.400
Reservas legais	682.434	912.580
Resultados transitados	2.500.629	4.192.446
Outras variações no capital próprio	7.091.217	6.824.283
Resultado líquido no período	-916.282	-134.699
	17.886.398	20.323.010
Total do capital próprio		
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	1.090.430	1.167.120
Outros financiamentos obtidos	333.333	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.511.458	2.532.385
Outras dívidas a pagar	1.842.048	1.860.666
	5.777.269	5.560.170
Passivo corrente		
Fornecedores	709.577	783.936
Estado e outros entes públicos	1.165.662	2.108.087
Financiamentos obtidos	166.667	0
Outras dívidas a pagar	10.439.932	12.759.760
Diferimentos	117.853	16.250
	12.599.691	15.668.033
Total do passivo	18.376.960	21.228.204
Total do capital próprio e do passivo	36.263.357	41.551.214

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Março de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	jan-mar		
	Orçamento	Real 2021	Desvios Orçamento
Vendas	240.008	137.039	-102.969
Mercadorias	12.139	12.755	615
Combustíveis	67.400	13.795	-53.605
Gelo	160.469	110.490	-49.979
Serviços Prestados	5.191.207	5.711.364	520.157
1.ª Venda de Pescado	3.304.965	3.968.804	663.839
Serviços dos Portos de Pesca	1.168.794	1.176.977	8.183
Gestão Dominial	440.639	379.330	-61.309
Serviços Secundários	46.407	45.661	-746
Serviços Náutica e Mar.Turísticas	251.161	142.589	-108.572
Comissões de Cobrança	2.368	17.223	14.855
Descontos e Abatimentos	-23.129	-19.221	3.908
Subsídios à Exploração	0	12.434	12.434
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-121.426	-47.108	74.319
Fornecimentos e serviços externos	-2.114.411	-1.977.055	137.357
Electricidade	-274.739	-191.843	82.896
Água	-83.620	-90.468	-6.848
Comunicação	-33.095	-29.470	3.625
Conservação	-256.846	-239.320	17.526
Limpeza	-397.486	-423.467	-25.982
Vigilância	-342.345	-363.572	-21.227
Mão de Obra do Exterior	-16.440	-9.256	7.184
Outros FSE	-709.841	-629.658	80.183
Gastos com o pessoal	-3.197.659	-3.309.675	-112.016
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-150.000	61.308	211.308
Outros rendimentos	579.385	483.215	-96.170
Venda de Energia	94.576	90.597	-3.979
Venda de Água	49.295	47.986	-1.309
Cedência de Exploração	16.340	10.177	-6.163
Subsídios ao Investimento	369.502	289.755	-79.747
Outros Rendimentos	49.673	44.701	-4.972
Outros gastos	-317.291	-301.862	15.428
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	109.813	769.661	659.848
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.006.916	-888.049	118.867
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-897.103	-118.388	778.715
Juros e rendimentos similares obtidos	1.250	4.949	3.699
Juros e gastos similares suportados	-5.550	-2.101	3.449
Resultado antes de impostos	-901.403	-115.539	785.864
Imposto sobre o rendimento do período	-14.879	-19.159	-4.281
Resultado líquido do período	-916.282	-134.699	781.583

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Março de 2021

RUBRICAS	Jan-Mar 2021	
	orçamento	execução
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	5.926.001	9.280.806
Pagamentos a fornecedores	-2.940.041	-2.449.706
Pagamentos ao pessoal	-3.268.336	-3.253.095
Caixa gerada pelas operações	-282.376	3.578.005
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0
Outros recebimentos/pagamentos	-104.155	-955.186
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-386.532	2.622.819
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1.735.837	-2.118.547
Ativos intangíveis	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	331.365	90.322
Juros e rendimentos similares		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1.404.472	-2.028.225
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0	0
Juros e gastos similares	-5.550	-1.840
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-5.550	-1.840
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.796.554	592.755
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.017.140	5.897.990
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.220.586	6.490.744

Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes	Real
	mar/21
Numerário	52.921
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	
- Bancos comerciais	850.841
- IGCP	5.586.982
Disponibilidades e seus equivalentes no fim do período	6.490.744

9. Indicadores Financeiros e evolução para o período 2018 a 2021

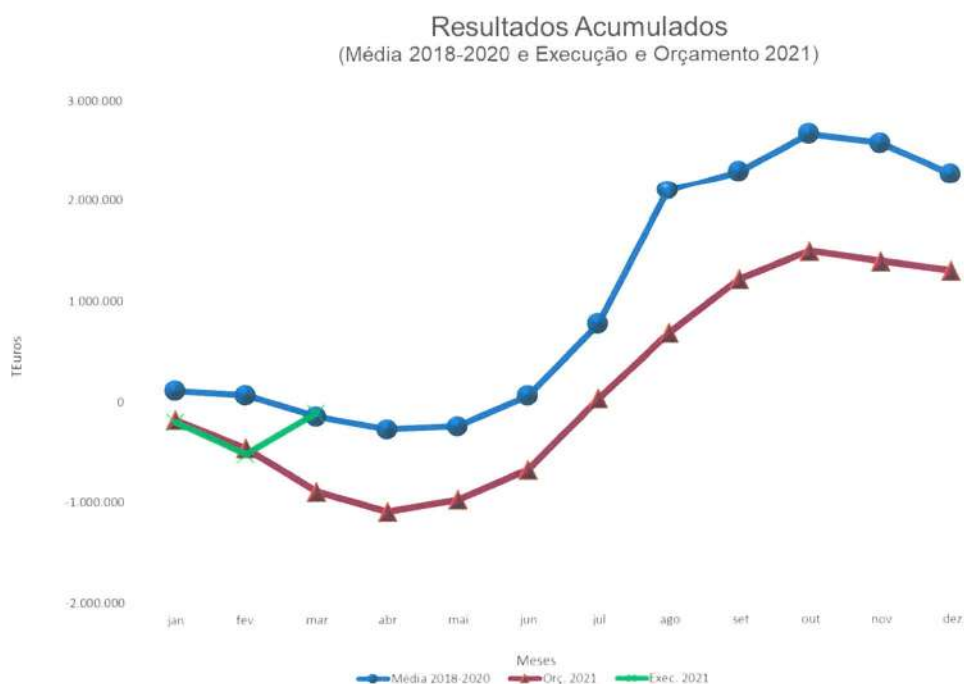
O quadro abaixo mostra-nos a evolução dos principais indicadores financeiros até ao final do 1.º período de 2021.

Quadro 11 – Indicadores

Indicadores	janeiro 2021	fevereiro 2021	março 2021	Objetivo PAO 2021
Volume de Negócios (€)	1.738.048	3.344.934	5.848.403	26.558.771
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	101,5%	102,6%	91,2%	81,8%
PMP (dias)	35	38	33	33
EBITDA	93.657	58.170	769.661	5.331.698
Resultado Antes de Impostos (€)	-200.530	-532.562	-115.539	1.286.834
Resultado Líquido (€)	-210.308	-547.532	-134.699	993.662
Liquidez Geral	1,13	1,10	1,07	0,93
Autonomia Financeira	0,50	0,50	0,49	0,53
Rentabilidade das Vendas	-0,12	-0,16	-0,02	0,04

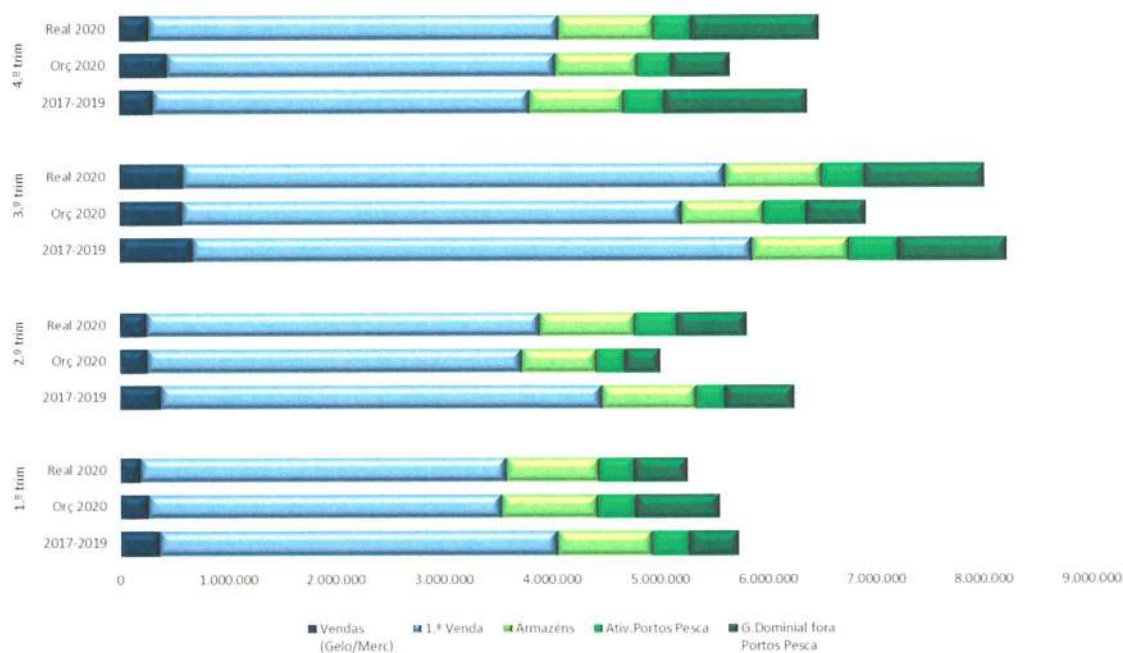
De modo a permitir uma melhor perceção sobre estes indicadores, foram preparados gráficos que comparam a execução do ano de 2021 com o orçamento e ainda com os dados de 2018 a 2020. Adicionalmente, foram elaborados gráficos que permitem aferir a evolução de outros elementos como sejam a evolução do quadro de pessoal e a comparação entre o volume de negócios mensal e os recebimentos de clientes.

Quanto ao número de trabalhadores, era esperado um aumento significativo quando comparado com a projeção, devido ao número de trabalhadores a termo que são necessários para as várias atividades que são da responsabilidade da Docapesca.



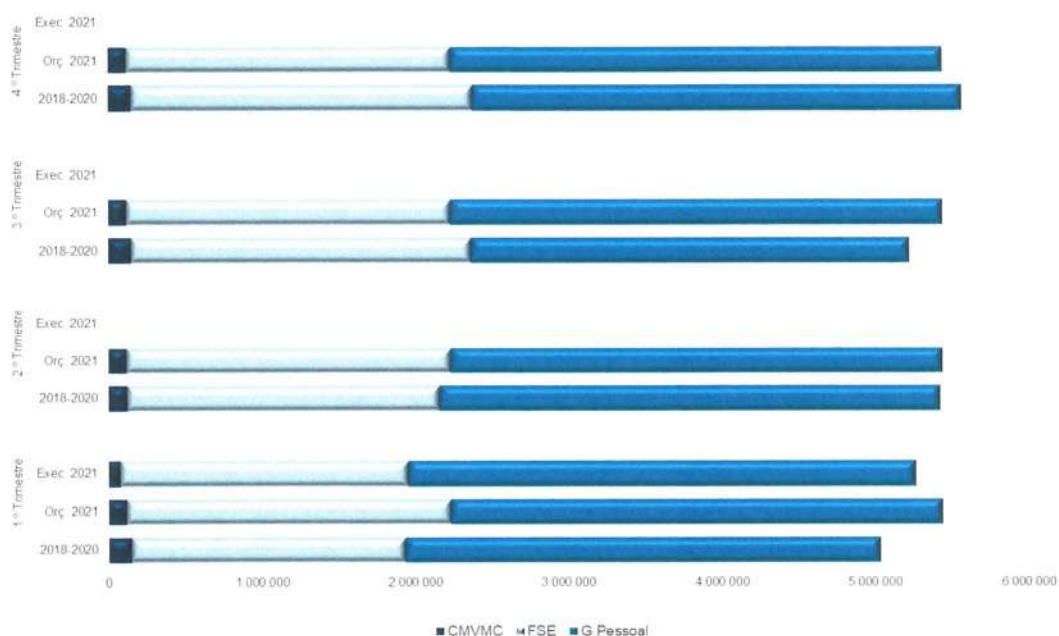
Volume de Negócios - Trimestres

(Média 2017-2019 e Execução/Orçamento 2020)



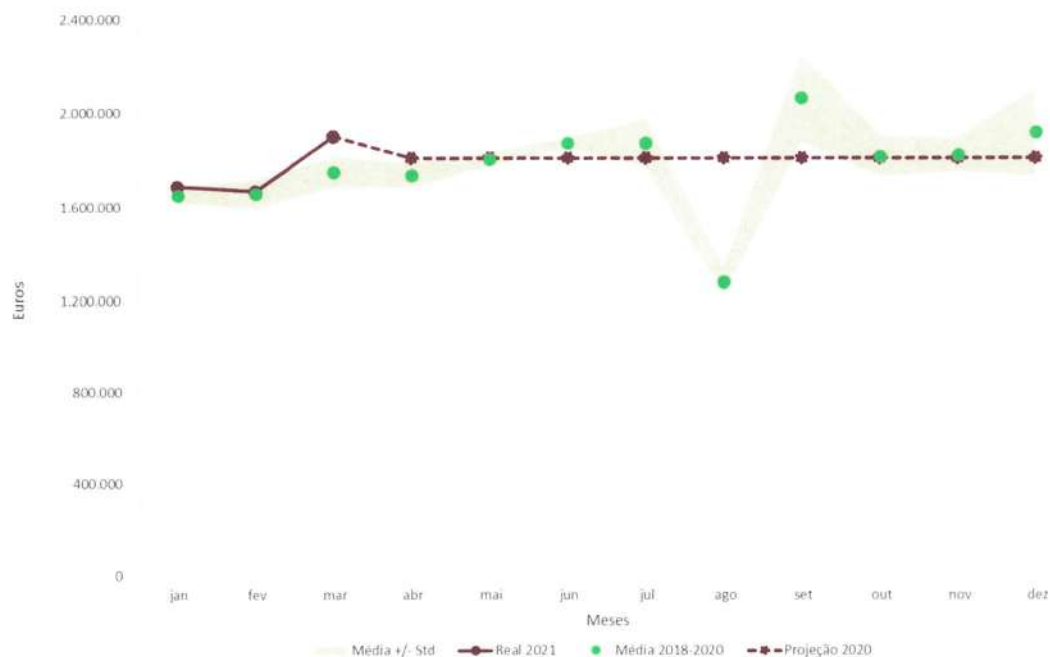
Gastos Operacionais - Trimestrais

(Média 2018-2020 e Execução/Orçamento 2021)



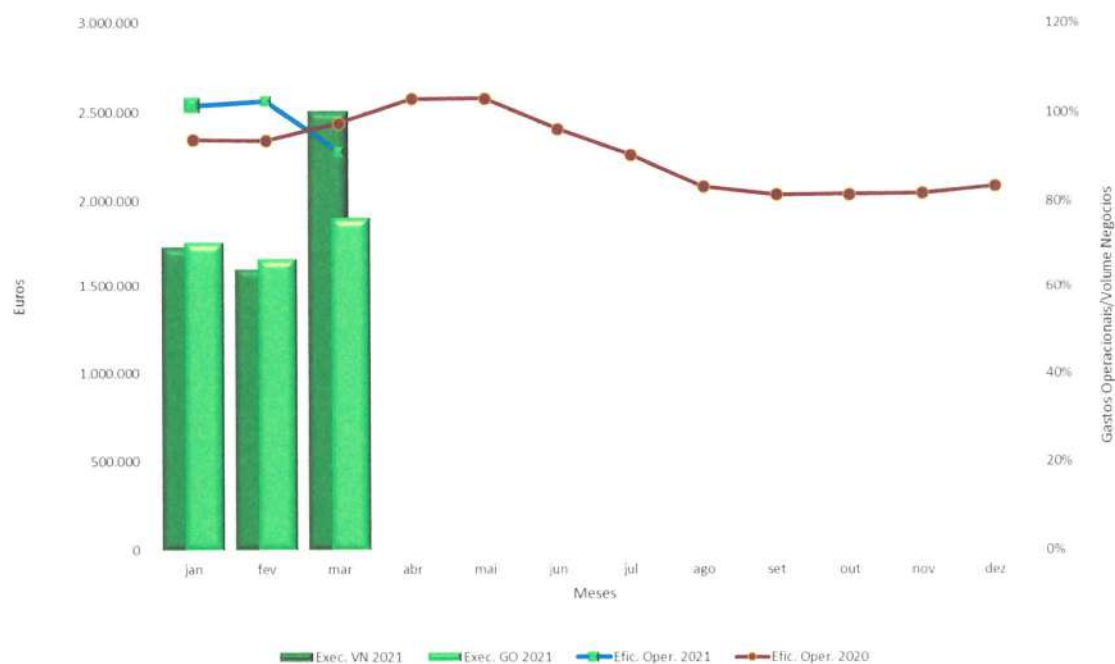
Execução dos Gastos Operacionais

(Comparação execução 2021 com média e desvio padrão 2018-2020)

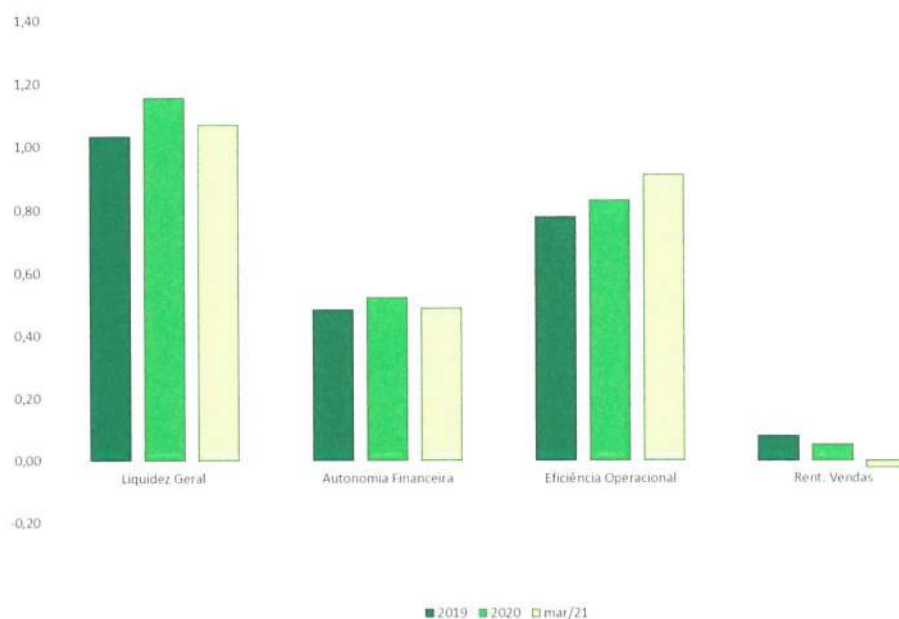


Eficiência Operacional

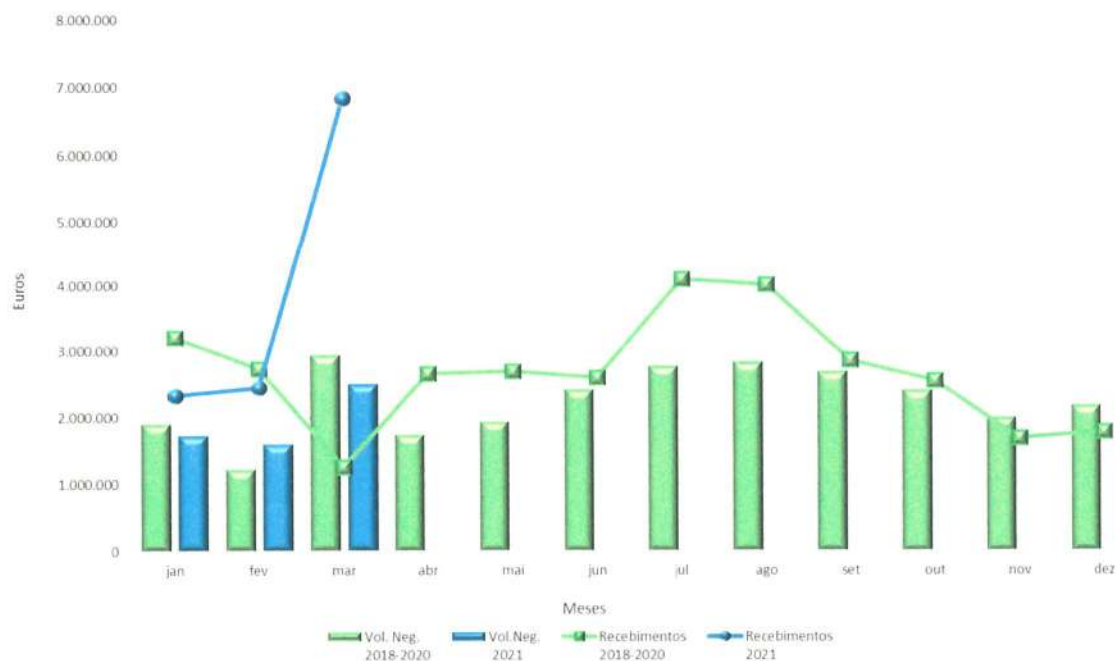
(Execução 2021 e 2020)



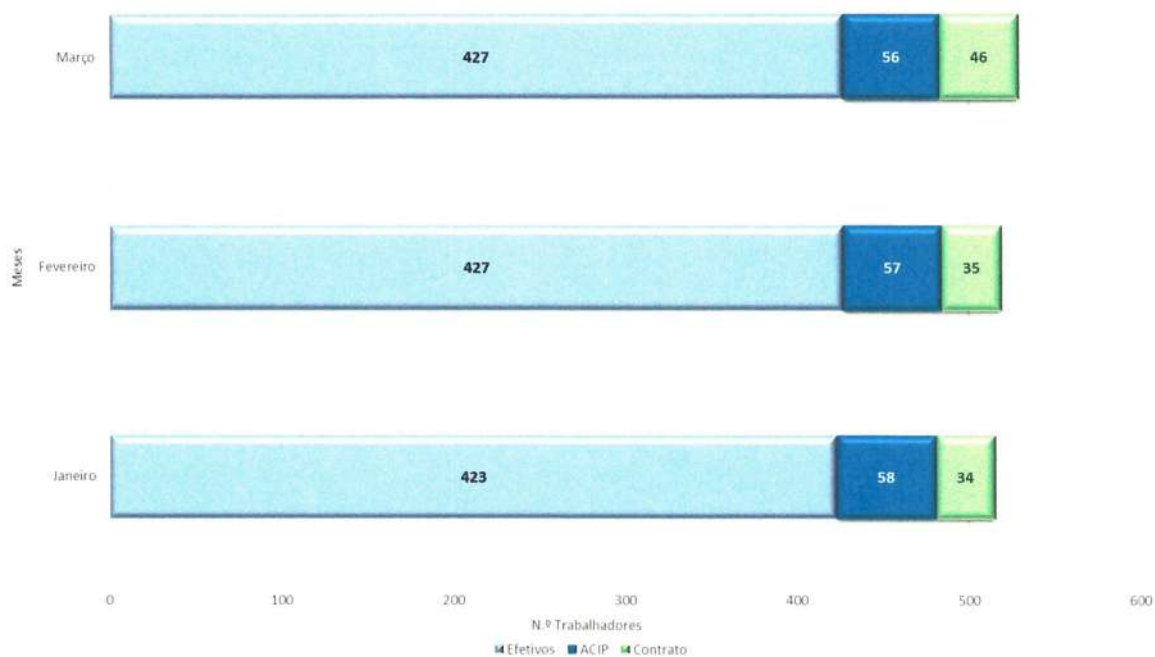
Rácios de Análise Financeira (Execução anual 2019 e 2020 e 2021)



Volume de Negócios e Recebimentos (Média 2018-2020 e Execução 2021)



N.º Trabalhadores em 2021



Lisboa, 29 de abril de 2021

Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental

Margarida R. Silva
Bernardo Almeida

O Conselho de Administração

Sérgio Faria
Presidente do
Conselho de Administração
Carlos Marques
Vogal do
Conselho de Administração
Isabel Ferreira

Isabel Ferreira
Vogal do
Conselho de Administração